

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**VIOLÊNCIA, RETORNO E RETERRITORIALIZAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS CAMPONESES DE EL SALADO
(BOLÍVAR-COLÔMBIA)**

CAROLINA ALZATE GOUZY

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**BRASÍLIA/DF
OUTUBRO/2012**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGOCIOS**

**VIOLÊNCIA, RETORNO E RETERRITORIALIZAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS CAMPONESES DE EL SALADO
(BOLÍVAR-COLÔMBIA)**

CAROLINA ALZATE GOUZY

ORIENTADORA: ANA LÚCIA EDUARDO FARAH VALENTE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

PUBLICAÇÃO: 74/2012

**BRASÍLIA/DF
OUTUBRO/2012**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

ALZATE, C. G. **Violência, retorno e reterritorialização: Um estudo de caso sobre os camponeses de El Salado (Bolívar-Colômbia)**. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2012, 139 p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

ALZATE, Gouzy Carolina

Violência, retorno e reterritorialização: Um estudo de caso sobre os camponeses de El Salado (Bolívar-Colômbia). / Carolina Alzate Gouzy; orientação de Ana Lúcia Valente. – Brasília, 2012.

139 p.: il.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2012.

1. El Salado-Bolívar. 2. Concentração da terra. 3. Violência Simbólica. 4. Retorno. 5. Reterritorialização. I. Valente, Ana Lúcia R. II. Título.

CDD.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**VIOLÊNCIA, RETORNO E RETERRITORIALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE OS CAMPONESES DE EL SALADO (BOLÍVAR-COLÔMBIA)**

CAROLINA ALZATE GOUZY

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRONEGÓCIOS, COMO PARTE DOS REQUISITOS
NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM AGRONEGÓCIOS.**

APROVADA POR:

**ANA LÚCIA VALENTE, DRA (UnB)
(ORIENTADORA)**

**MAURO EDUARDO DEL GROSSI, DR (UnB)
(EXAMINADOR INTERNO)**

**ARILSON DA SILVA FAVARETO, DR (UFABC)
(EXAMINADOR EXTERNO)**

BRASÍLIA/DF, 10 DE OUTUBRO DE 2012.

Dedicado aos salaeros que ainda procuram, que ainda sonham, que ainda sorriem embora suas histórias sejam banhadas em lágrimas. E a vocês família e amigos que dão ânimo, força, alívio e sentido.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de belamente fechar e belamente começar um dia, um ciclo, toda uma vida. Hoje agradeço a Deus principalmente pela oportunidade, não só acadêmica, mas de vida. Hoje graças a estes dois anos de pesquisa meu olhar abrange muitos mais ângulos que enriquecem a passagem e o coração.

Agradecendo:

À Doutora Ana Lúcia Valente, por ter aceitado o desafio de orientar uma aluna vinda das ciências exatas, com estruturas tão diferentes e dificuldades na língua. Precisou de muita paciência e dedicação para orientar um trabalho desta natureza sem a bagagem adequada da aluna para tal fim.

Aos membros da banca de qualificação, os doutores Sérgio Sauer e Moisés Villamil, os que contribuíram com suas observações e sugestões o trabalho, além de redirecionar as perguntas essenciais a responder.

Aos membros da banca de defesa, os doutores Arilson Favareto e Mauro Del Grossi, que enriqueceram grandemente o trabalho com suas contribuições e questionamentos chave para que eu pudesse finalizar o trabalho.

Aos camponeses de El Salado, que abriram suas casas e corações para contar sobre aquilo que é difícil, mas também falar sobre o outro que permite ainda sonhar.

À CAPES, que brindou a ajuda sem a qual este processo não teria sido possível. Graças infinitas por acreditar no potencial dos estudantes e abrir as portas deste país para nós.

A todos aqueles que colaboraram na produção do trabalho, começando por minha família que viveu intensamente o processo e hoje conhecem como eu, um pouco mais sobre a realidade de El Salado. A eles, aos amigos distantes e aos que estão aqui por perto, a quem deu a idéia de olhar para aquele povoado no meio do mato colombiano e a todos que deram força e ânimo, muitíssimo agradecida.

E caminhando por El Salado me perguntei: como será El Salado aos olhos deles, como conseguiram enxergar o que a gente vê – estigmatizou – aquele espaço que para nós abrange um massacre e uma história contada várias vezes. O que será? Como a julgam? Como sentiram suas ruas, testemunhas de grandeza em alguns tempos, testemunha de dor em outros e até de tédio,... Testemunhas do que eles realmente são, não só vítimas, não só camponeses, não simples estatísticas, mas tudo isso junto, todas as histórias que fazem parte da imagem do seu Salado

RESUMO

O fenômeno de deslocamento forçado por causa da violência no rural na Colômbia alcança cifras que superam a capacidade governamental de controle da situação e de atenção às vítimas, mas o fenômeno de retorno destas pessoas a suas terras depois do deslocamento ainda não é significativo. Este trabalho baseou-se num estudo de caso de um povoado no departamento de Bolívar chamado El Salado, o qual foi atingido por dois massacres em 1997 e 2000. Sua população foi perseguida ao encontrar-se no meio de território alvo de interesse de diferentes grupos armados insurgentes. Depois de serem deslocados para diferentes lugares devido a esta situação, só uma pequena porcentagem da sua população (10%) até hoje realizou o retorno ao povoado. O objetivo do estudo foi buscar resposta às perguntas sobre as causas e consequências da violência vivenciada em El Salado, sobre as razões de retorno da população e entender a realidade que estas famílias afrontam para definir se de fato conseguiram reterritorializar. Para tal meta estabeleceu-se uma rota teórica que desse sentido à compreensão da problemática e luz às análises feitas a partir do trabalho de campo. Os conceitos teóricos utilizados foram: a violência simbólica trazida por Bourdieu que ajuda a entender os sistemas de dominação que tem levado à alta concentração da propriedade, território que explica causas de retorno da mesma forma que o conceito de campesinato. Conclui-se principalmente sobre a estrutura agrária bimodal conflitiva e excludente de distribuição de terras no país, resultado de políticas que promovem a colonização de baldios e não a reforma agrária necessária, exploração de massas de população vulnerável e estrutura latifundiária, e sobre a reterritorialização de El Salado a qual de fato esta se dando desde a tomada de decisão de voltar, mas que se contradiz constantemente com interesses e ações dos detentores do poder.

Palavras chave: El Salado-Bolívar, concentração da propriedade, violência simbólica, retorno e reterritorialização.

RESUMEN

El fenómeno de desplazamiento forzado por causa de la violencia en el sector rural en Colombia alcanza cifras que superan la capacidad gubernamental de control de la situación y de atención a las víctimas, pero el fenómeno de retorno de estas personas a sus tierras después del desplazamiento todavía no es significativo. Este trabajo se basó en un estudio de caso de un corregimiento en el departamento de Bolívar llamado El Salado, el cual sufrió dos masacres en 1997 y 2000. Su población fue perseguida al encontrarse en medio de territorio blanco de intereses de diferentes grupos armados insurgentes. Después de ser desplazados para diferentes lugares debido a esta situación, solo un pequeño porcentaje de su población (10%) hasta hoy realizó el retorno al corregimiento. El objetivo del estudio fue buscar respuesta a las preguntas sobre las causas y consecuencias de la violencia vivida en El Salado, sobre las razones de retorno de la población y entender la realidad que estas familias enfrentan para definir si de hecho lograron reterritorializar. Para tal meta se estableció una ruta teórica que diera sentido a la comprensión de la problemática y luz a los análisis hechos a partir del trabajo de campo. Los conceptos teóricos utilizados fueron: violencia simbólica traída por Bourdieu que ayuda a entender los sistemas de dominación que han llevado a la alta concentración de la propiedad, territorio que explica causas de retorno de la misma forma que el concepto de campesinado. Se concluye principalmente sobre la estructura agraria bimodal conflictiva y excluyente de distribución de tierras en el país, resultado de políticas que incentivan la ocupación de baldíos, explotación de masas de población vulnerable y estructura latifundista, y sobre la reterritorialización de El Salado la cual de hecho se está dando desde la toma de decisión de volver, pero que se contradice constantemente con intereses y acciones de los detentadores del poder.

Palabras clave: El Salado-Bolívar, concentración de la propiedad, violencia simbólica, retorno y reterritorialización.

ABSTRACT

Forced displacement caused by violence in the country zone in Colombia reaches numbers that exceed the government capacity of controlling the situation and attend the victim, but the returned phenomena of these people to their lands, after displacement is still not significant. This work was based in a case study of a village in the state of Bolívar, called El Salado, which suffered of two massacres in 1997 and 2000. Its population was persecuted being in the middle of the territory target of interests of different insurgent armed groups. After being displaced to different places because of the situation, just a small percentage of its population (10%) until today returned to the village. The goal of the study was to look for an answer to the questions about the causes and consequences of the violence experimented in El Salado, about the reasons of the return of the population and the comprehension of the reality that these families face to define if in fact they are achieving their own reterritorialization. For this goal, a theoretical route was established which gave sense to the comprehension of the problem and light to the analyses made from the field work. The theoretical concepts used were: symbolic violence brought by Bourdieu which helps understanding the systems of domination that have lead to high concentration of the property, territory that explains the causes of return the same way that the concept of peasantry does. The conclusion was made about the agrarian bimodal conflictive and excluding structure of land distribution in Colombia, as a result of colonial expansion politics, mass population exploitation and land state structure. It is also concluded that in fact reterritorialization is happening since the decision making of returning, but it is in constant contradiction with actions and interests of the power holders.

Key words: El Salado-Bolívar, concentration of property, symbolic violence, return and reterritorialization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO	7
1.1 REFERENCIAL TEÓRICO	7
1.2 MÉTODO	19
2. VIOLÊNCIA E FORÇAS EM CONFLITO ARMADO.	25
2.1 A Reforma Agrária que não aconteceu.....	42
3. EL SALADO: SEU RETRATO	52
3.1 Departamento de Bolívar	52
3.2 Caracterização da área de estudo.....	54
3.3 A terra e a importância do território	60
3.4 Os massacres	66
3.5 O deslocamento	74
3.6 Balanço de um conflito alheio	80
4. RETORNO E RETERRITORIALIZAÇÃO	82
4.1 Retorno	82
4.2 Reterritorialização	91
4.2.1 A intervenção	100
CONCLUSÕES.....	115
REFERÊNCIAS	123
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

“Convém lembrar que-tanto no passado como no presente – os camponeses constituem a maioria da humanidade”

Teodor Shanin.

A história do conflito armado na Colômbia tem diversos protagonistas, tem várias etapas e não é “a história”, mas “as histórias”. Neste trabalho, pretende-se contar uma delas, não como objeto de estudo em si, mas como fator determinante do próprio objeto: o processo de retorno e reterritorialização das famílias camponesas de El Salado, um “corregimiento”¹ do departamento de Bolívar na Colômbia. Essas famílias foram atingidas pela violência física e simbólica, em dois massacres comandados por “paramilitares”² em 1997 e 2000. A consequência desses episódios foi o “deslocamento forçado” dos moradores de suas terras.

A expulsão de pessoas da zona rural colombiana por grupos armados é uma das problemáticas sociais mais sérias que afronta o país. Até maio de 2011, esta problemática alcança a cifra de 3,75 milhões de pessoas³. A razão de ser desse conflito armado interno abrange problemáticas do país, tanto antigas, como recentes – das últimas três décadas – e seus resultados, os mais preocupantes da história da nação, como significativos números de mortes, massacres e violações aos direitos humanos⁴.

A esta realidade somam-se as tendências à concentração de terra em mãos de grandes proprietários. Um dos departamentos onde este fenômeno é mais preocupante é Bolívar (RINCÓN, 1997) onde se encontra o corregimiento de El Salado. Segundo o

¹ “Corregimientos” são unidades geopolíticas que dependem administrativamente dos municípios. A Colômbia é uma República Unitária, dividida em 32 departamentos e aproximadamente 1200 municípios, governados desde suas respectivas cidades capitais, e a cidade de Bogotá como seu único distrito capital.

² “Paramilitares” é o nome dado aos grupos paramilitares civis.

³ Segundo o “Alto Comisionado das Nações Unidas para os Refugiados” (Acnur). Os dados apresentados são os oficiais do governo colombiano, mas diferem de outros, apresentados por entidades não-governamentais. ONGs como a Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento (CODHES) consideram que a cifra real de deslocados pelo conflito armado interno desde metade dos 80 supera os 5 milhões de pessoas.

⁴ Conforme os dados provistos por a Unidad Nacional de Derechos Humanos y Derechos internacional Humanitário da Promotoría General de la Nación en la *Fiscalía General de La Nación*.

CEDE (Centro de Estudios de Desarrollo Económico)⁵(2012) o índice de Gini da concentração fundiária na Colômbia em geral passou de 0,74 a 0,88, uma das maiores do mundo, sendo que a maior concentração da terra está associada à maior persistência dos grupos políticos, ou seja, onde o sistema democrático está capturado por grupos de interesse.

Num informe especial realizado pela revista Semana (2012) sobre o atual estado do rural na Colômbia se recopilam dados que confirmam a tendência mencionada no país⁶:

- Atualmente o 77% da terra está em mãos de 13% de proprietários, mas o 3,6% desses têm o 30% da terra.
- Calcula-se que 6,6 milhões de hectares foram despojadas pela violência nas últimas duas décadas, isto é o 15% da superfície agropecuária do país.
- Um 18% dos proprietários de terra não têm formalizados seus títulos. Além disso, a informalidade entre os pequenos produtores supera o 40%.
- O 80% dos pequenos camponeses têm menos de uma Unidade Agrícola Familiar (UAF)⁷.
- Apesar da falta de acesso à terra, o 70% dos alimentos que se produzem no país vem de pequenos camponeses.
- 5,8 milhões de hectares (mais do que se cultiva em comida) têm sido outorgadas dentro dos 9.000 títulos mineiros vigentes e se têm 20.000 novas solicitudes.

⁵ Este centro de estudos faz parte da Faculdade de Economia da Universidad de los Andes, na Colômbia.

⁶ Así es la Colombia Rural. Disponível em: <http://images.semana.com/especiales/pilares-tierra/asi-es-la-colombia-rural.html>

⁷ Na Colômbia se denomina de “unidades agrícolas familiares” à economia camponesa. Assim, uma UAF é formada por 12 hectares de terra, mas varia o tamanho dependendo da região. Para ser considerada como tal a UAF deve proporcionar renda para o sustento familiar sem precisar força de trabalho adicional ao grupo familiar.

- Dos 34 milhões de hectares que se têm titulado às comunidades indígenas e afrodescendentes apenas três milhões são aptas para agricultura. O resto é selva e floresta protegida.
- Cada ano se desmatam 290.000 hectares, que quase sempre passam à pecuária.

O anterior reflete como o país atravessa desafios enormes no ambiente rural para garantir o bem-estar da sua população. Enquanto ao caso específico dos chamados “desplazados por la violencia” (deslocados pela violência), no atual governo colombiano, iniciado em agosto de 2010, foram feitas muitas propostas e promessas com a finalidade de garantir a devolução de terras a estas famílias que foram obrigadas a abandoná-las pela violência cometida. A Lei 1448 está dirigida às vítimas sem importar qual seja o verdugo (guerrilha, paramilitares ou mesmo militares). O Projeto de lei - pelo qual foram estabelecidas normas transicionais para a restituição de terras - foi aprovado em 14 de dezembro de 2010 na Câmara de Representantes. Este projeto de lei vem sendo discutido há alguns anos, mas no governo anterior de Álvaro Uribe a lei não foi aprovada já que os interesses eram outros⁸. Esta lei, finalmente aprovada pelo Senado em 25 de maio de 2012, cria expectativas positivas para solucionar a situação das vítimas da violência na Colômbia.

Em El Salado, os camponeses que têm sofrido umas das piores violações aos direitos humanos teriam a oportunidade de voltar para suas terras e reconstruir sua identidade e ligação com o seu território. Em 2001 começou o retorno de algumas destas famílias deslocadas de seu povoado com o propósito de recuperar suas terras e recuperar a vida no campo.

⁸O governo de Álvaro Uribe Vélez empreendeu o projeto de “Seguridade Democrática”, com políticas anti-FARC principalmente.

O objetivo geral do estudo é analisar o processo de reterritorialização das famílias de El Salado depois do seu retorno, utilizando como ferramenta de análise a nova relação entre as famílias e seu entorno. Preocupa-se portanto em descrever e analisar sua situação, as atividades que hoje realizam, a visão do seu povoado e seu território, a forma de ocupação, sua estrutura na agricultura familiar, seu papel como camponeses, sua história e as políticas públicas que os afetam.

Percorrem-se os diferentes níveis que constituem sua realidade: os antecedentes da história agrária do país que se intersecta com a história de violência para entender as origens do conflito, a história particular de El Salado antes e durante os massacres e descrição do território, e finalmente o processo de retorno e reterritorialização. Assim, se faz um percurso do universal ao singular.

Os objetivos específicos são:

- Mapear bibliograficamente o conflito armado interno na Colômbia
- Documentar as opiniões dos camponeses que retornaram a El Salado sobre o processo de reterritorialização.

Responde-se às perguntas:

- Por que retornaram os camponeses a El Salado
- Como os camponeses reterritorializam El Salado?

Alguns aspectos tiveram que ser analisados para melhor compreensão da atual e pretérita realidade como: as atividades agrícolas realizadas pelas famílias antes do massacre; sua relação com o território; a lógica de divisão das terras e seu tamanho; as atividades e ocupações dos camponeses que voltaram para suas terras e aqueles que não têm voltado e as políticas públicas que os afetam direta ou indiretamente.

É exposta a relação do conflito armado com a terra e o território, desvelando de que maneira fatores externos foram determinantes no devir das famílias camponesas

desta região. Esta relação está inserida no contexto do país, para compreender como a violência chegou a El Salado, mudando a vida da povoação e dividindo sua história em antes e depois dos massacres.

É um estudo de caso que acompanha a realidade destes camponeses, o qual se baseou numa revisão bibliográfica e um levantamento de informações que se trabalharam por seis meses, tempo de estada de 10 dias em El Salado que reúne os depoimentos de 20 camponeses retornados e cinco gestores do projeto de reconstrução que algumas empresas privadas realizam no povoado.

A dissertação foi dividida em quatro (4) capítulos. No primeiro capítulo são estabelecidas as bases teóricas que direcionaram a pesquisa. As raízes sobre as quais se estruturou o olhar com que foram observados os fenômenos: violência simbólica, território e campesinato. Também é definido o método que foi implementado na pesquisa e especifica-se a técnica e as ferramentas que acompanharam tal método. O segundo capítulo contextualiza o problema levando em conta a história recente da violência na Colômbia e sua relação com o conflito agrário e a concentração de terra; explica a origem dos conflitos que atingiram o rural e que até hoje são fonte de conflitos graves que o país afronta, destacando os sistemas de violência simbólica inseridos nas relações de poder da realidade colombiana. No terceiro, como continuação e consequência do anterior, narra-se a história particular de violência em El Salado, primeiro trouxeram-se antecedentes vitais para entender o devir da região e relaciona-se a chegada dos diferentes grupos armados e sua luta para a obtenção de controle do território. Desmembra-se a dinâmica e lógica deste território e identificam-se formas de violência simbólica. O quarto e último capítulo foi dedicado a expor como se deu o retorno dos camponeses desde o primeiro ano depois do massacre, ressaltando os valores e dinâmicas do campesinato que se evidenciam nestas ações de reterritorialização. Descreve-se a realidade atual de El Salado encontrada ao realizar-se

o trabalho de campo e também relatada nos mesmos depoimentos, igualmente o cotidiano da população que se enche de diferentes novos projetos, muitos deles liderados pela empresa privada que acompanha o processo de El Salado de recuperar seu território. Ressalta-se o papel dos camponeses no processo de retorno, a iniciativa como reflexo de características do campesinato mencionadas no referencial teórico.

Finalmente, conclui-se o trabalho respondendo às perguntas estabelecidas nesta introdução dando sentido à discussão que parece, em muitos momentos do processo, tão abrangente e complexa ao fazer parte da problemática mais preocupante que atinge a Colômbia.

1. REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O investigador pode usar em seus trabalhos conceitos que tenham as suas raízes em ideologias divergentes, inclusive opostas [...] Mas o pesquisador, por coerência, por disciplina, deve ligar a apropriação de qualquer ideia à sua concepção do mundo, em primeiro lugar, e, em seguida, inserir essa noção no quadro teórico específico que lhe serve de apoio para o estudo dos fenômenos sociais. (TRIVIÑOS, 1994, pp.93)

Como recomenda Triviños, podem-se conjugar muitas concepções, neste trabalho são utilizadas algumas que serão esclarecidas por diversos autores. Para entender a problemática a ser abarcada, há a necessidade de situar como universal a situação de vulnerabilidade de camponeses e outros atores (grupos indígenas, quilombos, etc.) do campo, gerado pela violência vivida no país, expressão da lógica social hegemônica; e a situação específica dos camponeses de El Salado como o singular, segundo a sugestão de Alves (2003) de caracterizar na pesquisa social estes dois componentes. Valente (2008a) torna claro essa identificação exposta por Alves:

De maneira sucinta, o singular e o universal são níveis diferenciados e não-excludentes da produção do conhecimento. O singular, em geral, refere-se aos objetos de pesquisa; o universal expressa as tendências históricas da organização social dominante, ou seja, do modo de produção capitalista. (VALENTE, 2008a, pp. 15)

A importância de fazer a distinção proposta está em que o singular é sempre uma forma de realização do universal, assim:

O singular refere-se também à escala adotada pelo pesquisador para realizar a abordagem da realidade humana: uma cidade, uma região, um país, um continente. Singular é a manifestação, no espaço convencionado, de como leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica. Universal e singular nessa perspectiva são indissociáveis. (ALVES, 2003, pp.8).

As especificidades que geram a diferença não são então excludentes, mas sim determinadas pelo universal (Idem, 2003). Desta forma, a realidade de El Salado é determinada pela realidade do país, é das forças e lógicas que a Colômbia está vivendo.

[...] a transformação daquilo que é familiar em exótico, ou melhor dizendo, o estranhamento, é a melhor forma de compreender o outro. Contudo, por mais ‘estranho’ e ‘diferente’ que seja o aspecto ou o recorte a ser investigado, é obrigatória a sua referência, em última análise, a uma realidade mais ampla de compreensão. Isto porque há mediações que devem ser compreendidas entre os objetos singulares e a realidade na qual aqueles estão inseridos. (VALENTE, 1996, pp. 62)

Porque os camponeses de El Salado estão imersos na realidade de violência da Colômbia, e ainda que não façam parte dos grupos armados protagonistas, sua história foi totalmente afetada por estes. Estas “mediações” são as que mudaram seu devir e não são objeto do acaso, mas de uma lógica que vai além do conflito armado colombiano. Esta última denominação parece simplificar os problemas de violência no país como se fosse um só, mas na verdade abrange conflitos, realidades e situações de diversas naturezas.

Portanto, o conceito de violência é estruturante nesta pesquisa e transversaliza toda a problemática tratada. O conceito trabalhado por Bourdieu (1989) – a violência simbólica – abre um espaço de análise para entender a sociedade e, neste caso, específico as dinâmicas que permitem situações como a estudada.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. (BOURDIEU, 1989, pp.11).

A violência simbólica então descreve o processo de dominação e imposição de cultura (ou sistema simbólico) de um grupo sobre os dominados. Este conceito não pressupõe coerção física, mas a interiorização da cultura dominante, por meio de uma imposição dissimulada da mesma. Assim, o dominado não se opõe ao opressor ao não se considerar vítima, mas percebe como inevitável o processo. (Idem, 1989)

A violência simbólica, para explicá-la de maneira tão clara e simples como seja possível, é a violência que se exerce sobre um agente social com sua cumplicidade [...] sob determinadas condições e a um custo determinado, a violência simbólica pode fazer o mesmo trabalho que a violência política e policial, de maneira mais eficiente [...] De todas as formas de "persuasão

oculta", a mais implacável é a exercida, simplesmente, pela ordem das coisas (BOURDIEU & WACQUANT, 2005, pp.240-241⁹).

Atos violentos como o massacre de El Salado acontecem no país não somente pela dinâmica atual de violência física no rural colombiano, mas também pela violência simbólica subjacente que atinge principalmente o campesinato mediante diferentes formas de dominação. Portanto, independentemente dos motivos de conflito, na história da Colômbia o campesinato vem sofrendo sucessivas perdas como acesso às terras e seu usufruto para os dominantes, entendendo estes como os diferentes grupos que os exploram.

Os massacres ocorreram no “corregimiento” El Salado, território marcado presença camponesa e aonde por determinados períodos não chegaram os serviços estatais nem a força militar. Essas ações foram pensadas e direcionadas a objetivos claros de dominação de território. Por isto se faz necessário incluir na análise o conceito de território, para estabelecer analiticamente as relações entre a violência e o controle de terras no rural.

Para Raffestin (1993), o território “não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais [...] Há, portanto, um processo do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder”. Para o autor, o território só se instaura com o estabelecimento e manutenção de relações de poder. A incursão do conflito armado e o deslocamento forçado mudaram o cotidiano de El Salado. O retorno permitiu identificar elementos fixos e outros que inevitavelmente foram modificados, como as expectativas de seus habitantes sobre o futuro e, portanto, a intencionalidade de seus atos dentro do território.

Faz-se essencial o estudo do território – ao ser uma construção social – quando se quer aproximar de um determinado grupo ou sociedade específica. Isto porque será

⁹ Tradução livre

nesse estudo que se poderão identificar as bases importantes dessa sociedade e decifrar interações que a particularizam.

A territorialidade adquire um valor particular, porque reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorialmente pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral. Territorialidade também pode ser definida como a soma das relações mantidas por um sujeito com seu meio. Ela inscreve-se no quadro da produção da troca e do consumo das coisas. Este conceito ajuda a esclarecer que mais do que propriedade, era o trabalho com a terra o que estruturava a dinâmica de El Salado como “quadro da produção da troca” (RAFFESTIN, 1993).

“A cada mudança de estado, técnica e por consequência a cada mudança de territorialidade, a produção territorial é alterada e os problemas a ser enfrentados com relação ao ambiente são mais diversos” (RAFFESTIN, 1993, pp. 25). Os habitantes de El Salado dizem ter vivenciado a tranquilidade e bonança, seguido da violência e deslocamento, para finalmente encarar um retorno difícil. Em cada um destes momentos são diversos os problemas e as formas de enfrentá-los pelos camponeses.

El Salado é território de seus camponeses? Procura-se identificar nesses atores características que vários autores têm sinalizado como especificidades do campesinato e analisá-las no contexto que eles afrontam. A definição do que é um camponês permitirá maior aproximação da questão de pesquisa, balizada pelas concepções e descrições acadêmicas de este grupo social.

Na Colômbia o debate acadêmico sobre o conceito que abranja categorias sociais como: campesinato, produtor familiar, pequeno produtor, produtor rural entre outras, não tem os mesmos rumos e finalidades que o Brasil. O conceito de agricultura familiar na Colômbia tem sido utilizado por organizações internacionais como a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, por suas siglas em Inglês) para se referir em geral a essas categorias mencionadas. Mas as políticas

públicas e os gestores de políticas adotam o termo de camponeses (campesinos). Por isso, na teoria trazida para a análise se fará referência ao conceito de campesinato, que nos parece mais adequado à realidade desta população.

O estudo do campesinato inicia-se na Europa devido a grandes preocupações dos movimentos nacionalistas e o romanticismo no século XVIII. O esforço de fazer este estudo focava-se em conservar as culturas tradicionais, melhor representadas nos camponeses, assim o estudo destes começa como uma etnografia cultural (PALERM, 1980).

Um dos autores que demonstrou primeiramente interesse no campesinato foi o Marx. Ele tem influência nos estudos camponeses através de todo o século XX fazendo com que na conceptualização do campesinato tome força a discussão de se este é ou não uma classe social, ao identificar sua existência, mas não qualificá-lo como tal (HEWITT, 1988). Valente (2008b) traz a concepção mais detalhada do Marx sobre os camponeses:

Para este, no século XIX, os camponeses independentes não estavam subordinados ao padrão hegemônico das relações de produção capitalistas, e não se enquadravam entre os trabalhadores produtivos ou improdutivos. Além disso, eram, simultaneamente, capitalistas, na condição de possuidores dos meios de produção; e trabalhadores, como assalariados de si mesmos, mas acabariam por assumir uma ou outra posição, numa sociedade em que prevalece a contradição entre capital e trabalho (Idem, 2008b, pp.39).

Abramovay (1992) faz uma retrospectiva sobre a caracterização do campesinato, e nele vai sinalizando diferentes autores e momentos importantes que marcam as primeiras descrições da natureza deste grupo social. Um destes autores mencionados é o Lênin que dá ênfase na diferenciação social do campesinato mostrando a heterogeneidade do mundo rural, apoiando reivindicações anti-feudais e anti-absolutistas. Para Lenin, pobreza e crescimento do mercado eram indissociáveis. Kausky, também foi um autor interessado no rural e considerou de grande importância o apoio dos camponeses aos socialdemocratas, mas seu interesse era político sendo que

procurava provar teoricamente que a sobrevivência dos camponeses não é sinônimo de eficiência, mas de super exploração.

As ideias destes dois autores não se refletiram na realidade do seu tempo. Foi Chayanov quem concebeu que a economia camponesa pode ser um objeto de conhecimento racional e positivo. Ele tenta mostrar: suas leis de funcionamento e sua existência não ocasional, mas como resposta a uma necessidade social (Idem, 1992).

Abramovay (1992) procura diferenciar os conceitos de campesinato e de agricultura familiar, explica como esta última não pode ser explicada por sua herança histórica camponesa, devido a ação do Estado capitalista que foi determinante para sua existência. A diferença essencial que resgata é a relação com o mercado:

[...] são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos [...] Diferentemente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e portanto da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado. (Idem, 1992, pp.24)

O autor sinaliza duas preocupações existentes até hoje: “não se pode compreender o campesinato imputando-lhe categorias que não correspondem a suas formas de vida”, e, “Embora a unidade de produção camponesa lide com trabalho, bens de produção e terra, disso não decorre a presunção de que ela gera salário, lucro e renda da terra”. Estas duas convertem-se em características que acompanham este grupo social.

Nazareth Wanderley, a autora brasileira com maior autoridade sobre o assunto em seu país mostra como o projeto camponês e a própria modernização adquirem contornos específicos quando se concretizam, como no caso brasileiro, sob o comando da terra¹⁰.

¹⁰O Prof. Dr. Arilson Favareto, membro da banca de defesa de dissertação, indicou que Maria Nazareth Wanderley, em razão de seu pensamento original, seria a autora com quem o diálogo deveria ser travado, no tocante à questão do campesinato. Contudo, retomaremos a essa questão em outra oportunidade, uma vez que nos faltam condições teóricas e de tempo, nesse momento, para discutir e aprofundar a sugestão oferecida.

A autora (2004) coloca a questão do campesinato: antes ser camponês não era profissão, mas modo de vida, a modernização o vê como “o agricultor”, e em isto há muita diferença. A autora afirma como o campesinato tem sido modificado profundamente, estas modificações são pensadas por alguns desde uma perspectiva evolutiva e outros consideram os processos de continuidade entre o camponês e o agricultor.

O campesinato através da história tem lutado contra as formas de concentração da terra e das riquezas. É uma luta pela autonomia como processo contínuo de construção. A unidade camponesa de produção é a forma institucional que distancia a atividade agropecuária dos mercados de insumos e a vincula aos mercados de produtos (VAN DER PLOEG, 2009). O ciclo de reprodução camponesa sempre procura viabilizar a sobrevivência através do tempo.

Os recursos no campesinato tendem a ser limitados devido à condição que apresentam nesta estrutura de ser distribuídos entre os integrantes da família. Isto leva a uma busca constante de eficiência técnica, fortalecida pela centralidade do trabalho como forma de gestão e organização, necessárias na unidade camponesa. Outra característica da produção camponesa é a menor necessidade de terra para a produção, em comparação com a produção a grande escala empresarial, além de ser a produção que mais geração de emprego produtivo e valor agregado tem.

Em contraste com a produção empresarial, a última é muito mais dependente do mercado, possui instabilidade econômica ao ser dependente dos preços de compra venda. Por estas razões explica-se sua necessidade de proteção governamental (Idem, 2009).

Chayanov (1925) considera o campesinato como sistema econômico sobre cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento. Também defende que suas ideias se refletem na gestão e organização do seu estabelecimento. Os

fatores dos quais o camponês se serve para montagem de seu objetivo econômico são: mercado, disponibilidade de terras e padrão tecnológico. Para ele, a Lei básica da existência camponesa é o “balanço entre trabalho e consumo” (*apud* ABRAMOVAY, 1992, pp.60).

Outras características sinalizadas por Chayanov são: o critério de maximização da utilidade não é obtenção de maior lucratividade, mas satisfação das necessidades familiares, a atividade dos camponeses depende dos consumidores não dos trabalhadores, a natureza do seu critério é subjetiva, a renda familiar é um todo indivisível, esta se forma e depende de um organismo econômico único. Caracteriza-se o campesinato pela auto-exploração na qual a intensidade do trabalho não é determinada por relação com outras classes sociais, mas pela razão entre as penalidades dos esforços e a satisfação das suas necessidades, isto implica que a tomada de decisões seja interna.

Schneider sinaliza também esta definição na teoria do Chayanov:

Segundo Chayanov, deve-se considerar a família sob três aspectos centrais. Primeiro, em seu ciclo demográfico completo, o que implica relacionar a variação da utilização dos fatores produtivos (terra, trabalho e meios de produção) ao seu processo de diferenciação interna. Segundo, deve-se buscar entender o ‘caráter teleológico’ do comportamento das ações familiares, que organiza o funcionamento dos ‘mecanismos internos de equilíbrio’ [...]. Essa racionalidade orienta-se na direção da ‘utilização ótima de fatores’ (terra, capital e força de trabalho), estabelecida a partir do tamanho da família e seu grau de auto-exploração em relação às condições objetivas dos meios de produção. Terceiro, a composição e a união entre a unidade doméstica (ou de consumo) e a unidade de produção, o que faz com que a família funcione como um todo, especialmente no que se refere à gestão de sua rendas. (*apud* SCHNEIDER, 2003, pp. 107)

Outras características da unidade familiar que podem se resgatar são: a unidade elementar é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo, sendo que a mercantilização é apenas marginal. A vida camponesa não é organizada apenas em torno da produção, mas é um modo de existência, de vida, quanto um modo de produzir; a organização da produção (quantidade, métodos de produção, etc.) é resultado do

equilíbrio entre a satisfação das necessidades e as dificuldades do trabalho, esse equilíbrio é afetado pelo tamanho da família e da terra.

Outro autor que faz uma delimitação interessante das sociedades camponesas é Shanin (1979, grifo nosso) que estabelece um tipo geral de campesinato com quatro facetas básicas: *a granja familiar camponesa como a unidade básica da organização social multidimensional*, a mão de obra é dada pela mesma família e a granja cobre as necessidades de consumo desta, a economia é dependente das relações familiares. *O cultivo da terra como o meio principal de subsistência para satisfazer a maior parte das necessidades de consumo*, a produção de alimentos faz relativamente autônoma à granja familiar. *Uma cultura tradicional específica relacionada com a forma de vida de comunidades pequenas*, há presença de normas e condições socialmente determinadas dos camponeses, como atitudes tradicionais. *A posição de súbdito e a dominação do campesinato por forasteiros*, os camponeses no geral estão afastados das fontes sociais de poder, os elementos através dos quais conecta-se a subordinação cultural e exploração econômica são: o imposto, renda, juros, intercâmbios injustos e desfavoráveis.

Várias das características sinalizadas e listadas são em grande parte primeiramente identificadas por um autor que desenvolveu sua teoria num contexto político concreto como o é a Rússia de começos de século XX, mas posteriormente são objeto de interesse dos estudiosos das ciências sociais e econômicas. “As categorias que definiram [Lenin e Chayanov] e os argumentos que desenvolveram configuraram uma concepção do campesinato que se converteu em hegemônica ao longo do século XX” (DE LUNA, 2007, pp.2).

É em meados daquele século quando o capitalismo invade o rural e cresce aceleradamente a industrialização e a urbanização que os estudos tomam uma

orientação à economia, tecnologia e organização da produção e consumo (PALERM, 1980).

MOURA (1986) expõe razões sobre o interesse nestes estudos:

[...] O camponês tem despertado uma ânsia e pesquisa bastante peculiar. Várias razões podem ser levantadas para explicá-la: há o fato de o camponês controlar terra no capitalismo sem ser possuidor de capital, na acepção marxista da palavra; há também o fato de o camponês ser uma espécie de pomo de discórdia sobre a natureza de classe das revoluções que implantaram ou derrubaram historicamente a ordem burguesa; há ainda o fato de o camponês trabalhar com a ajuda da família à qual não remunera segundo a ótica capitalista, isto num mundo marcado pelo contrato individual de trabalho e pelo pagamento em salário das tarefas desempenhadas; resta assinalar o fato de o camponês lutar por formas culturais e sociais próprias da organização, sem ser ou poder se concretizar como outro povo ou outra cultura, estranhando, mais do que recusando, a sociedade abrangente que o contém ou circunda. (Idem, 1986, pp.8)

Com isto a autora descreve por sua vez, várias das características principais que adjudica a este grupo social. Mas, através das mudanças sociais têm se modificado os interrogantes sobre a natureza da vida política e econômica dos camponeses, um deles é sobre sua integração, subordinada à lógica econômica do capital industrial. (Idem, 1986)

O debate teórico rural tem sido cambiante conforme um paradigma cede o passo a outro. Os paradigmas dominantes influenciam o terreno teórico como o da política pública, por isto tem sido determinantes na conceituação e na aplicação de políticas dirigidas ao campesinato. Consequência desta realidade é que as perguntas e explicações referentes à população camponesa no campo teórico e nas ações políticas e econômicas não levam a uma identificação estática do campesinato, mas dinâmica e complexa (DE LUNA, 2007). Identificação que tem que ser, portanto, contextualizada e atualizada ao caso camponês específico estudado, dado que há características que devido a fatores alheios à natureza do campesinato, mas determinados mais pela realidade do país ou tempo específico, deixam de ser estruturantes.

No Brasil conceitos como Agricultura Familiar têm sido debatidos nos âmbitos político e acadêmico a partir da década de 90. Este debate abre-se para a elaboração de

políticas mais inclusivas e encaminhadas às verdadeiras necessidades do rural e sua população. Wanderley (2004) defende que além destas novas perspectivas o conceito de campesinato continua existindo apesar de que parecia excluído desse futuro e que anunciava a sua “decomposição” ou os processos da sua subordinação às novas formas de capital no campo.

O desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial (Idem, 2004).

O campesinato se constitui historicamente como o que a autora chama de “civilização” ou “cultura”, mas o campesinato tradicional não é um mundo à parte, por isto não cabe julgar sua transformação até hoje como uma passagem do isolamento social a uma integração econômica. Ela considera que o campesinato pode ser visto ou como “uma forma social particular de organização da produção” (WANDERLEY, 2004, pp.47), ou, como aquele cuja base de produção é a unidade familiar. Estas duas visões segundo a autora são complementares.

Shanin (1979) também expõe sobre como a economia., relações de mercado transformam gradualmente a granja familiar camponesa numa empresa de caráter capitalista, o que implica o desaparecimento das suas características peculiares. Mas “se se resistem à mudança mecanismos sociais de operação simultânea pode aparecer um reforçamento da estrutura social camponesa sob certas condições [...] Como toda entidade social, o campesinato existe só como um processo, ou seja, na sua mudança” (Idem, 1979, pp.13)

O autor defende a existência do campesinato como um conceito realista, primeiro chamando a atenção para as similitudes existentes entre grupos camponeses de diferentes países com condições físicas e sociais tão diversas, mas também esclarece que “uma generalização sociológica não implica uma pretensão de homogeneidade nem uma tentativa de uniformidade” (Idem, 1979, pp.9).

Moura (2007) pensa o processo de moldura do campesinato como classe social, o qual atribui à necessidade da alimentação e subsistência da sociedade, “tudo e todos tornavam o camponês a base indispensável da reprodução social”, mas:

O campesinato é sempre um pólo oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho e renda em dinheiro. (Idem, 1986, pp. 10-11)

Esta posição de subordinação, no entanto não tem sido causa para o desaparecimento do campesinato. Inclusive há vários autores que defendem a continuidade de sua existência na história ou sua transformação segundo o contexto. A autora, por exemplo, defende sua continuidade: “[...] os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção” (Idem, 1986, pp.19).

Por último, um fator determinante ao falar em campesinato e ao qual se fez especial ênfase nas análises é o tema da terra e a relação desta com os camponeses. Nesta relação revelam-se explicações sobre o agir dos camponeses de El Salado e as decisões tomadas em quanto o seu futuro.

A terra não é propriamente um capital, no sentido capitalista do termo, já que não engendra lucro [...] A terra é o patrimônio da família ou da coletividade e, se pertence a outro, a renda que remunera o proprietário é analisada como um elemento do tributo e não como a remuneração de um capital. (MENDRAS, 1978, pp.47)

O autor também a distingue o amor à terra como um dos valores do campesinato e explica a relação do camponês com ela:

O amor à terra, movido por uma racionalidade econômica ou por uma exigência de liberdade, pode evidentemente assumir formas sentimentais de ligação a tal ou qual terra particular, geralmente a dos ancestrais, que é cultivada de geração em geração e simboliza a continuidade familiar, um outro valor fundamental, já que o grupo doméstico e a linhagem são duas instituições-chave de uma sociedade camponesa (Idem, 1978, pp.191)

Sobre este assunto da terra e da propriedade Seyferth (2009) em seu texto sobre imigrantes colonos no Sul do Brasil enfatiza sobre o que ela chama de uma “questão fundamental – a reprodução social e sua relação com a transmissão do patrimônio fundiário ou, dito de modo simples, a necessidade de dotar os filhos com terras para agricultura”. Este tema transparecerá no quarto capítulo.

Estas características sinalizadas pelos autores e ressaltadas aqui são base importantíssima para entender a dinâmica camponesa em El Salado e as causas de retorno ao seu povoado.

1.2 MÉTODO

A abordagem antropológica de base, que todo pesquisador considera hoje incontornável, quaisquer que sejam suas opções teóricas, provém de uma ruptura inicial em relação a qualquer modo de conhecimento abstrato e especulativo, isto é, que não estaria baseado na *observação direta dos comportamentos sociais a partir de uma relação humana*. (LAPLANTINE, 1988, pp.150)

Como afirma o autor, a observação e o contato com os atores são básicos na pesquisa e na busca de respostas. Grande parte da pesquisa se sustenta sobre o desenvolvimento de um trabalho de campo, onde se estabeleceu relação direta com os camponeses de El Salado.

O objetivo neste estudo é analisar o processo de reterritorialização das famílias de El Salado depois do seu retorno, utilizando como ferramenta de análise a nova relação entre as famílias e seu entorno. Preocupa-se, portanto, em relatar sua situação, as atividades que hoje realizam, a visão do seu povoado e seu território, a forma de ocupação, sua estrutura na agricultura familiar, seu papel como camponeses, sua história e as políticas públicas que os afetam.

Assim, como se pode facilmente deduzir, é antes de tudo um trabalho baseado em pessoas, como afirma Laplantine (1988, pp.150): “Não se pode, de fato, estudar os homens a maneira do botânico... só se pode fazê-lo comunicando-se com eles”. Da Matta (1987, pp.144) também aponta para a importância do exercício de estudar o homem, referindo-se a como a antropologia leva “ao estudioso a tomar contato direto com seus pesquisados, obrigando-o a entrar num processo profundamente relativizador de todo o conjunto de crenças e valores que lhe é familiar”.

A abordagem epistemológica utilizada nesse trabalho é a análise qualitativa, apresentada como possibilidade teórica de compreensão da realidade de El Salado para sua possível transformação. Contudo, este trabalho se interessa na ação transformadora, na exploração do conjunto de opiniões, processos, símbolos e significados, em transcender o senso comum e promover a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados:

A insistência da Antropologia de que o “diferente”, o “exótico”, aquilo que é pouco conhecido ou estudado não deve ser encarado com preconceitos, antes, quer chamar a atenção para o fato de que o modo de viver e de pensar de uma “sociedade” ou grupo social deve ser respeitado em sua “lógica própria”, singular. Contudo, nem por isso a análise antropológica deve se manter restrita à descrição da singularidade ou especificidade ou supor que essa “lógica própria” fale por si. (VALENTE, 1996, pp.62)

As pesquisas qualitativas estão preocupadas com os significados que as pessoas dão as coisas na sua vida. É central entender as pessoas desde sua própria estrutura de referência e experimentar a realidade como elas a experimentam, enfatizando e se

identificando com as pessoas que eles estudam para entenderem como essas pessoas vêem as coisas (TRIVIÑOZ, 1994).

O tipo de pesquisa que será feita é um estudo de caso. Como explica Lazzarini (1997)

A pesquisa por meio de estudos de caso tem sido enquadrada no grupo de métodos denominados qualitativos, que se caracteriza por um maior foco na compreensão dos fatos do que propriamente na sua mensuração. O método de estudos de caso se propõe investigar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real. (Idem, 1997. pp.3)

É claro que ao focar o estudo no singular, é essencial trazer ao corpo da pesquisa inumeráveis fatos e variáveis a serem também estudadas que interagem e influenciam o objeto da pesquisa. Valente discute o estudo de caso no campo dos Agronegócios, e faz alusão a essa “multiplicidade de questões”, e como este fato influi na metodologia adotada em tais estudos (2008a). A autora afirma:

A diversidade de objetivos desses estudos e a multiplicidade de questões relacionadas aos recursos físicos, financeiros e humanos impedem uma recomendação universal de opção metodológica para a busca de informações. (VALENTE, 2008a, pp.3).

Triviños (1994, pp.133) também dá pautas sobre a natureza do estudo de caso: “o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Suas características são dadas por duas circunstâncias: a natureza e a abrangência da unidade”. Esta definição por sua vez faz referência do objeto ser uma unidade, obrigando a um estudo da estrutura com todas as variáveis que abrange. Além do mais o mesmo autor assinala a complexidade do trabalho ao descrever o estudo de caso de uma comunidade, o qual pode se transformar numa pesquisa complexa, ainda que só se privilegiem com ênfase os aspectos de relevo que nela interessam (TRIVIÑOS, 1994).

Por esta razão é de grande importância a base teórica ao ser estruturante, ser guia e suporte para não se perder no “universo” incerto nesse singular. Valente (2008)

ressalta como a complexidade do estudo de caso está determinada pelos suportes teóricos os quais servirão de orientação ao investigador em seu trabalho. A autora apesar de não concordar com a perspectiva “funcionalista” em Malinowski resgata dos três princípios metodológicos da pesquisa etnográfica que este autor aponta a importância da teoria por parte dos pesquisadores, ao diferenciá-los de “amadores e curiosos que tendem a fazer relatos falsos, caricaturas infantis dos povos estudados” (VALENTE,1996, pp.56). Do segundo princípio resgata a “necessidade de o pesquisador garantir boas condições de trabalho” seria isto viver junto aos membros do grupo estudado (Idem, 1996, pp.57)

O estudo de caso avaliado neste trabalho foi a reterritorialização das famílias camponesas de El Salado, ao retornar ao povoado depois de serem deslocadas pela violência. O trabalho de campo se desenvolveu então no povoado de El Salado com uma visita ao lugar que durou 10 dias (29/08-7/09, 2011), nos quais se vivenciou e acompanhou a vida cotidiana dos camponeses de perto o que foi facilitado pela estadia na casa de uma família do lugar que vivenciou tudo o processo de deslocamento, retorno e reterritorialização. Realizaram-se vinte (20) entrevistas. Sete (7) das entrevistadas são mulheres, enquanto que os outros treze (13) são homens. Só um dos entrevistados é adolescente (16 anos), duas entrevistadas encontram-se na faixa de 30-35 anos, dezesseis (16) dos entrevistados encontram-se na faixa etária de 45-65 anos e só uma das entrevistadas é adulta mais com 82 anos.

A logística para chegar ao lugar, que não é de fácil acesso, foi facilitada pela assessoria dos gestores do projeto da Fundación Semana. Como esta equipe já completou dois anos de trabalho contínuo no povoado, já conhecem mais da população que nela mora. Os gestores indicaram os principais líderes assim como diferentes pessoas que cumprem diversos papéis na comunidade (comerciantes, mães cuidadoras das crianças da comunidade, jovens empreendedores, etc.). Esta lista foi a base guia

para começar as entrevistas e à medida que se foi desenvolvendo aproximação com a população e se fizeram as primeiras entrevistas aos líderes por vários mencionados, se adotou critério próprio de seleção de entrevistados levando em conta a preocupação de falar com diferente tipo de pessoas pertencentes à comunidade. Realizaram-se também as últimas entrevistas com camponeses que vivenciaram todos os processos, mas nunca foram entrevistados antes nas diversas reportagens feitas, para ouvir o que possivelmente nunca foi dito. Todos os entrevistados foram deslocados duas vezes do seu povoado (1997 e 2000), retornaram e moram atualmente em El Salado.

Os instrumentos utilizados foram: entrevistas semi-estruturadas (Anexo A,B), entrevistas livres e observação livre. Foram entrevistadas algumas das vítimas do conflito (20) que retornaram a El Salado, das quais a maioria foi gravada (18), e gestores do projeto “El Salado Revive” (da Fundación Semana) (5) que residem no povoado. Igualmente se utilizam alguns depoimentos de camponeses entrevistados num documentário realizado em 2009 pela CNRR (Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação)¹¹ chamado “El Salado: Rostro de una Masacre”¹².

Realizou-se um levantamento de um diário de campo onde se plasmaram as observações livres realizadas no tempo de estadia.

A utilização de um diário etnográfico ou de campo pode ser um instrumento ideal na coleta e registro de impressões, que vão sendo discriminadas entre relevantes ou superficiais e transformadas ao longo do processo de investigação. (VALENTE, 2008a, pp.6)

As entrevistas foram realizadas nas casas dos camponeses. De dia foram entrevistadas as mulheres (7). Essas entrevistas geralmente se faziam na cozinha, enquanto elas cozinhavam ou debulhavam milho. Os depoimentos das mulheres foram um componente básico na reconstrução da história que vivenciou a comunidade.

¹¹ CNRR é uma organização criada em 2005 de acordo com a Lei 975 de 2005 “Justiça e Paz” em função de planejamento e recomendação de um programa institucional de reparação coletiva e promoção dos direitos dos cidadãos vítimas da violência

¹²Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=a3tFC5ZHygUy>; <http://www.youtube.com/watch?v=gr0vDuuEwQ4>; <http://www.youtube.com/watch?v=0DLozVJSh7w&feature=related>; <http://www.youtube.com/watch?v=i-hxsjEDwQ&feature=related>; http://www.youtube.com/watch?v=W82zgpK_6fE&feature=related; <http://www.youtube.com/watch?v=5uQkFRmWNAg&feature=related>.

Lembram e contam, às vezes timidamente, detalhes dolorosos sobre o acontecido que nem sempre foram perguntados na entrevista, mas que elas traziam na conversa. Já as entrevistas aos homens realizavam-se principalmente ao final da tarde ou à noite ao voltarem do dia de trabalho para suas casas. Nestes depoimentos em geral enfatizaram-se mais o futuro e o presente das famílias e de El Salado, tendência que foi livremente dada pelos entrevistados.

Nas primeiras entrevistas houve acompanhamento dos gestores da Fundación Semana para a apresentação inicial, com o fim de gerar confiança nos entrevistados quanto às intenções da pesquisa. Antes de começar as entrevistas pedia-se licença para a gravação; em todos os casos foram permitidas, mas em dois houve problemas técnicos por isso só se tem evidências em papel destas duas, as demais foram todas gravadas. Todos deram também permissão de publicar seus nomes, mas em decorrência da situação delicada de segurança, tomou-se a precaução de omitir os nomes no trabalho. No viés de citar algum depoimento se enumeraram os entrevistados com a sigla C (de Camponês) e o número cronológico da entrevista (1-20). No caso dos gestores do projeto se enumeraram os entrevistados com a sigla G (de gestores) e o número (1-5). Finalmente no caso dos depoimentos pertencentes ao documentário “El Salado: Rostro de una Masacre”, para serem diferenciados das entrevistas feitas, foram numerados da seguinte forma: (jovem-mulher-homem #, ROSTRO DE UMA MASACRE, 2009).

Prepararam-se para as entrevistas semi-estruturadas dois roteiros de perguntas: uma para os camponeses e a segunda para os gestores (anexo A e B respectivamente). Neles procurou-se abranger questões que têm a ver com sua vida antes do deslocamento, as realizadas no tempo em que saíram de El Salado e as atividades atuais a partir do retorno. Também da matriz de análise utilizada por Tonneau & Sabourin (2007, pp.313) para estudos de caso no agronegócio (anexo C), foram selecionados os ítems que analisam especificamente a AF para incluí-los nos roteiros:

Situação atual e características da AF

- a. Lugar da agricultura familiar
 - i) Tipo de agricultura familiar: especialização, pluriatividade, usa de mão-de-obra assalariada, integração com a indústria, relações de produção entre diversos setores agrícolas.
- b. A diversidade dos sistemas de produção (tipologia), os circuitos de comercialização e o lugar da AF nesses circuitos.
- c. Tendências, evoluções e processo de regulação.

2. VIOLÊNCIA E FORÇAS EM CONFLITO ARMADO.

Para a sociedade colombiana, o problema da “violência” é um fator protuberante. Muitos o consideram como o mais grave perigo que tenha passado a nacionalidade. É algo que não pode ignorar-se porque irrompeu com facções e genocídios, sob a égide de guerrilheiros com sonoros apelidos, na história que aprenderam nossos filhos; porque sua impressão será indelével na memória dos sobreviventes e seus efeitos tangíveis na estruturação, conduta e imagem do povo da Colômbia. [...] Não encarar o tema, não se atrever a agitá-lo, não derivar dele ensinamentos, tanto científicos como de política social, terá sido um esbanjamento de oportunidades e um ato não pequeno de traição aos interesses da comunidade. (FALS BORDA et. al, 1962, prologo)

A história da Colômbia tem sido marcada pela violência, com seu início há mais de cinco séculos a partir da chegada dos espanhóis na conquista e colonização subsequente e prolongou-se com novos atores. Para estudar sua origem devem ser referenciados os processos de expansão colonial dos espanhóis no país, isto porque é desde esses tempos que se erige a estrutura do território e se define a divisão das terras como até hoje são divididas.

Assim, a história também está ligada intimamente à história da propriedade rural e à política de terras. A incapacidade de resolver o problema agrário e rural e não entender suas origens transversaliza todos os processos políticos e a evolução do poder na sociedade colombiana (MACHADO, 2009). Este autor relaciona no tempo a estruturação da propriedade e as consequências contemporâneas desta evolução:

A formação da propriedade rural na Colômbia estende-se desde a colônia até nossos dias, sem que durante este tempo se tenham resolvido todos os problemas derivados da estruturação da propriedade privada e sua relação com as terras públicas. A conformação da propriedade rural acompanha o passo de uma sociedade rural a uma urbana e a evolução da pré-modernidade à modernização. Também vai junto com a instabilidade social e política contemporânea, que se manifesta no conflito que perdura desde os inícios da segunda metade do século XX, e no qual tem um peso significativo a disputa pela propriedade rural (Idem, 2009, pp.13).

Durante o período da conquista e a colônia – que abrange mais de 300 anos – a violência predominou para submeter à população indígena e saquear metais preciosos. Na Espanha, e em geral na Europa, houve acentuação do clima de ressecação devido à situação monetária que se caracterizava por uma queda na circulação de ouro e prata. O consumo exagerado da nobreza devia pagar-se com estes metais, dos quais a produção escasseava no continente. As armas de fogo e os avanços na navegação, junto com o uso generalizado da escritura, permitiram aos europeus lançar-se a uma etapa de descobrimentos e conquistas. Estas levaram a uma fase nova de desenvolvimento da sua cultura: expansão da civilização europeia e submissão dos demais povos ao domínio colonial do velho continente.

Para 1500 a maior parte do território colombiano, em especial a costa atlântica e os vales fluviais inter-andinos, se encontravam habitados por diversos grupos indígenas (MELO,1977). Mas quando foi evidente o nível do extermínio indígena gerou-se desde a Europa o chamado “Triângulo Negro”, quando banqueiros e comerciantes começaram o negócio de sequestrar milhões de homens e mulheres da África para trazê-los à América como escravos e assim suprir a mão de obra indígena que havia sido morta. A conquista dos espanhóis no século XVI na América interveio o processo histórico dos indígenas, foram mudados e destruídos processos econômicos, políticos e sociais dessas sociedades (RUANO, 2008). Fals Borda (1975) fala do aporte dos conquistadores:

Este deve se estudar no que toca à maneira como se efetuava a exploração do homem pelo homem na Espanha antiga, já que daí se derivam muitas formas de

organização do trabalho que ainda existem no campo colombiano, [...] Na costa atlântica os camponeses entregam uma porção dos seus produtos como forma de pagamento a quem se diz dono da terra. (Idem, 1975, pp.23)

É um fato que a posse da terra confere poder. Isto é certo nas sociedades agrárias, as quais funcionam principalmente com base na exploração agrícola e pecuária. Assim aconteceu na época da colônia e continua acontecendo até hoje na Colômbia: aqueles que empreenderam a ocupação preocuparam-se em arrumar as formas de apossar-se de tão importante elemento como é a terra como meio básico de produção. O resultado foi o latifúndio, cuja formação cumpriu papel fundamental do Estado como representante dos interesses de classe dos grupos dominantes (KALMANOVITZ, 2003).

A organização senhorial (baseada em relações de servidão) que a Coroa Espanhola assume influência as formas institucionais de distribuição de propriedades na América. Diferentemente da colonização inglesa, a primeira estava procurando despojar de suas riquezas às civilizações pré-colombianas, por isso realizou uma intensa exploração das populações. As instituições que se definiram e sustentaram a economia e a sociedade com a colonização espanhola são quatro, principalmente: a “mita” e a “encomienda” e, posteriormente o “resguardo” e a “fazenda”.

Da dissertação de mestrado de Ruano (2008) traz uma descrição detalhada destas instituições:

A “mita” explorava o cumprimento comunitário de tarefas e nela a mão-de-obra indígena era o tributo explorado. Com este mecanismo os índios eram obrigados a trabalhar fundamentalmente na exploração mineira. A queda demográfica, devido às extenuantes jornadas nesse trabalho, trouxe a destruição da vida familiar e social indígena.

A “encomenda” consistia na administração de comunidades indígenas para a produção de tributos em espécie – alimentos, tecidos, ouro –. Era o mecanismo mediante o qual os nativos eram levados a prestar serviços – coletar lenha e forragens para animais, reparação de casas – nas fazendas dos espanhóis (Idem, 2008, pp.45).

A “mita” tinha várias modalidades: mineira, agrária e industrial ou de fábrica. Ela permitia que os indígenas fossem trasladados de lugar, atividade e clima o que era

devastador para a comunidade. Segundo Tirado (1971) de todas as instituições foi a que mais afetou às sociedades indígenas. Na encomenda por sua vez, a relação do encomendador e o indígena era de servo e amo, o último com todos os direitos e o primeiro com todos os deveres, o que fez que em muitos casos semeia-se uma escravidão.

Estas formas de exploração de trabalho indígena fizeram com que diminuísse notavelmente a população nativa, o que é contraditório, ao por em perigo a base do assentamento senhorial na América: a servidão agrícola. Isto causou reação da coroa traduzida numa nova política na qual as colônias começaram a valorizar-se não só como fonte de metais preciosos, mas também como mercados importantes de manufaturas da Espanha e abastecedoras de matérias primas (ZULETA, 1991). Assim foi que apareceram as outras duas formas de exploração que cuidavam da preocupação da coroa:

A “fazenda” tomou força como a instituição econômica e política dominante, vastas extensões de terra dedicadas à produção agrícola ou de gado, localizadas perto das cidades ou das explorações mineiras [...] Com o modelo da fazenda se instaurou a função de outorga de terra e a configuração de domínio sobre ela. Enquanto as fazendas de propriedade de poucos donos expandiam-se, as comunidades indígenas eram deslocadas de seus territórios e suas organizações eram desagregadas (RUANO, 2008, pp.45).

Por último estão os resguardos indígenas. Com estes se reconhece o direito de propriedade das terras que ocupam as comunidades indígenas e consideram-se estas inalienáveis. A propriedade era coletiva, mas sua exploração nem sempre adotava essa forma; ela também era cultivada individualmente ou em parcelas familiares. Alguns lotes do resguardo eram trabalhados pela comunidade coletivamente, para poder cobrir os tributos da Coroa (MACHADO, 1986; 2009). Mas segundo Ruano (2008, pp.46) “A terra outorgada era a menos apta para atividades agrícolas e, distante das cidades”. As vendas de terra pela Coroa a partir do século XVIII e o roubo delas por parte dos

fazendeiros vizinhos fizeram com que os resguardos reduzissem significativamente (ZULETA, 1991), desaparecendo em quase todo o país para 1850.

Houve diferentes leis de liberação do comércio. A decomposição dos resguardos indígenas facilitou a formação do trabalho assalariado do indígena e o camponês sem terra, ambos trabalharam como peões, parceiros e arrendatários sob diferentes sistemas de produção (KALMANOVITZ, 1982). Começou a se formar a pequena propriedade em zonas altas onde não se tinha presença de comunidades indígenas organizadas e nas vertentes onde se tinham condições para o desenvolvimento de uma economia familiar.

Com o fim de impulsionar a ocupação e exploração de terras a Coroa criara incentivos como a concessão de direitos sobre a terra e seus habitantes. O problema era também manter controle sobre suas colônias, devido a que os beneficiários destes incentivos procuravam a independência de caráter feudal o que era difícil de administrar pela Coroa (ZULETA, 1991). Para o autor o resultado desta tensão foi decisivo para a história da estrutura agrária colombiana. Especialmente em regiões indígenas a ambição pela terra levou a um processo de concentração da propriedade desde a época da colônia.

Os latifundiários, apoiados por um governo que se prestou para estas artimanhas, conseguiram uma desmedida concentração da propriedade e despojo de nativos nos primeiros séculos da colônia. Somou-se a venda ou remate de terras nos séculos XVII e XVIII, o que completou a privatização das terras públicas acessíveis nesse tempo. Estas terras foram compradas por pessoas endinheiradas que já tinham adquirido outras por concessão da coroa. Os informes dados pelos promotores e vice-reis à Coroa no século XVIII identificaram já a natureza do problema agrário, conformado pela política espanhola e a mentalidade feudalista dos proprietários (MACHADO, 2009). Enquanto

isso acontecia com os dominadores, o setor dominado estruturou seu acesso à terra adaptando-se às condições:

No final do século XVIII tinham acedido à propriedade: camponeses, brancos, mulatos¹³ e mestiços¹⁴, em terras que eram parte das terras de assentamentos indígenas extinguidos. Ou seja, já se começava a conformar uma capa de pequenos proprietários com uma baixa percentagem das terras que operavam ao lado dos latifúndios, sustentando as bases para uma estrutura agrária bimodal¹⁵ e de uma constelação do latifúndio. (Idem, 2009, pp.36).

“A fazenda foi à instituição que modelou essa sociedade e constitui a base para a formação de um heterogêneo rural, caracterizado por uma fraca inserção econômica e social de seus habitantes.” (RUANO, 2008, pp.47). Nos capítulos seguintes se verá como este tipo de instituição estrutura até hoje a lógica de exploração de mão de obra e concentração da terra na região de Montes de María, onde se encontra El Salado.

Ao término da época da colônia enfrentara-se a sociedade à construção da República, a qual herdou várias políticas da lógica colonialista:

Com a desintegração da administração colonial foi consolidada a “Grande Colômbia¹⁶”. A nascente república é rodeada por fortes contradições: uns advogavam por um esquema mais liberal e outros defendiam o velho esquema instaurado durante a colônia. Finalmente se estabeleceram regimes e políticas similares às praticadas pelos espanhóis. (Idem, 2008, pp.46)

Desenvolveu-se uma política de baldios. Estes bens públicos foram entregues em várias modalidades ao setor privado, priorizando aos privilegiados respeito aos colonos e pequenos produtores, os quais dificilmente puderam ter acesso à propriedade. Assim foi se conformando uma estrutura social dominada pelos latifundiários que

¹³Descendente de pessoa de raça negra e pessoa de raça branca.

¹⁴ Descendente de padres de etnias diferentes, em especial branca e indígena.

¹⁵Sendo a estrutura bimodal caracterizada pela alta concentração e polarização, pouco desenvolvimento da democracia, conflito entre a pequena e grande propriedade, típica de um estado fraco e políticas que discriminam os camponeses e pequenos proprietários (Ministério de Agricultura & IICA, 1995).

¹⁶Foi criada no Congresso de Cúcuta, compreendia os atuais territórios da Colômbia, Venezuela, Equador, Panamá e pequenas porções dos territórios atuais da Costa Rica, Guiana e Brasil. Existiu entre 1821 e 1831, quando foi dissolvida pelas grandes diferenças políticas entre os Partidos Políticos Liberalismo – Federalismo – e Conservadorismo – Centralismo –, e também pelas tensões regionais entre os povos que a integravam (RUANO, 2008, pp.46, pé de página).

influenciaram na estrutura estatal fundamentados no controle da propriedade rural. Também conseqüentemente estimulou-se o estabelecimento de colonos.

Quando se deu a independência¹⁷ a terra já estava concentrada e as principais zonas aptas incorporadas para o desenvolvimento da atividade agrícola tinham passado às mãos do setor privado. Existiam ainda grandes extensões na fronteira, que não tinham sido legalizadas, estas foram disputadas para sua apropriação durante todo o século XIX e primeira metade do XX, tempo em que o Estado vendeu ao melhor concorrente as melhores terras públicas fortalecendo os latifundiários e deixando milhares de camponeses sem terra trabalhando para eles (MACHADO, 2009). Esta lógica de apropriação acompanha até hoje a dinâmica rural na Colômbia, o mesmo autor descreve as conseqüências deste modelo na estrutura agrária do país:

O modelo fundamentado na grande propriedade e os processos de apropriação da terra por latifundiários, comerciantes, militares e políticos durante a colônia e a era republicana criaram uma estrutura agrária bimodal, desigual, conflitiva, concentrada e polarizada, que não tem ajudado a gerar condições de desenvolvimento e articulação da agricultura a processos agroindustriais de caráter dinâmico e virtuoso, que tendam a melhorar as condições de vida da maioria da população rural. (Idem, 2009, pp.11)

Durante o século XIX o país foi sacudido por várias revoluções em sua maioria violentamente reprimidas e várias guerras. Estas começaram (oficialmente) no final do século, mas, como já se mencionou a pobreza no rural e desigualdade social – que eram uma realidade desde a época da colônia – foram a causa principal e fizeram com que a história da Colômbia fosse uma continuidade de conflitos.

Molano (2012, informação verbal¹⁸) sinaliza um fato importante sobre o problema agrário que ganha extensão quando nos anos 20 se produz uma afluência de capitais ao país. A economia dinamiza-se com obras de infraestrutura como vias de

¹⁷ O conflito com que se conseguiu a independência da Colômbia das mãos da Espanha, iniciou-se em 20 de julho de 1810, em Sta. Fe de Bogotá. Mas, a independência definitiva logrou-se em 7 de agosto de 1819, com a Batalha de Boyacá.

¹⁸ Palestra realizada em 23 de fevereiro na Biblioteca Pública Piloto de Medellín. Cátedra DEMOPAZ Fundación Educación para la Democracia y la Paz, "El Problema de la Tierra en Colombia".

acesso para a integração, base do mercado nacional. Isto gera uma grande demanda de obra à qual respondeu principalmente a massa camponesa, muitos abandonaram suas terras o que gera escassez de alimento que obriga ao governo adotar a importação. Com a crise mundial da economia em finais dos anos 20, fecharam-se indústrias e esta massa teve que retornar de novo a suas terras; mas ganharam experiência política, fato que entrou em conflito com as antigas relações laborais nas zonas que tinham abandonado porque os fazendeiros não tinham como aceitar as demandas dos recampesinados.

O descrito pelo autor é uma das transformações agrárias importantes na história da Colômbia. Assim, a fazenda entra em decadência, a estrutura e papel de poderio do fazendeiro mudam, os colonos não são agora totalmente submissos aos fazendeiros. Causa disto, nestes anos se dão lutas intensas na zona rural pelo direito à terra. Rojas (1985) assegura que se cumpriram o que tinham se proposto as lutas camponesas: a fazenda tradicional transformou-se para a adequação à nova economia, a economia parcelária começou a se consolidar.

[A] Agitação agrária que se traduziu num agressivo movimento reivindicatório dos interesses dos colonos, parceleiros, chocou-se contra uma organização latifundiária mais poderosa. O estado teve que interferir no conflito, fazendo concessões a ambos os lados (Idem, 1985, pp.82).

O Estado e a fazenda iniciam processo de transformação, por parte do Estado se vê com o ingresso do Partido Liberal ao poder em 1930 depois de 50 anos de estar fora dele e ser o partido conservador quem mantinha o controle político. O doloroso conflito conhecido como “La Violencia”, ocasionou-se por um cruel enfrentamento político entre estes dois partidos tradicionais colombianos: liberal e conservador.

É este o tão mencionado conflito entre liberais – que advogavam pelo fortalecimento dos governos locais e a separação da Igreja Católica e o Estado – e conservadores – defensores do fortalecimento do governo central e a relação estreita com a Igreja –, o primeiro conflito que estabelece história nos tempos modernos da Colômbia. Estes dois partidos políticos, no desejo de conseguirem cada um o poder no

governo, começaram sanguinários enfrentamentos, que aos poucos foram integrando à sociedade civil (ROA, 2009). A integração de camponeses no conflito armado começou neste contexto, quando foram convocados por cada partido para enfrentar com luta armada na zona rural os interesses da luta política que estava se travando no governo:

As massas camponesas foram mobilizadas em obediência às ordens enviadas dos grandes centros urbanos, e em consequência desta luta fratricida, quase uma guerra civil, os campos ficaram cobertos do sangue de centenas de milhares de camponeses [...] A identidade de classe do campesinato é deslocada pela identidade partidária [...] foi um movimento que embora tivesse como agentes principais a população rural, não teve como fundamento a defesa dos seus interesses (ROJAS, 1985, pp.82).

Esta problemática veio substituir os velhos problemas de terras ainda não superados. Como se mencionou, foi uma guerra na qual a igreja católica teve um importante papel, ao apoiar e defender o partido conservador que promulgava a continuação do poder da igreja no governo.

Perante esse panorama, os interesses econômicos antagônicos foram perdendo sua importância central ao se produzirem alianças entre patrões e camponeses conservadores para combater aos patrões e camponeses liberais, a quem se condenava a perder tanto a alma quanto as terras (Idem, 1985, pp.85).

Estas lutas concretizam o fortalecimento de líderes camponeses com capacidade de reação e percepção dos processos que aconteciam no país. Quando foi evidente o descontrole dos partidos quanto a seus combatentes no campo, foi criada a Frente Nacional. Esta coalizão política surgiu num dos momentos mais violentos da história da Colômbia a fim de buscar soluções conjuntamente entre os dois partidos para a paz.

Foi criada em 1957, ancorada num consenso de alternância (mandato intercalado de presidentes de cada partido) e paridade (igual número de cargos na administração pública). “Solucionado” este bipartidarismo político violento, a Colômbia se dispunha a enfrentar muitas das consequências desta guerra: a migração de mais camponeses para as cidades, desemprego, entre outros (ROA, 2009). Mas a principal consequência – porque tem a ver com o tipo de violência vivenciado hoje - foi o aparecimento dos grupos marginais.

Nos primeiros anos, depois de criada a Frente Nacional, decretaram-se anistias que exoneravam pessoas dos dois partidos de responsabilidades penais. Os que foram exonerados eram obrigados a entregarem as armas e para eles foram oferecidos programas de crédito e colonização. Assim traçou-se uma divisão entre camponeses “fiéis” e “subversivos”, os últimos foram os “rebeldes” que não aceitaram as condições oferecidas e que encontraram na luta armada reivindicação dos seus interesses e por isso foram sinalados como inimigos do governo (MOLANO & VERA, 1982). Esta época marca “o fim da participação dos partidos Conservador e Liberal e do Estado num movimento social agrário, como agentes comprometidos e protagonistas” (ROJAS, 1985, pp.86). Para estes fins também se criou a Lei 135 de 1961 querendo contribuir à paz do país por meio de distribuição de terra mais justa e acesso fácil a crédito.

Naquele momento tentou-se enfrentar o problema com políticas públicas mais inclusivas como a mencionada, e mais tarde com repressão militar. Foi nessa tentativa de controle da ordem nacional, que houve em 1964 uma ofensiva contra a comunidade autônoma de Marquetalia¹⁹. Esta também foi uma ação do governo de Guillermo León Valencia (governou de 1962- 1966) na época para refutar a reforma agrária que ia ser promovida por esta Lei (MONDRAGÓN, 2003).

Assim, a violência é a dimensão exata que assume na Colômbia o processo de decomposição do campesinato pelo capitalismo neocolonial; puxado pela dominação ideológica seja da burguesia liberal ou dos setores latifundiários atrincheirados no partido conservador, amplas massas de campesinato explorado e pauperizado enfrentaram-se numa inclemente batalha. Seu efeito imediato tomou a forma de uma expulsão em grande escala de pequenos proprietários, e na exploração, a pauperização e conversão em proletariado de outra massa igualmente importante; sobre a ruína e o

¹⁹As comunidades autônomas foram comunidades criadas na época que adotavam pensamentos um pouco utópicos ao estilo do século XVIII, onde se compartilhava o trabalho, produtos, etc. Esta em particular foi criada por grupos armados comunistas e liberais radicais em Marquetalia (situado em Tolima, departamento da Colômbia)

despojo desta massa camponesa se deu o mais substancial desenvolvimento capitalista do setor agropecuário colombiano através da conversão de antigos latifúndios em modernas explorações capitalistas (ZULETA, 1973). Em palavras de Molano (2012, informação verbal) “Geralmente acontece no nosso país que as terras das vítimas terminam nas mãos dos seus verdugos”.

Além de desviar essa lei, outra consequência do ataque a Marquetalia foi a promoção do nascimento das “Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia” (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) (FARC), com um ideal Comunista-Leninista. Ao mesmo tempo também surgem grupos sob o mesmo contexto e por processos similares, mas com modelos que deferem. Surge outra guerrilha no departamento de Santander inspirada na revolução cubana, chamada de “Ejército de Liberación Nacional” (Exército de Liberação Nacional - ELN). Também é importante mencionar que outros movimentos guerrilheiros apareceram como: M19 (Movimento 19 de abril), EPL (Exército Popular de Liberação), ERP (Exército Revolucionário do Povo), Quintín Lame, entre outros. Esse último formado por indígenas, enquanto o resto se compunha de camponeses.

Estes são então os começos do movimento camponês guerrilheiro colombiano, que nasce sob um contexto complexo, em período de pós-guerra, crescimento urbano acelerado pelo volume de população expulsa da zona rural fugindo para as cidades. Diferentes grupos camponeses congregam-se com ideologias comunistas, na busca de uma organização armada eficaz para consecução de terras.

Cabe anotar que processos similares de formação de grupos guerrilheiros que combatem principalmente no ambiente rural se deram em diferentes países latinoamericanos. Exemplo destes é Sendero Luminoso no Peru, de tendência ideológica marxista, leninista e maoísta. O viés do grupo é construir um regime revolucionário campesino comunista, mas atualmente suas forças têm diminuído

razoavelmente, e é considerado terrorista pelo governo peruano (DEGREGORI, 2000). Outros dois exemplos latinoamericanos são as lutas guerrilheiras na Guatemala e na Nicarágua, no começo dos anos 70 que se intensificaram com a vitória sandinista (corrente política nicaraguense esquerdista, com tendência socialdemocrata e nacionalista que promove a integração latino-americana), em 1979. Alcançaram seu momento culminante quando a Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN) tomou-se a cidade de San Salvador, em dezembro de 1989. O ciclo revolucionário termina com a derrota da Frente Sandinista nas eleições democráticas em fevereiro de 1992 e na Guatemala (a Unidad Revolucionaria Nacional de Guatemala, URNG), em 1996(TORRES, 1997).

Sobre o nascimento das FARC Machado (2009) explica como é derivado da dinâmica de distribuição de terras junto com outros fatos históricos decisivos no devir do país.

O assassinato de Gaitán²⁰ representou uma virada fundamental nos relacionamentos dos partidos tradicionais com o Estado, convulsionou a vida política nacional e deu origem a uma onda de violência partidarista (La Violencia) que teria derivações políticas de maior peso com a conformação dos primeiros núcleos guerrilheiros nos anos cinquenta que posteriormente deram origem às FARC e outros grupos armados que lutavam por uma sociedade democrática e não excludente. Este processo começou a erodir os relacionamentos sociais no campo, facilitou uma maior concentração da propriedade rural, tirou do campo grandes excedentes de mão de obra e foi a base dos processos de colonização que invadiram as fronteiras mais além da zona andina [...] Esta onda colonizadora foi uma manifestação clara da rigidez da estrutura agrária andina para albergar a população rural e garantir-lhe condições dignas de sobrevivência.(Idem, 2009, pp.10)

Em meados dos anos 60 se tem uma relativa calma, embora a confrontação armada continue entre o exército nacional e os grupos guerrilheiros até 1980, quando se recrudescem os combates e retorna o fenômeno de deslocamento forçado massivo. Em meados dos anos 80 houve muitos assassinatos de líderes de esquerda, sindicalistas e camponeses na zona de conflito. Entre 1989 e 1991 há um processo de negociação entre atores armados e o governo, no qual a maioria dos movimentos aceitou deixar as armas,

²⁰ Líder político e candidato liberal à presidência da república para o período 1950-1954.

exceto as FARC, ELN e um setor minoritário do EPL, que continuam na luta em armas até hoje.

Neste contexto também se inicia a história da coca no país. As economias camponesas estavam em crise pelas dívidas que tinham com empresários aos que finalmente tinham que entregar a terra para pagar, conseqüentemente os empresários a concentraram. O colono foi avançando para a selva e foi perdendo as terras às mãos destes últimos, então a coca resolve o problema do preço dos produtos, do transporte, do crédito porque quem compra coca dá crédito, e incentiva a presença armada no campo, porque esta cultura, segundo Molano (2012), só pode se dar com respaldo armado.

As FARC viviam de contribuições voluntárias ou forçadas dos camponeses, mas também de aportes voluntários ou forçados de pecuaristas, comerciantes e transportadores. A economia de guerra foi o regime tributário paralelo, então, quando a coca chegou à renda tributária foi maior. O problema agrário converte-se no problema da coca. É o mesmo problema agrário sob outro nome: concentração da terra, monopólio de crédito, regime salarial camponês baixo.

Hoje as FARC são organizações profissionais político-militares independentes dos partidos tradicionais e com orientações para a mudança radical da sociedade colombiana. Paralelamente contam com organizações de massas urbanas e rurais que servem de apoio no terreno civil, por isso transbordam a confrontação armada. O Estado, por sua vez tem tentado políticas que se diversificam entre a solução puramente militar baseada na luta anticomunista e a doutrina da segurança nacional e abertura democrática com negociação política (CAMACHO, 1990). O autor assegura que esta última política tem implicado tanto no fortalecimento militar a costa do incremento orçamental e um desgaste num conflito armado contínuo que demanda esforços constantes.

O controle por parte das FARC gerou reação de políticos, fazendeiros, comerciantes e elites locais pelas ameaças que recebiam do grupo. Então se gestou um movimento militar contra as tentativas de política das FARC, e o narcotráfico foi a fonte financeira com que se fortaleceu esse movimento paramilitar, que teve vínculos com exército e políticos (MOLANO, 2012, informação verbal).

O aparecimento dos “paramilitares” em resposta a esta situação de insegurança e falta de controle na zona rural por parte do exército, se dá em meados dos anos 80, como “forças estatais anti-insurgentes” de autodefesa no rural da Colômbia afetado pelos ataques das guerrilhas (ORTIZ, 2001).

Massacres como [...] El Salado (Bolívar), [...] ao final dos anos 90 eram o telão de fundo de uma ofensiva política que permitiu-lhes ficar donos de conselhos, assembléias, prefeituras, governos e, inclusive, representação no Congresso. Sem reparar no que estava ocorrendo, muitos políticos, pecuaristas e militares foram às reuniões com os chefes paramilitares, e fizeram pactos com eles, enquanto centenas de famílias choravam a seus mortos e mais camponeses deambulavam nas cidades porque tinham sido expulsos de suas terras. (SEMANA, 2000)

Os “paramilitares” começaram sua atuação mais inesquecível e grave para o país no ano de 1997, quando se consolidaram os grupos locais e regionais paramilitares da Colômbia. Seus principais objetivos foram proteger os interesses econômicos particulares e combater as FARC e em geral grupos locais marginais. O grupo tem tido presença em vários departamentos do país. Segundo informação de Semana (SEMANA, 2001) em 2000 tinha presença em 40% do país. A forma de financiamento utilizada por este grupo é através de apoio de grandes donos de terras, pecuaristas, comerciantes e até políticos que têm sido vinculados ao grupo. Mas como se mencionou, sua principal fonte de ingresso é o narcotráfico. Carlos Castaño, que foi a cabeça das Autodefesas Unidas de Colombia (AUC) (Autodefesas Unidas da Colômbia), assegurou que 70% do financiamento vinha das drogas (USA).

A modalidade deste grupo armado é diferente à dos grupos insurgentes. É uma modalidade na qual se evitam enfrentamentos com o grupo contrário, para evitar a

morte de tantos homens em combate, mas atacar as fontes de sustentabilidade do inimigo: camponeses que produzem alimentos; minar territórios por onde passa o inimigo, controlar o abastecimento de alimentos. A forma que tem utilizado o grupo desde meados dos anos 90 é por excelência os massacres de civis em povoações rurais.

A guerra deixa muitas sequelas e a guerra é interna, eu tenho certeza de uma coisa, e em muitas reuniões já falei, já tenho dito isto diante de muito advogados e muitas pessoas do Estado: a população civil é o branco dos grupos armados à margem da lei. (ENTREVISTADO C9, quatro de setembro de 2011)

No Informe da Alta Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos da Colômbia em 1999, ficou afirmado que para os paramilitares “a prática dos homicídios coletivos de civis indefensos constitui sua principal modalidade de ação”, por isso é chamada por Molano (2012, informação verbal) como a estratégia de “tirar a água do pez”, utilizando a técnica do terror para romper as estruturas de resistência das pessoas, impedir organização e impedir reclamo de terras. Os massacres são uma velha modalidade de guerra para garantir o domínio territorial. O mais grave e perigoso da situação são os nexos que se verificam entre promotoria com militares, governantes, políticos e pecuaristas.

Salcedo (2006) também descreve detalhadamente as variadas estratégias dos grupos armados na Colômbia. Os fatores mais característicos são: evitar combates cara a cara, que a maioria das suas vítimas sejam civis e utilizar a remoção de população dos territórios onde estão batalhando o poder. Particularmente, terror e deslocamento forçado são instrumentos para matar e expulsar população e recluir mão de obra barata.

Outra estratégia, muito usada por paramilitares é reunir toda a população na praça principal do povoado. Chamam os nomes de listas que trazem de suspeitos que consideram objetivos de guerra, ameaçam com ultimatoss de deixar a zona ou sem ameaças simplesmente assassinam as pessoas (Idem, 2006). Como se verá no próximo capítulo, esta foi a estratégia utilizada em El Salado.

Na maioria dos casos de deslocamento forçado, este ocorre quando o poder de um dos grupos armados muda. As pessoas que moram numa área são automaticamente sinaladas como colaboradoras do inimigo pelo novo grupo no poder. A troca de poder nas mãos de um grupo para outro é anunciada pelo novo grupo assediando um povoado ou municipalidade. Depois de um grupo armado ter nas mãos o poder – acontece em muitos casos – o exército nacional bombardeia a região indiscriminadamente com o famoso avião fantasma (não produz som) e depois vai embora. As estratégias empregadas pelo ator armado são destruição e assassinato que se segue de um controle sociopata. “Limparam” a área de inimigos e asseguram a micro hegemonia sobre eles. É quase impossível manter neutralidade, ao serem as pessoas obrigadas a mostrar alianças. Geralmente as estadias dos grupos armados não são de poucos dias. Eles utilizam as casas das pessoas e as chácaras para descansar e recolher provisões (SALCEDO, 2006).

Quando obtém o poder da área urbana do povoado, impõem suas próprias regras sobre a cotidianidade dos habitantes, como o limite de horário de circulação fora das casas, o fechamento de lojas, proibição de venda de produção, obrigatoriedade de carregar a toda hora a identidade, entre outras. Estes são esquemas que rompem as relações do sistema sociedade-espço-tempo do fenômeno de comportamento da territorialidade dos habitantes, conceito que se trouxe no referencial teórico.

O autor relaciona os grupos armados, seu poder e o território:

É importante sinalar aqui que esta obsessão por parte de movimentos armados pelo poder político obtido mediante o domínio absoluto sobre a terra desemboca numa situação que tenho denominado de “soberanias em competência”, onde o Estado, os movimentos armados, os setores privados e os movimentos étnicos defendem uma versão diferente do que significa território (Idem, 2006, pp.314).

O resumido relato feito sobre os antecedentes de violência atual no país deixa esclarecer que se bem é verdade que a violência tem sido permanente na Colômbia nas últimas décadas, não se pode falar numa violência só, mas de várias dinâmicas que

correspondem a diversas problemáticas e que suas manifestações são evidência de mudanças substanciais na estrutura da sociedade colombiana (CAMACHO, 1990).

Na Colômbia existe:

[...] Uma emergência humanitária que transborda as capacidades institucionais e se expressa nos aproximadamente 836.000 lares (3.600.000 de pessoas) – segundo cifras oficiais- que nos últimos 13 anos têm vivido em situação de deslocamento por causa do conflito (PNUD,2011,pp.11)

O deslocamento leva indefectivelmente ao abandono de terras; problema grave cujas estatísticas não conseguem ser unificadas. O Movimento Nacional de Vítimas do Estado²¹ estima que as terras abandonadas pelo deslocamento forçado cheguem a 10 milhões de hectares, enquanto que o Sindicato de Trabalhadores do Instituto Nacional da Reforma Agrária estima em 4,4 milhões de hectares, o programa Mundial de Alimentos em quatro milhões e a Auditoria fiscal Geral da Nação em 2,5 milhões. O PNUD (2011) faz uma estimativa de uma média de 6,55 milhões. Segundo a 3ª Enquete Nacional de Verificação são 6,65 milhões de hectares as terras usurpadas ou abandonadas por causa da violência entre 1980 e julho de 2010.

Na Colômbia este fenômeno é mais antigo do que se pensa. Remonta-se ao século XIX, mas não de forma massiva, a qual começa na metade do século. Na época de “La Violencia” estima-se em 2.000.000 o número de deslocados, com o abandono de 400.000 prédios. Apesar que o conflito armado na época entre os partidos fechou-se com a reconciliação entre liberais e conservadores mediante a criação da Frente Nacional, não se teve em conta a restituição de terras nem se reconheceu o fenômeno de deslocamento forçado (PNUD 2011, pp. 26).

Apesar da gravidade da situação o tema de tenência de terra só se converte em problema real para o Estado nos inícios dos anos 90, causa da abertura econômica e das

²¹ MOVICE: movimento cujo objetivo fundamental é reivindicar às vítimas de crimes cometidos pelo Estado seja por sua ação ou omissão, em ações perpetuadas por membros da força pública ou forças paraestatais ou paramilitares que atuaram sob o auspício, respaldo e conivência do Estado colombiano em diversas zonas do país.

pesquisas periodistas e de círculos acadêmicos. É por estes fatos e estudos que o Estado se viu obrigado a atuar por meio da legislação da atenção direta à população afetada.

Por causa do conflito interno que padece a Colômbia, esta se localiza nos últimos anos entre as quatro nações com maior número de deslocados internos no mundo, do lado de Sudão, Iraque e Afeganistão (PNUD, 2011).

“Conto-te sinceramente que foi uma história muito difícil, que ensinou a gente a viver e valorar as coisas. Agora sei o respeito que merece cada ser humano. É que foi difícil, e é que para quanta gente não é difícil este país!?” (ENTREVISTADO C5, primeiro de setembro de 2011)

2.1 A Reforma Agrária que não aconteceu

O problema número um no conflito é a tenência da terra. Nos anos anteriores de paz, o camponês não tinha nenhuma orientação de que um título sobre a terra podia ser necessário, então o acúmulo de terra em poucas famílias, traz os conflitos. Um só homem com mil hectares de terra, e 200 homens que não tem nem um quarto de hectare... Então se geram conflitos. À medida que o homem avança, estuda, vai vendo a necessidade e se pergunta o porquê fulano tem mil hectares e a gente não tem nenhuma (ENTREVISTADO C3, primeiro de setembro de 2011).

Não são poucas as leis que procuram solucionar o conflito de terras na história da Colômbia. A mais conhecida é a Lei 200 de 1936, promulgada pelo presidente López Pumarejo. Com esta, ameaça-se aos fazendeiros de expropriação ou perda de direito de propriedade se não adequarem suas terras às novas exigências da economia nacional (função social da propriedade). Aos camponeses prometem-se terras em troca de produção de alimentos não só para sua subsistência, mas também de um excedente para o mercado com condições de preços baixos. Com esta lei, foi desenvolvido o primeiro modelo de redistribuição agrária no país, que introduziu a figura de extinção de domínio.

Os fracos resultados para garantir o acesso a terra contribuíram para o auge da época da “violência” dos anos 50 (RUANO, 2008). Isto, graças em especial à oposição dos proprietários das terras contra as conquistas legislativas dos movimentos sociais, que conseguiram a aprovação da Lei 100 de 1944 que adiou até 1956 a aplicação dos efeitos favoráveis da mencionada Lei 200. Em resposta, com a Lei 135, de 1961, ou Lei de Reforma Social Agrária, criou-se o Instituto Colombiano de Reforma Agrária – INCORA – como executor oficial da política de reforma agrária, esta instituição influenciou notavelmente no processo de organização camponesa que desembocou em ações de toma de terras pelos camponeses no litoral Caribenho. Além disso, esta lei não obteve eficácia na prática graças aos interesses políticos que optaram por não facilitar a aplicação (MONDRAGÓN, 2003).

A Lei 200 foi acompanhada de outras reformas: a reforma laboral, educativa e a relativa separação da igreja e o Estado, o que criou um clima de inconformidade contra o governo de López Pumarejo. A consequência imediata desta lei foi o fato dos mordomos serem armados pelos patrões (os fazendeiros) para enfrentar o problema das reclamações de terra dos camponeses. A função social da propriedade da Lei 200 não somente gerou esta defesa armada contra as pretensões dos camponeses, mas que estes últimos também buscassem a maneira de apoiar-se na Lei para ocupar ou invadir fazendas nestas mesmas regiões como forma de reclamar seus direitos (MOLANO, 2012, informação verbal).

Finalmente o que se propunha a Lei era que a terra que fosse trabalhada, fosse o título de propriedade sobre essa terra, como a consigna dos camponeses na época: “a terra é de quem a trabalha”²², mas contra o desenvolvimento desta alçou-se o partido conservador, parte do partido liberal e armaram-se, como já sinalizado, os mordomos contra os camponeses.

²²Frase celebre adotada do líder militar mexicano Emiliano Zapata Salazar na Revolução mexicana.

São duas as tentativas de reforma agrária as que mais alcançaram força na história do país: a Lei 200 que finalmente não conseguiu este fim e a tentativa de reforma agrária do governo de Carlos Lleras Restrepo nos anos 60.

O constante processo de urbanização colombiano que vinha afetando crescentemente a produção agrícola, e o desgaste da Frente Nacional, foram os que levaram ao governo de Carlos Lleras Restrepo (1966-1970) a implementar uma política de reforma agrária que embora tivesse seis anos que já havia sido proposta, não tinha tido efeito dada a forte influência de setores latifundiários sobre o Congresso da República. Tal reforma se propôs a consolidação de um mercado interno, e de fato o fortalecimento das bases liberais, mas não encontrou pronta resposta ao reto de fortalecê-la e levá-la ao centro do debate nacional, menos ao reto de influenciar de maneira determinante sobre os setores latifundiários, governos locais, regionais e governo nacional. Finalmente foi paralisada, graças à confabulação das forças dos latifundiários contra essas perspectivas de justiça social no campo.

Propôs-se também no mesmo governo criar uma organização camponesa nacional: a ANUC (Asociación Nacional de Usuários Campesinos), como um elemento integrador das demandas dos camponeses sem terra na Colômbia. Foi assim que em 1967 expediu-se o Decreto 755 que deu origem e regulamentação à ANUC como agremiação camponesa, subordinada ao Ministério de Agricultura. Sua difusão teve uma especial ênfase nos departamentos de Córdoba, Bolívar, Sucre e Atlântico, que desde os anos posteriores a “La Violencia” vinham sendo cenário de dispersas tomas de terras por parte do campesinato; e teve um especial arraigo devido a que a expansão da fazenda tinha expulsado ao camponês para zonas pouco produtivas e inundáveis, já que tinham entrado em crises os sistemas de parceria e arrendamento como formas privilegiadas de interação entre este e o latifundiário.

Durante o auge da ANUC a mobilização camponesa conseguiu ações que teriam implicações históricas no desenvolvimento dos acontecimentos futuros. A tomada de terras por parte dos camponeses se deu em muitas regiões do país, mas especialmente no Caribe colombiano, convertendo este movimento no principal ator da agenda política e social colombiana. Sauer ressalta um aspecto importante sobre o conflito e a reação dos oprimidos:

Esse conflito possui uma dimensão simbólica e política fundamental para segmentos empobrecidos do campo porque, entre outros aspectos, materializa resistência. Resistência a percepções, ações, valores, representações sociais que colocam as pessoas sem terra como “vagabundos”, “agitadores”, “transgressores”, “invasores”, capazes de “produzir uma instabilidade institucional”. A reação a essa e a outras formas de violência – uma violência não só simbólica, mas historicamente institucionalizada – gesta novos atores políticos, dando novas identidades a setores excluídos da sociedade, especialmente a milhões de pessoas sem-terra (SAUER, 2008, pp.232).

Resgata-se aqui a força revolucionária camponesa. Ianni (1985) destaca o protesto do campesinato apesar da sua condição de classe subalterna às estruturas públicas e privadas de poder, como uma reação que se expressa de diferentes formas como: “a resignação, indiferença, fatalismo, tocais, banditismo social, revolta, liga camponesa, messianismo, sindicato, partido político, revolução” (Idem, 1985, pp.28) com especial ênfase na América Latina. O autor chama a atenção sobre o papel do campesinato nas revoluções destes países no século XX: “As principais revoluções latino-americanas, ocorridas no século XX, foram influenciadas pelos camponeses. Algumas podem ser consideradas principalmente revoluções camponesas” (Idem, 1985, pp.16).

Falando nas implicações políticas e sociais do sistema latino-americano de tenência da terra Feder (1979, pp.74) explica: “é a existência evidente de um conflito de classe enorme e crescente entre os camponeses sem terra e os produtores com lotes de terra inadequados (minifundistas) por uma parte e a elite terratenente e seus aliados pela outra”. No caso da ANUC o papel o campesinato liderou o movimento e

conseguiu congregação da sua classe para a unificação de forças, fato que não poderia ter acontecido deixando só nas mãos do Governo a aplicação da Lei.

A criação da ANUC:

Tornou-se um fato político de singular importância no cenário nacional. Os líderes camponeses tinham acesso direto às diferentes esferas do alto governo, o qual ouvia atentamente suas petições [...] os usuários camponeses começaram a invadir numerosas terras em todo o território nacional, depois de uma constatação de que elas estavam sendo inadequadamente exploradas. (RAMIREZ, 1981, pp.40)

A associação conseguiu que se entregaram um milhão de hectares, mas 90% dessas terras eram baldios e distritos de Riego que se converteram finalmente em terras de empresários agrícolas. As invasões mencionadas pelo autor contribuíram para que os opositores argumentassem ao governo razões para não continuar financiando o movimento.

Posteriormente expediu-se a Lei 1ª de 1968 que buscava redistribuição de terras para parcelários, as quais estavam sendo inadequadamente exploradas. Segundo Mondragón (2003) esta lei fora complemento da Lei de 1961. Mas novamente não foram atingidos os objetivos e os poucos avanços alcançados foram abortados com a Lei 4ª de 1973 que diluía as possibilidades de reforma agrária. Foi o “Pacto del Chicoral” – um acordo político entre os partidos tradicionais (conservadores e liberais) e os grêmios de proprietários – que colocou fim neste ano à reforma.

Em lugar da redistribuição das terras, os governos seguintes fomentaram a colonização como forma de aceder à terra (FINCK, 1977). “Isto gerou invasões de terra massiva, e o lema ‘A terra é de quem a trabalha’ foi paralisado a bala, e estimulou as ondas de colonização” (MOLANO, 2012, informação verbal). Nesse momento já estavam as FARC fortalecidas, exerciam em vários territórios governo civil e militar, eram um estado fluido, com força política importantíssima.

O plano de desenvolvimento do governo de López Michelsen, em 1975, visava fortalecer e coordenar as diversas instituições agrárias estatais, corrigir a infraestrutura

das regiões rurais e aumentar a produção e ingressos dos minifúndios do rural tradicional com créditos suficientes e ajuda técnica (FINCK, 1977). Entretanto, o plano foi derrotado pelo Decreto 100, de 1980, no qual se aumentaram as penas por delito de invasão de terras, o que facilitou a militarização do campo, assassinatos de líderes camponeses e generalização das torturas (MONDRAGÓN, 2003).

Em 1986, retomou-se o projeto de distribuição de terras fortalecendo o INCORA que existiu até 2003²³, com a lei 160, quando se procurou abrir espaço para um sistema de mercado de terras (RUANO, 2008), proposta pelo Banco Mundial (BIRD). Esta nova Lei de reforma agrária pode ser vista como a adequação da intervenção do Estado para regular a estrutura da propriedade num esquema de economia mais aberta e internacionalizada. Isto, procurando substituir a intervenção direta do Estado pela operação do mercado assistido de terras, criando alguns incentivos aos agentes privados. A Lei estabelece um subsídio à compra de terras por parte de camponeses e trabalhadores sem terra, e abrem-se linhas de crédito para a compra de terras para pequenos produtores com juros próximos aos do mercado. Mas esta alternativa de acesso à propriedade também fracassou resolvendo o problema da tenência de terras.

Esta é uma clara prova das tendências que se deixam operar no país. Como é descrito por Sauer & Mendes (2006) o BIRD elaborou um Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) com o objetivo de substituir a reforma agrária redistributiva que o país anteriormente tentou implantar.

Este modelo sustentava-se sobre a desapropriação de propriedades rurais que não cumpriram a sua função social e tomava como instrumento a compra e venda destas terras. Este modelo de reforma agrária estabeleceu uma relação de compra e venda de terras entre agentes privados, financiada pelo Estado, que fornece subsídio para

²³“Ante a supressão e liquidación do Instituto Colombiano de Reforma Agraria – INCORA, ordenada pelo Decreto 1292 de 2003, criou-se o Instituto Colombiano de Desarrollo Rural – INCODER, mediante Decreto 1300 de 2003, o qual prevê em seu artigo 24 que toda referência normativa que se faça nas normas vigentes ao INCORA devem entender-se deferidas e atribuídas ao INCODER” (ACUERDO No. 037 DE 2005, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural)

infraestrutura sócio produtiva e contratação de serviços privados para assistência técnica. São os compradores os que assumem integralmente os custos da aquisição da terra e os custos de transação.

O modelo teve início na Colômbia em 1994 e foi aceito como política pública, mas jamais conseguiu se materializar (SAUER & MENDES, 2006). Segundo o autor, o BIRD potencializa formas de exploração tipo neocolonial, incrementando contradições sociais, potencializa indústria e não os camponeses.

A reforma agrária não se pensou como um projeto de Estado que comprometera de maneira estável e coordenada as instituições oficiais, as organizações sociais, o setor privado e a sociedade civil e pelo contrário substituiu-se por políticas setoriais e programas de colonização dirigidos a apaziguar as demandas sociais e a modernizar o campo (SUÁREZ, 2005, pp.169).

Aqui se caíra o algodão, caíra-se o tabaco, desde os 90, e nunca temos conseguido levantar a cabeça (não é só pela violência interna, mas a lógica capitalista que de qualquer forma bate nos camponeses). Estamos sendo invadidos ainda, aqui em El Salado, aqui na lojinha vendiam milho de outro país muito longe. Chegava o barco lá em Cartagena com uma quantidade enorme de milho e estavam vendendo mais barato que aquele que a gente cultivava. E aqui no redor desta zona de Montes de María há uma quantidade de terras improdutivas, homens que têm muita terra e que nem a trabalham nem deixam a agente trabalhá-la (ENTREVISTADO C3, primeiro de setembro de 2011).

Este fato também é reportado por Mondragón (2003) quem assegura que em sete anos de aplicação, o programa do Banco Mundial não produziu na Colômbia nenhum efeito redistributivo da propriedade da terra. O autor conclui que:

O campesinato já não enfrenta, só nem principalmente à 'via terratenente', mas principalmente ao capital transnacional e seu modelo de 'globalização', que precisa 'limpar' o território de gente 'ineficiente' e está tentando fazê-lo mediante a guerra. Não só há deslocados porque há guerra, mas especialmente há guerra para que haja deslocados. (MONDRAGÓN, 2003, pp.139)

O autor liga neste último parágrafo o problema de concentração da terra, presente em toda a história do país como já se viu, com a lógica que subjaz à desocupação de terras e como esta se desenvolve atualmente. No próximo capítulo descreve-se a dinâmica de despojo de terras a camponeses, especificamente em El

Salado. Este singular exemplifica a manifestação de leis do universal de opressão e de processos de violência simbólica na qual o campesinato tem sido o dominado, como se anotou no referencial teórico.

Na Colômbia a “extinção de domínio” para propriedades de narcotraficantes e latifundiários com grandes extensões que não cumprem uma função social vem sendo estudada como nova estratégia para combater a ameaça à democracia, mas os avanços nesse aspecto foram mínimos (RUANO, 2008), até o final do governo de oito anos de Álvaro Uribe em 2010. Este mesmo ano tomou posse o atual presidente da República Juan Manuel Santos.

Em 2005, o congresso da Colômbia aprovou a Lei 975 (mais conhecida como Lei de Justiça e Paz) para regulamentar a reincorporação de membros de grupos armados organizados à margem da lei, em uma tentativa de incentivar a desmobilização e reincorporação destas pessoas à vida social legítima e facilitar os processos de paz (COLÔMBIA, 2005). Esta lei não estipulou políticas para as vítimas, mas para os verdugos. Mas a pesar disto um resultado não previsto da lei foi a colocação do problema da terra novamente na areia política ao tocar tangencialmente o tema de reparação às vítimas. Ou seja, o tema de terras reaparece neste começo de século não associado à reforma agrária e à distribuição, mas à constatação das enormes dimensões que alcança o despojo de terras a mãos de grupos armados. Assim com esta lei o maior logro para a população camponesa deslocada é o começo do debate não sobre adjudicação, mas sobre restituição de terras (MACHADO, 2009).

A Lei 1448 de 2011 de Vítimas e Restituição de Terras nasce neste contexto de despertar da atenção ao problema, ela “foca-se nos direitos das vítimas e põe no centro da política pública seus direitos” (COLÔMBIA, 2011, pp.2). Segundo o estabelecido na lei, se reconhecem as vítimas não só da guerrilha, paramilitares, mas também agentes do Estado. A restituição de terras faz parte do processo de reparação integral à qual tem

direito as vítimas. As medidas que estabelecem são individuais e coletivas e vão mais além da compensação econômica (PNUD, 2011), mas já tem sido alvo de várias críticas e já tem inclusive algumas demandas de inconstitucionalidade.

A apresentação do Projeto colocou a restituição de terras na agenda pública e animou a discussão sobre problemáticas como a injusta estrutura de propriedade da terra, o deslocamento forçado da população de suas terras por parte dos paramilitares, também os direitos das vítimas à verdade, à justiça e à reparação; além do direito das pessoas deslocadas à restituição dos seus bens (CCJ²⁴, 2010).

Concretiza-se com o atual governo de Juan Manuel Santos a aprovação desta lei, depois de percorrer um tramite legislativo longo para se converter na Lei 1448. Passou por diversos debates na Câmara e no Senado até a conciliação em junho de 2011. A lei dita no primeiro artigo (objeto):

A presente lei tem por objeto estabelecer um conjunto de medidas judiciais, administrativas, sociais e econômicas, individuais e coletivas, em benefício das vítimas das violações contempladas no artigo 3º da presente lei, dentro de um marco de justiça transicional, que possibilitem fazer efetivo o goze dos seus direitos à verdade, à justiça e a reparação com garantia de não repetição, de modo que se reconheça sua condição de vítimas e se dignifique através da materialização de seus direitos constitucionais. (COLÔMBIA, 2011, pp.1)

As violações às que faz referência à condição de vítima se encontram descritas no artigo terceiro:

Consideram-se vítimas, para os efeitos de esta lei, aquelas pessoas que individual ou coletivamente tenham sofrido um dano por fatos ocorridos a partir do 1º de janeiro de 1985, como consequência de infrações ao Direito Internacional Humanitário ou de violações graves e manifestas às normas internacionais de Direitos Humanos, ocorridas com ocasião do conflito armado interno [...] A condição de vítima se adquire com independência de que se individualize, apreenda, processe ou condene ao autor da conduta punível e do relacionamento familiar que possa existir entre o autor e a vítima. (COLÔMBIA, 2011, pp.2)

O texto do Projeto de restituição de terras tem quatro capítulos: I. O direito à restituição; II. O procedimento de restituição e proteção de direitos de terceiros; III. A

²⁴Comisión Colombiana de Juristas. Esta é uma organização não governamental, com status consultivo ante as Nações Unidas.

criação, objetivos e funções da Unidade Administrativa Especial de gestão de restituição de terras; e IV. Outras disposições (COLÔMBIA, 2010). Os princípios que inspiram a lei são: dignidade, boa fé, igualdade, verdade, justiça, proibição de dupla reparação e de compensação, de complementaridade e de publicidade e reparação integral entre outros (COLÔMBIA, 2011). São estes princípios ambiciosos, ainda mais pelo fato de que todos têm sido violados ao longo do tempo.

A política tem seis componentes: melhoramento do acesso à terra, modificar o uso atual da terra, formalização da propriedade rural, extinção de domínio a terras ilícitas, modernização do imposto predial e restituição de terras (CCJ, 2010). A lei já entrou em vigência (anuncia-se na mesma lei que entra em vigência a partir dos seis primeiros meses após aprovação), ainda os resultados não poderiam se avaliar, mas sim há fatos sobre sua aplicação que até a data podem esclarecer os alcances e rotas que estão em jogo entre aqueles interessados em que a lei rompa as estruturas de dominação de uma violência simbólica histórica e aqueles que têm o interesse contrário e o poder para encaminhar esta nova tentativa de reforma de novo ao fracasso.

Evidências desta nova luta de interesses são os assassinatos de camponeses líderes do processo de restituição de terras desde antes que a lei fosse aprovada. De três anos para cá a lista, não muito precisa, chega quase aos 50 líderes camponeses assassinados (EL COLOMBIANO, 2012). Isto demonstra a resistência de grupos diversos que seriam altamente afetados se de fato se conseguisse aplicar a lei, além da falta de capacidade governamental de garantir segurança real aos camponeses. Como afirma Martins (1993) “Mexer no direito de propriedade [é] mexer na existência das oligarquias, pois a terra é a fonte do poder econômico e do poder político que elas têm ainda hoje” (MARTINS, 1993, pp. 91).

Alguém diz que água salgada cura de três formas: com um banho de mar, derramando lágrimas e com suor. Oh Salado! Deixe a brisa salgada do Mar Caribenho entrar, as lágrimas já foram derramadas, e com teu suor... Reconstrói-te.

3. EL SALADO: SEU RETRATO

3.1 Departamento de Bolívar

Bolívar foi um dos nove estados originais dos "Estados Unidos de Colômbia" (COLÔMBIA, Consejería de Bolívar). O departamento leva seu nome em homenagem ao libertador Simón Bolívar. Quando chegaram os espanhóis ao território, este estava habitado por tribos da família linguística Caribe. Uma daquelas tribos – os turbacos – opôs resistência e derrotou os primeiros exploradores espanhóis em 1509. Em 1533, Pedro de Heredia chega ao sítio Calamary, nomeado assim pelos indígenas. Depois de fortes combates Heredia triunfa, fundando a cidade de San Sebastián de Cartagena, atualmente a capital do departamento (COLÔMBIA, 2006).

O departamento de Bolívar é uma das unidades administrativas mais antigas do país. Durante a Colônia constituiu o governo e a província de Cartagena, lugar estratégico para a defesa das colônias e passagem obrigatória da frota mercantil espanhola em seu roteiro para Europa. Em 1821 recebeu a nomeação de departamento (COLÔMBIA, Gobernación de Bolívar).

Em meados do século XX Heredia também fundou o povoado de “Villa de María”, que se encontra a 180 km, aproximadamente, de Cartagena. Villa de María foi reconhecida como a mais pobre do setor por contar só com culturas de milho, frango e mel. Cem anos mais tarde houve um deslocamento para um lugar mais plano, nomeado

“María la Baja”. Foram povoados e fundados os municípios que hoje são chamados de: Ovejas, El Carmen de Bolívar, San Jacinto, San Juan Nepomuceno e San Cayetano.

Na região houve migração de indígenas que, deslocados pelos espanhóis, foram para o alto Sinú e para os limites da serra de San Jeronimo. Alguns migraram para as savanas onde houve mistura com africanos e espanhóis, e esta mestiçagem colonizou a zona costeira do departamento. Durante os séculos XVII e XVIII começou a se consolidar a fazenda com base em novos processos de colonização de brancos e mestiços que vinham das savanas (AGUILERA, 2007).

Desde o século XVI a fazenda expandiu-se desde a zona costeira no norte, para o sudeste e sudoeste do Caribe, por meio do trabalho indígena. Deram-se práticas como o desmatamento da selva nativa e a dessecação de lamaçais, assim como o surgimento de povoados agora convertidos em cidades, e a consolidação de instituições sociais e políticas que perduraram até bem avançado o século XX: “As fazendas mais antigas da região aparecem nas cercanias de Cartagena, Tolú, Mompóx; ao começo quase exclusivamente agrícolas, converteram-se logo em criadouros de gado importantes” (FALS BORDA, 1976, pp. 31)²⁵.

A grande fazenda foi se consolidando, principalmente, pela exploração de petróleo, borracha, óleos, cacau, gado, curtumes, níquel, ouro, madeiras e açúcar, dentre outras atividades. Depois do período da Violência dos anos cinquenta, a grande fazenda tradicional foi gradualmente adaptando-se à agricultura comercial (REYES, 1976). Desde o século passado esta foi relacionada com a economia tabaqueira e pecuária extensiva e principalmente com o despojo de terras a camponeses obrigados a se deslocar às zonas de colonização, localizadas em zonas montanhosas como os Montes de María. Assim, a fazenda ao ter sido um elemento estrutural na história revela as

²⁵ Tradução livre

tendências de concentração de terras e exploração de camponeses que vem acontecendo há mais de um século.

3.2 Caracterização da área de estudo

Na primeira metade do século XX, Bolívar foi separado três vezes, dividindo-se em outros três departamentos: Atlántico, Córdoba, e Sucre. No território do departamento de Bolívar podem se distinguir três grandes unidades fisiográficas; a primeira no norte, de relevo ondulado a quebrado, interrompida pelo Canal do Dique e os numerosos lamaçais que o formam. Devido à presença do dique há dois setores: o ocidental, que compreende a linha costeira onde se encontram as baías de Barbacoas e Cartagena, as pontas Barbacoas, Barú, Canoas, La Garita e Piedras, e a serra de San Jacinto; e o setor oriental corresponde à serra propriamente dita, com uma série de colinas de alturas até os 500m sobre o nível do mar. A segunda unidade faz parte da depressão Momposina, a região mais inundável do país pela grande quantidade de braços, canais, e pântanos que formam os rios Magdalena, Cauca e San Jorge. A terceira, no sul do departamento, corresponde às ondulações da cordilheira Central, conhecida como a serra de San Lucas por ser o ramal de maior extensão com um enclave de selva, o que contrasta com a vegetação do norte. As alturas sobrepõem os 1.600m sobre o nível do mar. Ali têm origem numerosos rios (COLÔMBIA, governo de Bolívar).

O departamento também se pode definir por quatro sub-regiões: o Golfo de Morrosquillo, as Savanas, San Jorge, La Mojana e os Montes de María. Nestas quatro há presença de conflito armado, mas com maior força na última (onde se localiza El Salado), isto acontece porque tem uma condição geoestratégica para o desenvolvimento do conflito armado em toda a costa Caribenha, ao permitir a formação de corredores

sub-regiões por problemas de ordem pública. Esta zona esta composta por sete municípios do departamento de Bolívar (El Carmen de Bolívar, María La Baja, San Juan Nepomuceno, San Jacinto, Córdoba, Zambrano e El Guamo), e oito do departamento de Sucre (Ovejas, Chalán, Colosó, Morroa, Toluviejo, los Palmitos, San Onofre e San Antonio de Palmitos).

Nesta região há uma subutilização do solo com criação de gado de 469%, e uma subutilização de 61,6% em agricultura. Por outro lado a área apta para atividades agroflorestais, bosques e conservação é de 376.432 hectares, tendo-se destruído 67% para pecuária ou ter sido abandonada. Estes fatos conseqüentemente têm se traduzido em baixos níveis de ingressos em empregos da população rural (DUICA, 2010).

A principal atividade econômica de El Carmen de Bolívar (cabeceira municipal de El Salado) tem sido a agricultura e, dentro desta, o cultivo de tabaco que tem sido uma fonte de renda e emprego no rural há mais de 150 anos. A economia do tabaco expandiu-se por toda a região: em municípios como Corozal, Plato e Bosconia, nos estados de Bolívar e Magdalena. Mas com o passar dos anos não houve modernização tecnológica neste cultivo, sem contar com o alto índice de desemprego durante os cinco meses que não se tinha produção ao ano. Esta situação gerava migrações, baixo nível ocupacional e estancamento econômico (VILORIA, 1999). Outros fatores que pioravam a situação eram: o mal estado das estradas de acesso, o alto custo do transporte e o baixo investimento para impulsionar a competência por qualidade ao nível internacional.

El Salado é um povoado do município de El Carmen de Bolívar, fundado em 1812. Encontra-se localizado a 18 quilômetros da cabeceira municipal, na região dos Montes de María. Tradicionalmente, sua gente tem se dedicado à agricultura, em especial ao cultivo de tabaco, sendo reconhecido como um dos povoados mais prósperos do departamento de Bolívar nos anos 80.

A propriedade da terra em décadas passadas, antes de chegar o conflito armado, não era uma preocupação para seus habitantes. A forma de exploração da terra se deu mediante um tipo especial de arrendamento entre latifundiários e camponeses. Os primeiros arrendavam a terra por determinado tempo (geralmente 2-3 anos), em troca, o camponês devolvia a terra plantada de pastagens para pecuária.

Mas nesta forma particular de exploração pode se identificar claramente a dinâmica da violência simbólica. Os camponeses de El Salado consideram e sempre consideraram lógica a forma de exploração do seu trabalho. As famílias foram as que trabalharam a terra e garantiram a mão de obra sem exigir direito de propriedade. Como citado no referencial teórico: o dominado não se opõe ao opressor ao não se considerar vítima, mas percebe como inevitável o processo (BOURDIEU, 1989). Os camponeses de El Salado não percebem senão até o momento de perder o acesso a terra a necessidade de possuir títulos. Embora conseguiram esta percepção, não se referem ao direito de possuir títulos, depois de toda uma vida de trabalhar aquelas terras, mas só ao direito de acesso a ela.

Sobre o negócio de pecuária, este é considerado de grande bonança na região.

As pessoas semeavam mandioca, banana da terra, para ajudar com o cultivo de tabaco. Se não tinha terra o outro pedia para o vizinho uma ou duas hectares para cultivar mandioca ou o que for. Qual era o custo exigido? Ajuda a arrumar a cerca, a semear pasto, ou alguma coisa, mas não se cobrava dinheiro. (ENTREVISTADO C13, 04 de setembro de 2011).

Aqui pode se identificar o que Ianni (1985) sinaliza sobre a heterogeneidade do campesinato. Ele chama a atenção para as várias formas de existência deste grupo:

Ocorre que os camponeses não formam uma classe social amadurecida, homogênea. Ao contrário, são diversificados em termos econômicos, sociais, culturais. Compõem-se de unidades familiares de produção, dispondo de alguns meios de produção, além da força de trabalho. Estão altamente determinados pela terra, como objeto e meio de produção. Uns são sítiantes, outros posseiros; uns parceiros, outros arrendatários. Muitos combinam a produção para o consumo e o comércio; alguns exclusivamente para o comércio; outros

exclusivamente para o consumo. Todos convivem de permeio a latifúndios, empresas, fazendas, usinas, reservas e parques indígenas, além de outras formas de organização do trabalho. (IANNI, 1985, pp.38-39)

O autor lista as diferentes formas de organização e relação com a terra. Os camponeses de El Salado em geral eram um tipo de arrendatários, que em vez de capital, retornavam com um serviço de usufruto da terra. Antes do massacre identifica-se uma cultura tradicional específica relacionada com a forma de vida de comunidades pequenas, segundo a classificação do Shanin (1979) trazida no referencial teórico, onde há presença de normas e condições socialmente determinadas pelos camponeses.

El Salado é conhecido como a capital tabaqueira da Costa Caribenha, ao se converter no maior e mais próspero povoado deste município, graças a esta cultura. Desenvolveu uma cultura fabril e contava com adegas das companhias Espinoza Hermanos e Tayrona (MEMÓRIA HISTÓRICA, 2010^a).

O tabaco comercializava-se na década de 60,70 e 80 que foi a época da bonança para a cadeia produtiva. Isto foi um paraíso, estabilidade, se produzia o que se necessitava para comer, e se tinha para o comércio, comercializava-se, na década dos 70 e 80, houve época que se tirava mais de 1'500.000 kg aqui. Tinham-se várias companhias tabaqueiras: Tairona, Tabaco Colombiano, Espinoza, Tabaco El Caribe, Tabacol, etc. E tinham sua infraestrutura todas aqui: por exemplo, a Casa de Pedro, que é uma adega, a adega do lado que foi de Tairona, a casa do povo ali era uma casa compradora de tabaco (ENTREVISTADO C13, quatro de setembro de 2011).

Na época produtiva eu gerava emprego, eu aqui tinha 70 pessoas entre mulheres e homens, aqui se tratava o tabaco negro para exportação. Agora a esperança é essa, que venha uma empresa de tabaco, mandioca, milho que venha e isto trabalhe como centro de aprovisionamento novamente. Antes do deslocamento toda a produção ocorria aqui e saía diretamente para o porto de Cartagena para exportação a Europa. Tinham-se seis companhias exportando tabaco de El Salado, já hoje só tem uma e converteu-se em monopólio (ENTREVISTADO C11, três de setembro de 2011).

Os recursos econômicos gerados pelo tabaco permitiram um importante desenvolvimento em infraestrutura de serviços públicos e instalações de comércio do tabaco. El Salado tinha por volta de 7.000 habitantes e estava em processo para

converter-se em município em meados dos anos 90 (SEMANA, 2010). Uma das causas deste desenvolvimento na época é que o povoado tem sido um território caracterizado pela excelente qualidade da terra, sendo esta muito fértil. Segundo o entrevistado G5 (vinte e nove de agosto de 2011) não há necessidade de fertilizantes para as culturas que se realizam, por isto também o interesse de empresas agropecuárias para cultura de madeira. Também segundo depoimentos do C20 (cinco de setembro de 2011), “esta terra é rica, tem mina de petróleo, mas tem proteção por ser solo sísmico”. Há uma luminosidade de 9-10 horas por dia o que aumenta a eficiência da maioria das culturas que se tem na zona.

Nela, por tradição, se tem semeado tabaco negro como principal produto, e milho, mandioca, gergelim, mamão, inhame, berinjela, mais como complemento à dieta alimentar das famílias que como produtos de comercialização. É assim como seu território tem se estruturado em torno da produção deste tipo de tabaco, o qual pode evidenciar-se na mesma infraestrutura do povoado, ao encontrar várias casas de grande tamanho que anos passados serviram como espaço de aprovisionamento e processamento para as tabaqueiras que recebiam a produção dos camponeses, como mencionaram os entrevistados nos depoimentos.

O cultivo comercial de tabaco chegou a El Carmen de Bolívar e a todo Montes de María desde o século XIX:

El Carmen de Bolívar caracterizou-se pela pequena unidade de produção de tabaco, o que massificou o número de produtores, já que o camponês vinculava toda a família ao cultivo que geralmente era de um par de hectares, enquanto que ao lado do cultivo produziam-se também produtos para o dia a dia. El Salado esteve vinculado a esta atividade desde os mesmos inícios da alta produção de El Carmen. Já para finais do século XIX havia uma economia estabelecida e na primeira metade do século XX já se conhecia o povoado como a ‘Capital Tabaqueira’. (CORDERO, 2011, pp.15, em fase de elaboração)²⁷.

²⁷ Tradução livre.

O tabaco negro para estes agricultores é mais do que o produto base da economia familiar. Faz parte da sua história, das suas dinâmicas cotidianas, e por isto o ensinamento de seu cultivo tem sido passado de geração em geração. A ligação ao produto é tal que hoje, quando já não é mais rentável sua produção e a comercialização se faz tão difícil, os agricultores o continuam produzindo. Isso apesar da empresa Coltabaco²⁸ incentivar a produção de tabaco ‘rubio’ que é a demanda maior de exportação, e de alguma forma facilitar a sua comercialização. É assim que esse cultivo tem modificado o espaço de El Salado, convertendo-se também, em elemento essencial de seu território.

O tecido social estava também estruturado neste cultivo a tal ponto que apesar de terem uma cultura tradicional onde a mulher tem suas funções dentro de casa geralmente, elas também faziam parte do processo da cadeia de produção do tabaco e eram assalariadas pelas empresas tabaqueiras:

Aqui havia manipulação do tabaco. As empresas como, por exemplo, Tairona, Espinoza, Tabaco del Caribe, tinham umas mulheres obreiras que trabalhavam. Chamavam umas 20,30, 40, 60 e as ocupavam, tinham um salário que era por “destajo”²⁹ ou por peso, pelo que elas conseguiram tirar, e esse tabaco o classificavam. (ENTREVISTADO C13, quatro de setembro de 2011).

As companhias tabaqueiras saíram de El Salado depois do primeiro massacre em março de 1997, mas os cultivos de tabaco continuaram. O tabaco que produziam os camponeses era agora comercializado em El Carmen de Bolívar através de intermediários (o que incidia obviamente na diminuição do lucro).

3.3 A terra e a importância do território

A força pública se faz presente no território através da Primeira Brigada de Infantaria da Marinha e os Comandos Departamentais de Polícia de Bolívar e Sucre,

²⁸ Coltabaco é uma empresa privada de tabaco hoje pertencente à empresa de Philip Morris.

²⁹ Ou seja, eram pagas pela quantidade de tabaco que classificaram e processaram (alisar as folhas).

desde 1980. Antes disso, os Montes de María foram um cenário marginal no desenvolvimento, isto porque careciam de importância estratégica dentro do funcionamento da economia nacional e da dinâmica do conflito armado.

Esta realidade mudou na década seguinte com o desenvolvimento do sistema regional de transporte e da abertura econômica. Sua localização nos eixos de acesso ao sistema portuário do Caribe concedeu-lhe relevância pelo alto potencial econômico que adquiriu. Esta situação foi primeiramente aproveitada pela guerrilha das FARC na sua ofensiva contra o Estado e as elites, e se utilizaram da localização privilegiada para o contrabando de armas. A continuação um fragmento de um dos entrevistados que relata brevemente os antecedentes do conflito e sua relação com o território estudado:

Temos que entender uma coisa, Colômbia chegou num momento determinado a final dos 80 quando o conflito se intensifica não só em El Salado, mas se intensifica na Colômbia e Latino América. Aqui na Colômbia intensifica-se mais pela guerrilha: as FARC, ELN, EPL³⁰. Era um conflito sociopolítico. As guerrilhas nascem no ano 74 quando começam a ter um pouco de “boom” com o campesinato porque tinham alguma ideologia que apeteceu e chamava ao campesinato, depois isso já se perdeu. Ai intensifica-se o conflito, cresce, cresce o ELN, o EPL desmobiliza-se. Na Colômbia funde-se a violência sócio-política. Nós [El Salado], em algum momento como em outras regiões como Cauca, Antioquia, Boyacá, Caquetá, no sul da Colômbia, o conflito íamos entrar em seu máximo fervor. A gente achava que aqui não ia tocar essa questão. Mas ao final da década de 80 entra já a guerrilha e inicia o conflito, entram os grupos aqui. Todos os grupos tinham interesses aqui. Esta é uma região totalmente estratégica, geograficamente situada num pedaço da Colômbia que é muito estratégico. Por um lado, a região dos Montes de María é atravessada pela “troncal”³¹ do Caribe, sai de Barranquilla, Cartagena e atravessa todos esses povoados e vai morrer em Medellín; e por outro lado tem acesso direto a todos os portos do Caribe, saindo desde Cartagena e pegando todo o litoral da Praia do Caribe até chegar no Golfo de Morrosquillo, de onde se chega rapidinho a qualquer parte, ou seja era um corredor estratégico. E se pegamos o outro lado, retinho vamos a ter o rio Cauca, e se pegamos para o lado contrario, porque o Rio Cauca e Magdalena viajam paralelos, então em 30 min vamos a encontrar o Rio Magdalena que por sua vez chega em Barranquilla. Sua posição geográfica o fez apetecível para todos os atores, inclusive para as forças militares. É a princípios dos 90 que começam a aparecer os brotes da violência. No ano 91 e 92 daqui sai pessoal também por causa da violência política que vivíamos. (ENTREVISTADO C13, quatro de setembro de 2011).

³⁰ FARC: Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia; ELN: Ejército de Liberación Nacional; EPL: Ejército Popular de Liberación.

³¹ Troncal é o nome utilizado para chamar uma estrada principal que liga regiões.

A circulação de um ator armado numa zona representa uma ameaça para a população em duplo sentido: provoca, em alguns casos, a militância forçada ou medidas restritivas aos habitantes, e, em outros casos, pode alimentar reações por parte das outras organizações. Assim é que as comunidades não sabem o que esperar com os insurgentes, se vê-los como protetores ou ameaça. Seus interesses não necessariamente coincidem com os dos grupos armados (ORTIZ, 2001).

A militarização da estratégia global da guerrilha não só condiciona a relação com a população, mas também determina a eleição do território para sua inserção. Pode se dizer que a guerrilha chega a El Salado mais pelo território e menos pela população. Sua posição o converte na zona de retaguarda estratégica das FARC nos Montes de María. (MEMORIA HISTÓRICA, 2010ª, pp.174)

El Salado é um povoado de camponeses em sua maioria que só tinham interesse na prosperidade da sua família e seu povoado e não tinha vínculos com o narcotráfico. O principal motor para o interesse das FARC de manter o controle era sua localização estratégica, mas não a população como mão de obra:

Ocorre uma coisa: a guerrilha estava na região, como podemos negá-lo? Nunca, acho que em nenhum departamento da Colômbia não existiram grupos de guerrilha. Mas aconteceu. E eu digo: como um camponês não se unta de violência nem se topa com eles nem se encontra com eles, quando o camponês exerce no monte para dentro? Lá tem sua empresa, lá tem seu negócio (ENTREVISTADO C13, quatro de setembro de 2011).

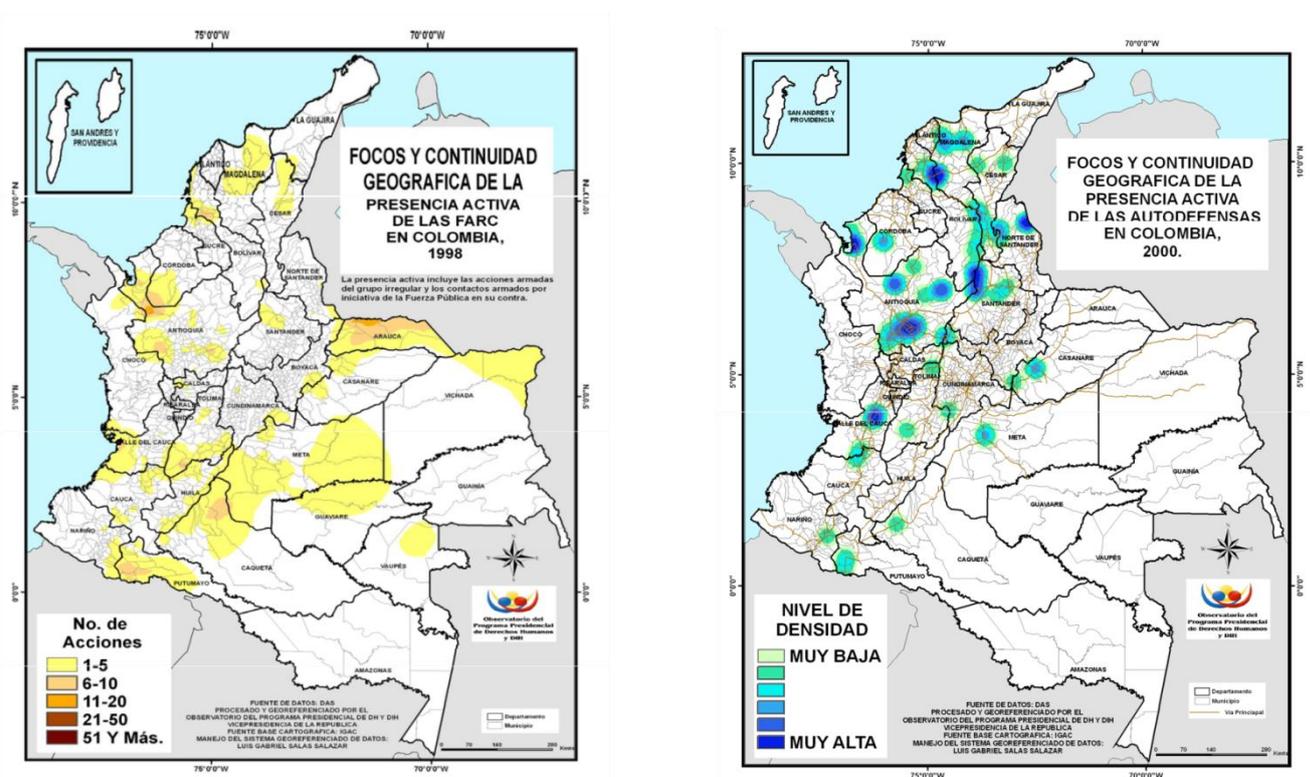
A disputa pelo controle do território, e a partir deste, a busca de um controle estratégico não se preocupa pela influência que permite o controle sobre a população, mas as vantagens territoriais. As FARC tentam governar a população da região suprindo os vazios institucionais, mas finalmente não atuaram nem como protetores nem como provedores de serviços. Pelo contrário, esta presença de atores armados insurgentes, no caso de El Salado, deu lugar ao fortalecimento do estigma imposto a toda a população como sendo subversiva. Este fato é mencionado pela maioria dos entrevistados que sentiram eles próprios como fora de seu território e inclusive dentro, quando eram assinalados pela população civil de serem guerrilheiros:

Eu cheguei a solicitar trabalho numa loja em Cartagena e tinha já tudo pronto, mas tive que apagar o nome do colégio no diploma da escola, porque por isso iam negar o trabalho. Coloquei no lugar outra escola de El Carmen. Ao mês de estar trabalhando lá, falei para o chefe: ‘olha eu sou a mesma pessoa que você não ia receber porque era de El Salado’ [...] A gente teve que chegar até o ponto de dizer que não conhecia El Salado. (ENTREVISTADA C14, quatro de setembro de 2011)

Em 2009 Uribe³² em Bogotá me perguntou por que as pessoas diziam que eu era guerrilheiro, e eu respondi: ‘em Bogotá há guerrilheiros? Sim? Bom então em Bogotá todos são guerrilheiros? Você acredita que se tivessem só guerrilheiros os ‘paracos’³³ tivessem conseguido entrar como se fosse sua casa?’ (ENTREVISTADO C20, seis de setembro de 2011)

Isto, somado à localização geoestratégica mencionada, vantajosa para as FARC e o paramilitarismo, deixou aos habitantes não só no meio do fogo cruzado, mas pagando aquele conflito com o próprio nome, identificando este com um ou outro lado da moeda, em tanto eles se reconhecem simplesmente como camponeses.

A divisão da região em áreas geográficas diferenciadas permite explicar a presença territorial dos atores armados (Figuras 2 e 3).



³² Referindo-se ao ex-presidente Álvaro Uribe (governo 2002-2010)

³³ Forma informal de chamar os paramilitares

Figura 2. Geografia da presença ativa das FARC na Colômbia em 2000.

Figura 3. Geografia da presença ativa das AUC na Colômbia em 2000.

Fonte: (COLÔMBIA, Observatório de DH e DIH)

Essa localização estratégica também foi aproveitada por narcotraficantes. Eles a utilizaram para o transporte da cocaína que se produzia na Serranía de San Lucas (Sul de Bolívar) e o Baixo Cauca, em seu roteiro para o exterior do país. (GRUPO MEMÓRIA HISTÓRICA, 2010a).

Na sub-região da costa Caribenha, a compra de terras por parte de narcotraficantes começou desde os anos 1980. Os municípios onde se tem registrado as maiores compras de terras por narcotraficantes são Tolú, Tolúviejo, San Onofre, Palmito e Sampués. De outro lado, nas ribeiras do Rio Magdalena, caracterizadas por savanas onde se desenvolve a pecuária extensiva e agricultura comercial, os grupos paramilitares encontraram condições que favorecem sua implantação, pela simpatia que gera com eles a luta contra a guerrilha, a qual exerce pressão através de cobrança da extorsão e os sequestros (JIMÉNEZ, 2004). É por isto que se associa aos Montes de María com abandono e com compras massivas de terras, especialmente durante os últimos anos.

Foi assim que El Carmen de Bolívar converteu-se num dos objetivos mais importantes dentro do conflito armado interno, como centro econômico regional essencial na logística e obtenção de recursos. Paradoxalmente os Montes de María foram o epicentro do movimento camponês mais importante do país na segunda metade do século XX: a ANUC (Asociación Nacional de Usuarios Campesinos), apoiando a tese do Ianni (1985) de que as principais revoluções latino-americanas, ocorridas no século XX, foram influenciadas pelos camponeses:

Nesta zona [referindo-se aos Montes de María] – e não por azar – incubou-se o projeto político-militar de captura regional do Estado e de configuração de uma base social submissa que incluía de passo o desmantelamento da organização

camponesa e a reversão das parcelas realizadas desde os anos sessenta. Esse projeto 'refundador' converteu-se também em ponta de lança de um dos grandes monstros da violência contemporânea do país, o paramilitarismo, e sua expressão política, a parapolítica³⁴. Ali se condensaram então num mesmo processo o potencial do movimento camponês e o mais violento projeto antidemocrático da Colômbia desde 'La Violencia' dos anos 50. (MEMORIA HISTORICA, 2010^b, pp. 19)

Este antecedente sincrônico é necessariamente estrutural no estudo do que aconteceu em El Salado: a relação entre conflito armado e o problema de terras, defendidas por camponeses que as reclamam. Entra a dialogar com este fato o conceito trazido no primeiro capítulo: a violência simbólica; isto, porque é no ponto de surgimento da rebeldia e resposta organizada contra o sistema de concentração de terras e exploração dos grupos sociais marginais do campo (nascimento da ANUC), que se constrói também a contra resposta, traduzida numa maquinaria político-militar que busca estabelecer de novo a ordem tradicional de submissão camponesa frente aos poderes latifundiários e políticos (o paramilitarismo). Ou seja, uma maquinaria capaz de, por meio da violência física, estabelecer de novo a ordem imposta pela violência simbólica através da história.

Desde a década de 80 até agora, uns dos temas que tem estado presentes no debate político sobre o agro são o fracasso de redistribuição na tentativa de reforma agrária e o aumento da concentração da terra que se agrava na sombra do conflito armado. A continuação uma parte do depoimento de um camponês entrevistado, que explica com suas palavras sua visão sobre estes acontecimentos:

[...] Nos anos de 72-73 a gente teve o governo de Carlos Lleras Restrepo. Ele quis formular uma reforma agrária na Colômbia e impulsionou uma organização agrícola de camponeses, que chamou ANUC (Asociación Nacional de Usuarios Campesinos). Nesse tempo houve muito desenvolvimento porque o homem [referindo-se ao presidente

³⁴ Nome com que se conhece o escândalo político que se desatou na Colômbia depois do ano 2006, quando se revelaram vínculos de políticos com grupos paramilitares (grupos armados de extrema direita). Muitos dos chefes paramilitares desmobilizados continuam revelando supostas alianças com políticos e com narcotraficantes. Revista El Tiempo, nove de julho. Disponível em <http://www.eltiempo.com/noticias/parapolitica>.

LLeras] pela primeira vez conseguiu tramitar algumas terras, inclusive as terras onde eu estou hoje consegui naquele tempo. E camponeses que nunca tivemos acesso a crédito ou negócios, conseguimos para aquela data. Conseguimos por fim. Mas na medida dos avanços daquela organização sob o governo de Lleras Restrepo, geraram-se ciúmes nos latifundiários e comerciantes da Colômbia, porque a gente com a ACNUR conseguimos ter líderes que fizeram contato direto com o governo. No negócio do Tabaco passamos de ser agricultores de tabaco, a ser exportadores, o que gerou ciúmes nos exportadores colombianos. Ali começaram as discórdias e a guerra entre camponeses e latifundiários. Eles começam a atacar os camponeses, inclusive houve desaparecimentos, e esses camponeses deixaram filhos que 10-15 anos depois se aliaram e se vingaram e tudo isso prejudicou o movimento camponês. Ali vieram esses movimentos e todos esses sentimentos acumulados de parte e parte transbordaram-se. E diz um dito camponês: “ao barulho da arara todos os pássaros comem”. A arara é um rei, o rei dos pássaros que comem milho, então quando a arara grita, aí come o pássaro, o loro e todos os vizinhos. Assim ao barulho dela todos comem, esses são ditos velhos, mas muito próprios e sábios. (ENTREVISTADO C3, primeiro de setembro de 2011)

Outro fator a ser resgatado é a criminalização da protesta que advém da mesma sistemática de violência simbólica, legitimando a causa paramilitar, especialmente na região Caribe do país (inclui El Salado), onde se encontra a maior proporção de terra abandonada 2'104.415 hectares, o 38.2% do total³⁵ (relacionando a ação paramilitar com o deslocamento de camponeses de suas terras). Entre 1997 e 2007 abandonaram-se 71.862 hectares, principalmente em El Carmen de Bolívar (54.312 hectares) ³⁶. Este fato é evidencia de mais uma estratégia de subordinação em quanto à tenência da terra, na América Latina particularmente.

3.4 Os massacres

“Bruxas?... aqui sim tinha, mas isso terminou. Até elas têm medo do chumbo”.

(ENTREVISTADA C17, sete de setembro de 2011)

³⁵ Segundo a Comissão de Seguimento à Política Pública sobre Deslocamento Forçado (2009) na Segunda Pesquisa Nacional de Verificação de 2008.

³⁶ Cifras e Conceitos, Grupo Memoria Histórica, elaboração sobre dados Sipod de Acción Social (2010)

Neste subtítulo, a partir de documentação jornalística e governamental se busca descrever os dois massacres que atingiram El Salado em 1997 e 2000. Conforme Sauer (2008, pp.238) a arbitrariedade dos massacres é “materializada na intencionalidade de eliminar oposições [...] gerando barbárie”. Tavares dos Santos (2002) plantea a seguinte definição de violência social contemporânea:

A ideia de força, ou de coerção, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia, a um grupo etário ou cultural. Força, coerção e dano, em relação ao outro, enquanto um ato de excesso presente nas relações de poder – tanto nas estratégias de dominação do poder soberano quanto nas redes de micropoder entre os grupos sociais – caracteriza a violência social contemporânea. (Idem, 2002. pp.18)

Força coerção e dano nos massacres explicitaram a complexidade das relações de poder e estratégias de dominação territorial de El Salado. Os massacres estiveram voltados principalmente para os camponeses, categoria social historicamente subsumida num sistema de concentração da terra que opera sob a violência simbólica. A concentração da propriedade da terra na América Latina tem sido um processo estruturante da exclusão social. Como pontua Tavares dos Santos (2009, pp.46), “a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo”.

No momento dos massacres, na região dos Montes de María operavam as frentes guerrilheiras denominadas 35 e 37 das FARC e a frente Jaime Bateman Cayón do ELN. Os primeiros incursionaram nos Montes de María no início dos anos 90 e ocuparam os territórios do EPL depois da sua desmobilização em 1991 como parte dos acordos de paz com o governo de Cesar Gaviria³⁷. As duas frentes das FARC chegaram aos Montes desde o Sul de Bolívar (MEMORIA HISTÓRICA, 2010^b).

³⁷ Cesar Gaviria foi presidente de Colômbia no período que compreende o ano 1990 a 1994.

O conflito estourou quando as AUC entraram na zona com a frente Rito Antonio Ochoa. Essa frente juntou-se depois com a frente “Héroes de Montes de María” que marcou sua irrupção nesse território com o segundo massacre de El Salado. Os grupos paramilitares não vieram para aquele território apenas combater a guerrilha, mas também para procurar caminhos para o contrabando de armas e gerar alianças com os narcotraficantes. (COLOMBIA, Observatório de DH e DIH).

Não há muito consenso nas versões das diferentes partes sobre os fatos acontecidos, por isto foi criado em agosto de 2008 a comissão de investigação dentro da unidade de justiça e paz da promotoria geral da Nação, cujo objetivo é a reconstrução dos fatos do massacre que se imprimem no trabalho de Memoria Histórica. Esta reconstrução é citada várias vezes neste trabalho para trazer informação que não foi revelada pelos meios de comunicação senão até muitos anos após a tragédia.

A materialização da estratégia de controle do território por parte dos grupos paramilitares começa com o primeiro massacre. Este aconteceu em 1997, foi o primeiro aparecimento das AUC no povoado. Como se mencionou anteriormente não se tratou de um enfrentamento com a guerrilha, mas da intimidação da população civil. Desde esse ano os grupos armados criados pelo narcotráfico uniram-se às AUC, arguindo que sua principal motivação era a ameaça guerrilheira. Traçaram como objetivo recuperar a área de Montes de María, concentrando esforços em El Carmen de Bolívar, El Guamo, San Onofre, Tolú e Ovejas (MEMÓRIA HISTÓRICA, 2010^a).

Em março de 1997, os paramilitares das AUC entraram em El Salado e assassinaram cinco pessoas. Por esta razão, grande parte da população de El Salado se mudou para El Carmen de Bolívar na época. Migraram aproximadamente 3.000 camponeses (OBSERVATORIO DE DERECHOS HUMANOS Y DIH, 2003). Este massacre foi perpetrado num pequeno parque de El Salado, onde os habitantes iam visitar a virgem que se encontra no meio.

Aqui foi onde começou tudo, dia 23 de março de 1997. Aqui se registraram cinco episódios de barbárie que provocaram o primeiro deslocamento forçado. Entre as vítimas estão: José Esteban Domingues, Edgar Domingues, assim também a “Senho Doris”, uma mulher humilde que por defender os direitos das crianças, porque na primeira visita se tinha proibido que se fechassem as lanchonetes, ela quis se resistir, se opor à ameaça, e posteriormente depois dessa data vieram a assassiná-la. (Jovem 2, ROSTRO DE UMA MASACRE, 2009).

Depois do massacre se dera o conseqüente deslocamento forçado por causa das ameaças das AUC aos habitantes e ao medo geral de acontecer outra tragédia. Após três meses do deslocamento se realizou o retorno:

O conflito chegou desde o ano 97. A gente foi embora sim! Foi por três meses. Toda a população deslocou-se, mas só duramos três meses por lá, em El Carmen porque a gente se sentia mal por lá e como não foi muito que aconteceu! Quando isso só houve três ou quatro mortos, não me lembro muito bem porque eu me esqueço de números. Aos três meses retornamos. (ENTREVISTADA C1, agosto 30 de 2011)

A pesar da intranquilidade pela possibilidade de que as AUC voltassem ao povoado, de 7000 habitantes que em 1997 tinha El Salado, 4000 retornaram. Só foi até dezembro de 1999 que souberam de novo sobre as intenções deste grupo, quando chovera no povoado papéis com ameaças para aqueles que decidissem ficar nele “comam, bebam e celebrem as festas de final de ano, porque estas serão as últimas” (SEMANA, 2008).

Nós tínhamos um pressentimento porque já as coisas vinham se dando muito seguidas. Já tinham assassinado algumas pessoas no mês de janeiro pelo caminho do Carmen. Os carros já não entravam por temor, porque já tinham tirado aquelas pessoas. Mas, não achávamos que ocorreria uma coisa tão forte (Mulher 2, ROSTRO DE UMA MASACRE, 2009).

Foi nos dias 16, 17, 18 e 19 de fevereiro do ano de 2000 que ocorreu o pior massacre da história deste grupo. Em 16 de fevereiro começaram fazendo uma barreira na estrada que comunica El Salado com El Carmen de Bolívar, as primeiras vítimas foram alguns dos passageiros que iam para El Carmen num carro, do qual obrigaram todo mundo descer e ali mesmo foram assassinados. Um casal foi liberado, o qual regressou para El Salado para contar o acontecido, isto foi o que ocasionou a fuga de

muitos habitantes para o monte. Enquanto isso os paramilitares iam levando com eles o gado que acharam nas fazendas circundantes, argumentando que tinha sido roubado pela guerrilha e que eles estavam recuperando. Esse primeiro dia foram 24 vítimas através da rota que os paramilitares traçaram.

Estas ações foram coordenadas com políticos como Miguel Nule que naquele mesmo dia reportou ao comando de polícia N°5 o roubo de 400 cabeças de gado das suas fazendas: Santa Helena e La Nubia em municípios vizinhos de El Carmen de Bolívar por parte do frente 35 das FARC. Igualmente o governador do departamento de Sucre, Eric Morris comunicou ao comandante da Primeira Brigada de Infantaria da Marinha o roubo de gado e presença guerrilheira, exigindo ação imediata nesse setor. Assim, o movimento militar foi desviado para outra região e o território do massacre ficou desprotegido. A promotoria já tinha advertido sobre informação recebida de risco de fatos de violência em El Salado³⁸, mas se fez caso omissivo dela. Os militares argumentam que tinham informação de combates entre guerrilha e paramilitares e que isto dificultava entrar com um dispositivo de proteção, com isto escusaram a demora das suas ações (SEMANA, 2008).

O dia 17 algumas das pessoas que tinham fugido para o monte, ao não suportar as condições de falta de água e alimento, especialmente aquelas que carregavam crianças voltaram para suas casas, pensando que o perigo tinha passado. Outros continuaram tentando fugir, mas encontraram com o cerco paramilitar e ali foram assassinados com armas de fogo.

Tínhamos duas sobrinhas pequenas conosco que minha cunhada trouxe para El Salado, ela foi morta, porque ela voltou para dar comida para os animais. Perdidos, de cruzamento em cruzamento saíamos, onde calculávamos que podíamos sair. Escutávamos as metralhadoras. E a noite como eles estavam dando volta, a gente escutava o helicóptero disparando. Foi cruel, olha que mataram gente! (ENTREVISTADA C1, 30 de agosto de 2011).

³⁸ Expediente Disciplinar No 155-51867 de 2.001. Comando Primeiro da Brigada de Infantaria de Marinha. 21 de fevereiro de 2.000. Assunto: Situação general dos Montes de María.

No povoado os paramilitares invadiram as casas obrigando a seus ocupantes a se concentrarem na quadra de futebol no parque principal. Quando reunida a população separaram os homens, mulheres e crianças. As mulheres foram concentradas nas escadarias da igreja, os homens na quadra e mulheres com crianças encerradas numa casa em frente à quadra. Após terem feito o primeiro assassinato tiraram os instrumentos musicais da casa da cultura e começaram a tocá-los. Assim também iam ligando os sons das casas que saquearam (MEMÓRIA HISTÓRICA, 2010^a).

Depois de ter violentado, torturado e assassinado vários homens na quadra, continuaram com as mulheres. Primeiro escolheram duas mulheres jovens, uma delas grávida, um suposto desertor das FARC que levaram para identificar pessoas pertencentes à guerrilha acusou-as de estarem namorando guerrilheiros. Foram enforcadas, espetadas depois de mortas, e deixadas numa árvore. Depois continuaram escolhendo ao azar outras mulheres e torturaram-nas, batendo seus corpos até morrer. Outras eram jogadas pelo chão com cordas no pescoço até ficarem sem ar. Outras mulheres foram vítimas de estupro, entre elas uma menor de idade. Os paramilitares percorreram o povoado o dia inteiro e a noite, consumindo licor e ouvindo música. Aquele 17 de fevereiro de 2000 assassinaram 28 pessoas.

Eles tombaram as portas da casa onde eu estava, e chegaram três caras. Arrombaram as portas, apontaram a todos e disseram: ‘caminhem que vamos matar todos, aqui ninguém vai ficar vivo’. O que eu tenho escutado deles [nas declarações na promotoria geral da república] é que eles não estavam celebrando, que eram coisas de jovens, mas o que escutamos nesse momento, o que eles cantavam nesse momento e o barulho que faziam cada vez que matavam uma pessoa, era celebrando. E que nenhum daqueles filhos da puta venha me dizer que eles não estavam celebrando por cada morto que mataram, por cada senhora que assassinaram cá, ou por cada homem que assassinaram lá. Que não venham dizer isso porque eu o vi como meus próprios olhos (Jovem 1, ROSTRO DE UNA MASACRE, 2009).

Só foi em 18 de fevereiro que por fim o Comando da Primeira Brigada de Marinha ordenou ações para operar em El território de El Salado. Esse dia às cinco da tarde, os paramilitares informaram que iam embora e que a Infantaria de Marina vinha

em caminho. Uma hora depois, a Infantaria chegou à zona urbana do povoado (MEMÓRIA HISTÓRICA, 2010^a). Este fato pode ser tomado como mais uma prova das alianças mencionadas entre políticos, fazendeiros e militares, porque não há explicação lógica para a demora da operação.

A irregularidade das ações da Infantaria de Marinha se fez evidente quando o Infante de Marinha Alfonso Enrique Benítez Espitia declarou que a Companhia Orca [responsável pela segurança da região] tinha se encontrado com os paramilitares, sem que se desse ordem de combatê-los. De fato, o comandante daquela Companhia foi interpelado pelos comandantes paramilitares pelas dificuldades de coordenação. (Idem, 2010, pp. 46)

Ao não receberem a tempo a ajuda prometida de caminhões para sair do povoado e de poderem enterrar os mortos, em 20 de fevereiro os sobreviventes de El Salado, em coordenação com a Infantaria de Marinha, decidiram cavar fossas comuns para enterrá-los, por não terem condições de esperar uma melhor forma de fazê-lo devido à decomposição avançada dos corpos. Alguns corpos foram enterrados no cemitério e outros na fossa cavada na frente do parque principal. Hoje nesse lugar se tem uma parede de mármore com os nomes de todas as vítimas do massacre.

Os sobreviventes foram advertidos de não saírem do povoado pela mesma Infantaria, a causa de não poder garantir segurança para eles. Apesar das advertências os saleros continuaram procurando aos redores mais sobreviventes que tiveram se escondido no monte. Muitas pessoas viveram esses dias de terror no mato, sem alimento e em condições difíceis pioradas pela angústia da insegurança. Alguns ficaram até 4 dias escondidos:

A noite anterior, tivemos que dormir em uma chácara, onde passavam os aviões, os ‘aviões fantasma’³⁹ pela cabeça. Eles alcançaram os barracões onde estávamos escondidos, então corríamos a outra casa, aos arredores das chácaras a entrar na selva, no monte para esconder-nos. De repente sentimos um helicóptero, o helicóptero não deixava de dar piruetas por todas estas lombadas. Ou seja, eu olhava pela porta da casa, abria a porta no meio do tiroteio, já se via a quantidade de uniformes verdes de paramilitares atirando a todo aquele que pegaram. (Jovem 1, ROSTRO DE UNA MASACRE, 2009).

³⁹ Aviões fantasma são aqueles aviões de guerra que não emitem barulho para não ser pegues pelo inimigo.

Enquanto tudo isto acontecia, os familiares dos habitantes de El Salado tentaram entrar para ajudar seus parentes, mas foram proibidos pelos membros da Infantaria e da prefeitura de El Carmen de Bolívar, arguindo que a estrada estava minada. Isto gerou protestos das pessoas que desesperadas queriam saber sobre seus familiares (SEMANA, 2008).

Depois de chegar a Cruz Vermelha Internacional e os familiares que finalmente foram autorizados a entrar, os sobreviventes começaram organizar os pertences que não tinham sido saqueados nem destruídos. Assim, iniciaram o êxodo 4.000 pessoas que abandonaram El Salado, convertendo-se este num povoado fantasma (MEMÓRIA HISTÓRICA, 2010^a).

O fato de serem abandonados literalmente pela sociedade, a sua sorte, nesse rio de sangue, ver como passam as horas e não chega ajuda nem proteção, receber tacitamente a mensagem de não serem merecedores desses direitos inalienáveis a qualquer cidadão colombiano e em geral a qualquer ser humano, é uma demonstração da dinâmica da violência física. Além então de violência simbólica, também cabe identificar esta como o tipo de violência social contemporânea sinalizada por Tavares dos Santos (2002) e trazida no referencial teórico. O massacre produziu no grupo social de camponeses de El Salado um dano permanente, como ato de excesso que foi trazido nas relações de poder como estratégia de dominação soberana.

3.5 O deslocamento

“Descolgamos la hamaca para salvar el pellejo”⁴⁰.

O massacre de 1997 provocou o primeiro deslocamento forçado de toda a população de El Salado: 7.000 habitantes, dos quais retornaram três meses depois 4.000 pessoas:

Olha, o que aconteceu aqui foi grave. Tem gente ainda que nunca retornou. Eu tenho uma tia que não volta por nada, desde o primeiro deslocamento, e isso que não viu o último, porque o grave foi o último, aqui passamos tanto, aqui se ouviram tantas coisas... Isto aqui foi grave, você correndo a toda hora (ENTREVISTADA C4, primeiro de setembro de 2011)

O deslocamento não é um simples ato de mobilização de um lugar de origem para outro destino, mas um processo de dinâmica complexa que produz um conflito nas pessoas que vivenciam o fato de serem-estarem deslocados, onde todo o que define a vida destas pessoas se movimenta, transforma e desconstrói. É um processo de longa duração, altamente desestruturador, produto de um conflito contínuo (CASTILLEJO, 2000).

Como narra a entrevistada, muitas pessoas foram deslocadas desde o primeiro massacre e nunca retornaram. Os que retornaram nessa primeira ocasião relatam que os danos na infraestrutura do povoado não foram grandes, e que foi fácil para eles recuperar seus pertences e casas. O controle, relatam, foi rapidamente retomado pelas FARC, que voltaram ao povoado assim que El Salado teve habitantes de novo.

Depois do massacre de 2000, houve um êxodo massivo de 600 famílias do povoado para os municípios de: El Carmen de Bolívar, Turbaco, Arjona, Ovejas, Cartagena, Sincelejo e Barranquilla (55,2% para El Carmen de Bolívar, 19,7% para Barranquilla, 15,7% para Sincelejo e 9,21% para Cartagena). Desde 1997 até 2010

⁴⁰ Palavras de entrevistado C11, setembro 4 de 2011. Tradução nossa: “despenduramos a rede para salvar a pele”. A rede tem um significado e função importantíssima para os habitantes de El Salado e em geral da costa colombiana. Ela está inserida na tradição e história, e ainda é o principal meio de descanso, o qual a maioria prefere em vez de colchão ou cama para dormir a noite, graças ao frescor que dá. Geralmente penduram-na nos “caneis” ou os ranchos das casas que se encontram no pátio.

foram deslocadas no departamento de Bolívar 126.107 pessoas (só nos municípios de Montes de María), dentre as quais 64.809 foram deslocadas de El Carmen De Bolívar⁴¹.

Os depoimentos sobre a situação de deslocamento refletem uma angústia que vai além das experiências fortes enquanto a necessidades básicas. Foi a desestruturação das famílias e sua lógica de sustentação, a perda da função de cada membro na cotidianidade, a demanda por trabalhos para os quais não estavam capacitados, o que mais marcou a experiência dos camponeses de El Salado. Estes tiveram que constatar a ruptura irreconciliável entre o mundo rural e o urbano, neste último não cabiam lógicas de troca que antes preenchiam seu território, só a monetização da vida com a qual foi difícil para eles conviver.

Lá em Barranquilla trabalhei em duas partes, e não foi muito, não tinha a ver com agricultura. Vendia bolachas, vendíamos ‘bollo’⁴², matava porcos, para pagar aluguel e esses trens. Mas eu só não retornei antes porque minha filha, a maior, estava grave lá. Mas lá era só caminhar, trabalhar, para que tudo fosse embora para pagar aluguel e serviços públicos, essa vida é má, má, má! (ENTREVISTADO C9, três de setembro de 2011)

Um fato já mencionado que piorava a situação destas pessoas para a integração a uma dinâmica urbana à qual eram estranhos era a estigma de serem guerrilheiros por virem de El Salado. Não só fechava portas, mas afundava mais a tristeza da tragédia.

Eu sai daqui para Cartagena, meus pais ficaram em El Carmen, de Cartagena fui para Monteria procurando melhores condições, propostas de trabalho. Mas foi duro, porque atualmente as pessoas de El Salado são vistas como vítimas, mas quando a gente saiu de cá, era um bicho raro e estávamos sinalados de guerrilheiros. Falo-te uma coisa, tu chegavas a solicitar um trabalho e dizias que eras de El Salado e te atiravam as portas. A gente como pessoa perdeu o patriotismo, porque como é de bonito dizer que a gente é de tal parte, mas sabe, quando a gente vai ter uma amizade que vai mais ou menos te beneficiar e que tenhas ganhado confiança, no momento que saiba que você é de El Salado – parece mentira – mas no mesmo momento parece que te sinalizaram e te botaram uma cruz porque essa foi uma das complicações e desvantagens que tinham as pessoas anteriormente, porque hoje tudo mundo foca-se na gente, que ‘o pessoal de El Salado, coitado’, mas pode acreditar, naquele tempo não era assim. (ENTREVISTADA C14, cinco de setembro de 2011)

⁴¹ Cifras e Conceitos, Grupo Memória Histórica, elaboração sobre dados Sipod de Acción Social, 2010.

⁴² Bollo é um tipo de bolinho de milho frito

Eles insistem no fato de que no povoado viviam em casa própria, não passavam fome assim não tivessem dinheiro, podiam cultivar para seu próprio alimento, manter seus animais e contar com o apoio de vizinhos e amigos.

A mula foi roubada lá, então arrumei uma bicicleta, mas isso estava longe! E todas essas incomodidades, e outra coisa, o pátio daqui é um pátio grande, amplo... Lá era um pátio muito pequeno e a minha mulhersinha sempre gostou de criar suas galinhas e lá não tinha espaço, mas ainda assim tinha suas galinhas e eram atropeladas pelos carros quando fugiam, eu pedia para não criar, mas como ela sempre gosto!. Uma vez entraram e levaram embora todas as galinhinhas que tinha no pátio, e aqui não, aqui tudo mundo respeita o alheio. (ENTREVISTADO C8, dois de setembro de 2011)

A maioria dos entrevistados conta sobre a informalidade dos trabalhos que obtinham, e a falta de capacitação que tinham para estes. Entre as ocupações mencionadas se encontram as vendas ambulantes de comida, a comercialização de produtos agrícolas os quais transportavam em carroças de madeira (geralmente eram homens os que trabalhavam desta forma), venda de mercancias na rua, trabalho de obreiros e operários. Estes últimos, especialmente, demandavam um esforço muito maior ao que eles estavam acostumados, na zona rural são outras as capacidades que se desenvolvem e que não tem como aplicar numa vida urbana.

Os aspectos considerados por Chayanov sobre a família camponesa enquanto à utilização dos fatores produtivos, seus mecanismos internos de equilíbrio e utilização ótima de fatores, são todos violentados num contexto urbano onde carecem não só da terra como fator produtivo básico, mas também da possibilidade de desenvolver a dinâmica familiar como um todo, incluindo a gestão da renda. Esta nova condição tira deles um dos fatores mais valorizados, que se esconde trás o estilo de vida camponês: sua liberdade. Ao perguntar numa das entrevistas o porquê a insistência em trabalhar a terra apesar das condições tão adversas no país para ser um camponês, o entrevistado responde:

Simplesinho, ser camponês e ser agricultor é a profissão mais antiga do mundo e a mais livre, a mais livre! O camponês é dono da sua empresa, dispõe do seu tempo, manda nele mesmo e não precisa do estudo, nem do título [...] é tanto o

amor e o sentido de pertencimento por tudo o que tem que é capaz de deixar a pele. Não está submetido, e lá [na cidade] se submete. (ENTREVISTADO C13, quatro de setembro de 2011)

Não só foi a terra, mas também o território que foi despojado. Todo o que regia seu território –como assinalado no primeiro capítulo – suas tradições, seu trabalho, sua cotidianidade, seus costumes e sua história, foram transformados e violados. Sua construção social foi desmoronada e requebrada com os atos atrozés e depois esta destruição foi enfatizada com o deslocamento forçado. Como foi já mencionado por De Oliveira (2004) o processo de desterritorialização nega a fixação do grupo social, e que o indivíduo perca ou deixe adormecidos seus costumes, além de perder sua identidade territorial:

Porque nós na cidade não temos casa, meus filhos sim, mas eles estavam recém-casados, e você sabe que é incomodo a gente ir se meter na casa deles que estão começando. Temos a adega de tabaco e decidimos vir de novo, porque isso enferma a gente, por exemplo, a mim apareceu-me a diabete e a pressão desde o deslocamento. Por isso eu falei para o pessoal, ‘olha o deslocamento é outra forma de assassinar a gente’, saímos vivos, mas eu não sou da cidade, eu sou do campo, do agro, de El Salado. E na cidade não consegui, não soube. (ENTREVISTADO C11, 03 de setembro de 2011).

Eu [esposa do ENTREVISTADO C11] coloquei uma lojinha de variedades, ele levou um carrinho e queria alugá-lo, mas não conseguiu, então finalmente o vendeu. É porque a gente tendo trabalhado toda a vida no campo para ir dirigir carro na cidade, é uma mudança muito brusca. (ENTREVISTADA C12, três de setembro de 2011)

Estes dois depoimentos particularmente são de uma das famílias de El Salado que possuía e ainda possui mais recursos em comparação a média. Mas, a pesar das facilidades econômicas e de ter a possibilidade de morar na casa dos filhos a disposição deles na cidade, pode se entender das suas palavras que não fez diferença em quanto nunca se sentiram “em casa”, longe do seu povoado, fora do seu território. A história da maioria dos outros entrevistados é ainda mais crítica na época do deslocamento. Vivenciaram experiências muito complicadas e que afetaram o sentido de apropriação do espaço em que vivem, de pertencimento, auto-referência e arraigo, sem mencionar as dificuldades econômicas, de saúde e nutrição.

O despojo, historicamente tem sido caracterizado como um mecanismo empregado por grandes proprietários para ampliar suas propriedades a custa do trabalho feito pelos camponeses na adequação das terras. Em alguns municípios do centro de Bolívar, relembra-se como um processo que tem acontecido através da história regional (MEMÓRIA HISTÓRICA, 2010^a).

Em El Salado este processo de despojo aconteceu como em vários casos na história da Colômbia, mas com uma singularidade que complica hoje sua situação. Primeiro com as ameaças feitas aos civis do povoado, seguido de massacres, em 1997 e 2000, o deslocamento forçado de seus habitantes e por último as vendas “legais” por muito baixo preço a compradores, em sua maioria forasteiros da região. A partir de 2008, quando as condições de segurança melhoraram nos Montes de María, que inversores de outras regiões compraram milhares de hectares a preços muito baixos aproveitando o deslocamento de camponeses, suas dívidas e incapacidade de volver a produzir em suas terras. Os poucos prédios que se encontram disponíveis a venda têm preço cinco vezes maior que quando comprados (FUNDACIÓN SEMANA, 2011).

A Superintendência do Notariado e Registro identificou 10 movimentos fraudulentos, entre os que se encontram a falsidade em resoluções do Incora; suplantação de camponeses; atas ilegais ou incompletas; registradores cúmplices; a clonagem de resoluções para autorizar a venda de prédios e os fracionamentos de prédios para evadir as medidas de proteção. Existem ao menos 18 processos disciplinares contra funcionários de cartórios em Montería, Sincelejo, Corozal, Carmen de Bolívar, San Juan Nepomuceno, Tolú, Medellín, Sopetráan, Cereté, San Onofre, Cartagena, Ovejas e Los Palmitos por estarem involucrados no despojo de terras nos Montes de María (MEMÓRIA HISTÓRICA, 2010^b).

Graças a estas vendas massivas de terras, os problemas citados em quanto as garantias para as reais vítimas e a falta de estrutura judicial necessária para estes casos

de despojo a situação em El Salado para os retornados é preocupante ao pôr em risco a subsistência mínima das famílias. Este aspecto é o que particulariza o caso, ao ser legalmente muito complexo recuperar as terras que eram dos camponeses. O despojo é conceitualizado pelo Grupo de Memória Histórica (2009):

Pode considerar-se como despojo aquele processo por meio do qual involuntariamente um grupo ou um indivíduo são privados material e simbolicamente por força ou coerção, de bens móveis e imóveis, lugares e/ou territórios sobre os que exerciam algum uso, desfrute, propriedade, posse, tenência ou ocupação para a satisfação de necessidades. O despojo é o processo mediante o qual, a partir do exercício da violência ou a coação, se priva de maneira permanente indivíduos e comunidades de direitos adquiridos ou reconhecidos na sua condição humana, com relação a prédios, propriedades e direitos sociais, econômicos e culturais. (GRUPO DE MEMÓRIA HISTÓRICA, 2009, pp.46)

Entre os terceiros compradores se encontram empresas privadas reconhecidas, com diversos interesses como exploração petroleira e de gás, como são exemplo Cementos Argos, Tierras de Promisión, Agropecuaria Carmen de Bolívar, Agropecuaria de los Montes de María, Hocol (empresa petroleira), entre outras.

Aqui ao redor desta zona de Montes de María há uma quantidade de terras improdutivas, homens que têm muita terra e que nem a trabalham nem deixam a agente trabalhá-la. Não deixam ninguém entrar porque as compraram umas grandes empresas agropecuárias daqui da Colômbia, sob o governo de Uribe e isso esta esperando um desenvolvimento, não se sabe o que vai acontecer com essas terras, agora o projeto de Uribe caiu-se porque Santos não tem forças para desenvolver projetos e o ministro de agricultura também não, porque como eles têm alguns pactos e então os outros não concordam em ceder terras. (ENTREVISTADO C3, 31 de agosto de 2011).

Nos departamentos de Sucre e Bolívar, especialmente, se associa o abandono, despojo, compra massiva de terras e processos de especulação com a exploração energética de gás e petróleo, exploração de águas subterrâneas para irrigação, fornecimento de água potável aos aquedutos regionais, projetos florestais de palma de aceite e pecuária de dobre propósito (MEMÓRIA HISTÓRICA, 2010^b). Estes fatos vêm acontecendo nos últimos cinco anos, desde que a presença das FARC foi dizimada

com políticas de “Segurança Democrática” do ex-presidente Uribe⁴³, o que gerou confiança em empresários para investir em negócios agropecuários. Estas compras foram facilitadas pela impossibilidade de retorno de camponeses a suas terras e pelos endividamentos destes.

3.6 Balanço de um conflito alheio

O que podemos fazer, com os armados de um lado ou de outro, não podemos dizer-lhe vai embora daqui. A gente ficava aqui sentado e olhava na porta, o que podia dizer? Podia ganhar um tiro de qualquer um deles, e isso foi o que aconteceu. Chegou primeiro a guerrilha, depois chegaram os senhores paramilitares que também não perguntaram se é este ou é o outro, chegaram foi a matar, isso fizeram aqui, todos os que mataram, foi um desastre, nem perguntaram (ENTREVISTADA C1, 30 de agosto de 2011)

Como se viu, o saldo mais negativo ficou para os habitantes de El Salado, dos quais a maioria agora se encontra em situação de deslocamento pela violência. Este conflito deixara um número ainda indefinido de assassinatos, desaparecimentos e violações atrozes aos direitos humanos. Criou por alguns anos um povoado fantasma que só produzia abóbora. Arrasou os planos de vida dos seus habitantes, desestruturou seu tecido social e ancoragem de identidade.

A desocupação do território implicou a saída não só dos camponeses, mas também de muitos proprietários que antes mantinham a relação do tipo de arrendamento discutido neste texto entre os latifúndios e os minifúndios, isto causou o desequilíbrio na coexistência entre estes dois. Assim, as ações paramilitares criaram as condições para desestruturar a existência da economia camponesa e transformou a estrutura agrária existente há tantos anos em Montes de María.

Quanto às forças neste contexto de conflito, cabe sinalizar que o objetivo dos paramilitares ao atacar a população civil, e assim diminuir a força guerrilheira, não se

⁴³ Álvaro Uribe governou de 2002 a 2010, tendo sido reeleito em 2006. A política do seu governo foi a “Seguridad Democrática” como política de guerra contra os grupos armados guerrilheiros.

deu. Quem perdeu foi a população, não as FARC, as quais inclusive depois do massacre continuaram com poderio territorial suficiente para que os paramilitares não pudessem ficar no território que conseguiram vaziar de população.

O balanço de forças com a guerrilha só mudou com o fortalecimento da ofensiva militar da Infantaria de Marinha, e o colapso definitivo na zona aconteceu em 2007 quando caiu um dos principais comandantes “Marín Caballero” num enfrentamento, este golpe militar impediu a recomposição das FARC no território (MEMORIA HISTÓRICA, 2010^b).

*“Destruir qualquer um faz, mas construir!...”*⁴⁴

4. RETORNO E RETERRITORIALIZAÇÃO

4.1 Retorno

“Enquanto estejamos unidos, não vamos a enfraquecer. Ninguém vai nos romper, senão que aqui estaremos e aqui morreremos como temos sonhado nossas metas depois de tanta dor. Aqui ficamos. Já tiraram nosso sorriso, nossa tranquilidade, mas não tirarão nossa dignidade nem os nossos filhos da nossa terra.” (Mulher 2, ROSTRO DE UNA MASACRE, 2009).

O retorno dos habitantes de El Salado a seu território abre uma nova e não menos desafiadora etapa na história deste povo. Muitos dos problemas que antes de serem deslocados tinham, foram agudizados e outros novos adicionados a seu cotidiano. Não há dúvida que o deslocamento exerce uma mudança sobre a pessoa que o vivencia. Esta mudança não se baseia em elementos gerais e englobantes, mas nas formas como as pessoas reinventam sua vida em função dos novos problemas (CASTILLEJO, 2000). Mas, como se verá no capítulo, a sua relação com a terra foi resgatada, apesar de que a terra como tal não o fosse, indicando que o modelo de dominação, violência simbólica, falta de acesso à terra e concentração da terra profundizaram-se.

Impôs-se e legitimou-se a dominação. Relembrando o que já foi citado de Bourdieu & Wacquant (pp.241), “De todas as formas de ‘persuasão oculta’, a mais implacável é a exercida, simplesmente, pela ordem das coisas”, é claro que a persuasão exercida não foi “oculta”, mas explícita. Porém, vale a pena sinalizar aqui além da violência exercida, o pensamento em geral da sociedade colombiana que estigmatiza camponeses que têm contato involuntário com a guerrilha, aceitando implicitamente através do silêncio as ações anti-guerrilheiras que têm afetado este setor, simplesmente

⁴⁴Entrevistado C11, três de setembro de 2011

porque a “ordem das coisas” no país é acabar com este grupo armado sem importar os meios. Só para perceber quão efetiva é esta violência simbólica e o quanto ela está inserida na lógica dos colombianos, basta considerar o comentário de um habitante atual de El Salado. Ele não é salaero nem viveu na época dos massacres, só chegou no povoado, segundo ele, pela má sorte de ter herdado de um parente uma casinha em El Salado e não ter para onde mais ir. Esta pessoa não foi entrevistada, mas numa conversa casual realizou o seguinte comentário em voz baixa para não ser ouvido: “eles falam que não, mas toda esta gente era e é guerrilheira, nenhum dos que foram mortos era inocente, não matam tanta gente sem saber que são guerrilheiros”.

Cada deslocamento forçado teve posterior processo de retorno. O primeiro retorno então se dá em 1997 depois de três meses de deslocamento. Daquela vez de 7000 pessoas que antes habitavam a parte rural e urbana de El Salado só voltaram 4000, o resto da população passou a engrossar a lista de deslocados pela violência no país. Em 2000 foi de novo deslocada a totalidade da população e só começa realmente em 2002 o retorno de forma gradual: “O retorno foi gradual, hoje retornaram duas famílias, amanhã outras, e assim” (ENTREVISTADA C6, primeiro de setembro de 2011). A cifra de retornados não é muito precisa, o último censo oficial de retornados foi feito por Acción Social⁴⁵ em 2009 e reporta 730 pessoas habitando o casco urbano e 150 o rural, mas segundo dados da Fundación Semana a partir de uma Linha de Base realizada em fevereiro de 2011, no casco urbano se encontram 781 pessoas para essa data. Informação jornalística reporta números mais atuais, mas também aproximados a este.

Ao ser gradual este processo, cada família e dentro dela, cada membro da família tem uma história diferente para contar. Isto, porque (principalmente os primeiros) realizaram o retorno sem a companhia da família, só o membro ou os membros mais

⁴⁵ Acción Social é uma entidade do Governo Nacional que lidera o setor de Inclusão Social e Reconciliação

aptos para um trabalho difícil, ou em outros casos pessoas que estavam determinadas a terminar com a vida que estavam levando na cidade.

Houve duas tentativas de regresso no final de 2001 antes do retorno definitivo em fevereiro de 2002, depois de quase dois anos de situação de deslocamento. A convocação para a volta foi feita por alguns habitantes que hoje são líderes comunitários em El Salado. A liderança consistiu desde integrar as intenções e desejos de vários que sonhavam voltar até solicitar apoio das entidades governamentais. A seguir apresentam-se trechos de uma carta enviada, em 23 de setembro de 2001, pelos deslocados de El Salado ao ministro de defesa à época⁴⁶:

Nós os habitantes de El Salado Bolívar, deslocados pela violência Política que golpeia nosso país, [...] dirigimo-nos a você para manifestar o seguinte: no último massacre efetuado de 16 a 21 de fevereiro de 2000, fomos obrigados a sair da nossa terrinha, deixando todos os nossos pertences e bens produto do trabalho de toda uma vida, tendo que viver forçadamente, em diferentes municípios e cidades do litoral e o resto do país, situação que hoje nos tem sobrevivendo na mais cruel e inumana crise socioeconômica, além do estigma do qual somos vítimas por nossa condição de deslocados.

Isso trouxe consigo não poder nos dedicar ao que sabemos fazer, o qual é o trabalho agrícola, devido a que um camponês desarraigado da sua terra está condenado a morrer de fome, mendigar, e que sua família se desestabilize e prostitua.

Senhor ministro isso é produto de que não temos recebido respaldo nem apoio algum por parte do Estado que mitigue nossas penúrias e assim poder sobreviver. Temos resolvido os habitantes de El Salado Bolívar, retornar a nosso povoado de origem que é a única parte onde podemos morar, trabalhar e desenvolver nossas labores a plenitude, para brindar a nossos familiares a estabilidade econômica, emocional e de convivência, em harmonia com nossos costumes e idiosincrasia. Por isso expomos este interrogante: será que nós donos e possuidores dessas terras por raízes ancestrais por mais de 2000 anos não podemos retornar por que estes grupos alheios de toda consideração e sem nenhum propósito respeito à vida e direitos humanos, não nos o permitem?

Reiteramos a você. ¿será que o estado Colombiano esta em condições de brindar-nos a segurança e garantia que requeremos para que este se de em condições dignas, que nos permitam voltar a morar nesse pedaço de terra, que nos viu nascer e crescer para de esta maneira exercer nossa atividade própria do campo de todos os habitantes de El Salado e demais veredas⁴⁷ que o conformam?

[...] Cordialmente também, manifestamos-lhe que de não sermos atendidos neste clamor, que é um gesto que como seres humanos nós merecemos, temos a firme decisão de fazê-lo por nossos próprios meios, já que temos decidido viver e morrer com dignidade se for necessário, antes de mendigar e levar uma vida miserável e indesejada nos lugares onde estamos.

⁴⁶ Fonte: Defensoría Pública Regional Bolívar. Informe de Seguimiento à Resolução da Defensoria No. 008 de 2002 sobre o processo de retorno da comunidade deslocada de El Salado. Cartagena, 2005

⁴⁷ Vereda na Colômbia refere-se a um dos centros de divisão territorial de um município ou “corregimiento”.

Assinaram três dos líderes atuais do povoado em nome de todos os salaeros. A resposta a este pedido não foi positiva, aliás foram advertidos de não continuar com seu projeto por causa do governo não ter condições de garantir sua segurança. A oposição foi estabelecida pelo Estado, incluindo a Infantaria de Marinha, o Governo do departamento de Bolívar e a prefeitura de El Carmen de Bolívar. Assim, não sobrou mais alternativa que um retorno sem proteção nem apoio ou acompanhamento requerido da institucionalidade estatal.

As pessoas convocadas saíram de El Carmen de Bolívar em quatro de novembro de 2001. Em geral foram homens cabeças do lar e só duas mulheres os primeiros em retornar para depois enviar notícia da situação e anunciar a possibilidade de retorno para o resto da família. As tarefas foram: primeiro enfrentar a realidade de um povo fantasma que uma vez fosse seu lar, limpar o mato que tinha crescido nas casas e para as duas mulheres, cozinhar para os homens enquanto eles desmatavam. Os camponeses de El Salado descrevem o impacto que gerou o primeiro encontro com o que algum dia tinha sido seu povoado, tanto que os homens choraram. Graças à ótima qualidade da terra, a capa vegetal tinha coberto tudo o que conheceram. Estas condições tão difíceis fizeram com que não fosse viável ficar e por isso decidem voltar para El Carmen. A continuação um depoimento de uma das mulheres que fez parte desta tentativa de retorno:

Retornei em 4 de novembro de 2002. Quanto eu vim, isto estava irreconhecível, a gente não sabia onde ficava a cozinha, não dava para ver as casas. Então na vinda a segunda muralha foi a casa. Eu vim sozinha, não aceitei eles virem [a família], como veio um grupo grande, eu não aceitei que viessem. Então eu vim a limpar isto, e quando eu vim, veio atrás o meu filho. Então aqui na sala tinha paus, isto estava perdidíssimo. Viemos 80 e poucos, em 2002 viemos 86 pessoas, então começamos a limpar aqui, tudo estava verde. Passamos toda a noite fazendo café, e batendo papo porque ninguém dormiu. O 4 de novembro, 5 e 6, daí retornamos para El Carmen. Nessa vinda o governo não assistiu a gente. (ENTREVISTADA C4, trinta e um de agosto de 2011)

Como relatado pela entrevistada, nesta primeira tentativa não receberam apoio nenhum das autoridades, o que influenciou a decisão de voltar. Mas a vontade e as intenções de resgatar seu povoado não sumiram. É assim que em dezembro daquele

mesmo ano se organiza uma ida a El Salado para realizar outra limpeza das casas, começando assim uma nova tentativa de retorno que se concluiu em 20 de fevereiro de 2002 como já assinalado, a qual foi definitiva para alguns e fizera com que outras famílias posteriormente juntaram-se ao processo. Desta vez as mesmas duas mulheres junto com outras poucas que se uniram e um grupo maior de homens empreenderam o retorno por segunda vez.

Voltamos de novo em 27 de dezembro do mesmo ano a limpar de novo. Procuraram-me para voltar e limpar, e eu vim. Dessa vez ficamos três dias também, 27, 28 e 29. As pessoas queriam ficar no dia 29, mas entre todos combinaram que não. Em 20 de fevereiro [de 2002] gritaram: “sai o retorno para El Salado, sai o retorno para El Salado”, e eu me perguntei, “será verdade?”. Eu peguei uma rede, uns cânhamos e uns cinco vestidos. E falei para os meninos: “vocês não vão, eu vou sozinha” e o senhor⁴⁸ também não. Vim sozinha eu. Veio o carro para trazer a gente dessa vez. A maioria voltou para El Carmen, por medo e porque era difícil ficar aqui. Mas eu fiquei, ficaram alguns lá da frente. A noite a gente se reunia. Eu cozinhava e lavava roupa a toda essa gente, só éramos três mulheres. Então eles limpavam, porque estava de novo todo sujo, e nos mulheres queimávamos o lixo, lavávamos e assim, até que o pessoal foi ficando. Os que vinham traziam o mercado, os que iam ficar ficaram. Para cozinhar era difícil, não havia alho, cebola, não havia nada de condimentos, era só o arroz com atum e manteiga, assim a gente comeu o arroz, todo mundo com o atum e manteiga, arroz, atum e manteiga. Podíamos encontrar inhame, mandioca... Quando completamos 22 dias o pessoal começou vir, uns voltavam outros ficavam. À noite acordavam a gente com disparos, com helicópteros disparando. Então a gente fez reuniões, os que tínhamos vindo e ficado. (ENTREVISTADA C4, primeiro de setembro de 2011)

A paisagem não era mais a mesma, o que reconheciam como próprio tinha formas desconhecidas e isto interferia diretamente no relacionamento com o território, o qual já não constituía o povoado que deixaram, mas um conjunto de elementos novos que substituíam os anteriores como o mato que mencionam nos depoimentos, o desaparecimento do visual da igreja, os animais que já não faziam parte do cotidiano, as lembranças dolorosas dos massacres, a destruição dos seus lares: “Quando cheguei senti raiva, não sei, chegar na miséria quando a gente já tinha tudo, para agora vir sem nada, porque nem uma cama. Todo destruído, portas estragadas, até a luz tiraram das casas, quebraram as camas” (ENTREVISTADA C19, cinco de setembro de 2011). Este

⁴⁸Forma comum das mulheres de chamar os esposos.

conjunto de situações no começo gerou confusão que somado à desestruturação das ligações sociais e familiares causadas pela anterior condição de deslocamento forçado fez com que o processo fosse difícil e parcializado (mínima percentagem da população original).

O território foi modificado, mas com ações e atos integrados ao sistema é concretizado. As primeiras ações desta modificação têm a ver com a relação com a terra: a partir do segundo dia de retornados cultivaram novamente, reafirmando o laço com ela com o propósito de modificar o cenário de abandono que encontraram inicialmente. A intencionalidade dos retornados foi propulsora de transformação e neste caso e naquele momento específico estava direcionada à apropriação política do território e sua transformação, ou seja, à reterritorialização.

Um fato importante nesta intencionalidade é a memória dos acontecimentos e das vítimas dos massacres. Outra forma de restabelecer sua territorialidade foi adotar comemorações que rendem homenagem a elas. Estas comemorações iniciaram-se em 2001 em El Carmen de Bolívar e continuam cada 18 de fevereiro na capelinha do povoado, testemunha da tragédia. Também com iniciativa comunitária e ajuda de várias entidades privadas, governamentais e ONG's construíram um monumento às vítimas sobre uma das valas coletivas que têm os restos mortais de muitas delas e que se encontra na frente da quadra de futebol onde se deu o massacre.



Imagem 1. Monumento de homenagem às vítimas da violência em El Salado.

Nos primeiros tempos depois de retornados, inclusive até ainda poucos anos atrás a violência se fazia ainda presente constantemente e, portanto, o medo nos habitantes. Foi por isso que decidiram tomar medidas de proteção em conjunto para garantir a segurança de todos:

Quando retornamos fizemos um pacto comedido, sabíamos que estávamos em umas condições muito difíceis no meio da guerra, num conflito armado interno que estava vivendo Colômbia. Então propusemos de não sairmos da área de um quilômetro. Então naquele momento não podíamos cultivar lá longe, eu acho que ninguém saiu, todos aqui nos redores pertinho a 100 metros (ENTREVISTADO C13, quatro de setembro de 2011)

Ao retornar, não só enfrentaram o anteriormente descrito, mas também à realidade explícita da presença das FARC na zona, a qual se faz presente desde os primeiros momentos e trouxe ainda mais tragédia às famílias pela busca deste grupo de manter o controle territorial. Esta presença traduziu-se em outros assassinatos, desaparecimentos forçados, roubos, ameaças a ONG's que começaram interessar-se em trabalhar com a população e finalmente em pressões aos retornados para se deslocar de novo e poder liberar os ataques sem presença de civis (MEMÓRIA HISTÓRICA, 2010^a).

A verdade é que o retorno foi duro, e para nos, mães comunitárias foi duro. Naquela época quem mandava ainda na região era a guerrilha. Estávamos com muito medo que pudessem vir de novo, e como não tínhamos seguridade na época, não tinha polícia nem militares, nem nada, ou seja, a seguridade veio tipo dois anos depois. Mas isso foi cruel, a gente vivia na soçobra, vivia estressado, vivia com medo, às vezes com vontade de ir embora, mas também não dava sem dinheiro. (ENTREVISTADA C6, primeiro de setembro de 2011)

A pesar disto os retornados enfrentaram em diversas oportunidades a autoridade que as FARC queriam impor, alguns deles relatam isto nas histórias de retorno⁴⁹. No mesmo depoimento se descreve um confronto com este grupo onde se transluz a determinação de apropriação do território:

⁴⁹Se anexa a história completa relatada pela entrevistada C6 sobre um enfrentamento em particular que teve com a guerrilha das FARC. Quis-se ressaltar devido à importância que dão os entrevistados a estes episódios nos seus depoimentos (Anexo D).

Então eles exigiram [referindo-se às FARC] deixar o povoado sozinho, que fosse para El Carmen, porque eles queriam enfrentar os “chulos”⁵⁰, porque naquela época já tinha exercito, mas que não queriam civis no enfrentamento. Eu respondi que não íamos deixar o povoado de novo sozinho, que eles tinham sido os responsáveis do massacre e que tinha morto muita gente inocente, que se eles queriam acabar com o povoado que o fizeram, mas que a gente não saia mais. Perguntei que tínhamos feito nós para merecer o castigo que eles estavam impondo? Falei que nós temos uns direitos e uns deveres que eles não estavam deixando cumprir [...] Eu respondi que a gente não tinha porque obedecer a ordens de ninguém, nós já estamos grandinhos, sabemos o que queremos, passamos muita necessidade lá fora e aqui ficamos. (ENTREVISTADA C6, primeiro de setembro de 2011)

O grupo paramilitar não conseguiu controlar este território e depois do massacre não teve mais presença em EL Salado, mas sim a teve em El Carmen de Bolívar e em geral em territórios vizinhos. Mas a presença guerrilheira, segundo os entrevistados, continuou nos seguintes anos, o que fez com que presenciassem bastantes enfrentamentos entre este grupo e o exército e de novo ficassem os habitantes no meio do conflito.

Isto aqui não foi fácil, isto aqui foi fogo. Isso foi 2002, 2003 e 2004 de cadeia corrida. Depois militarizaram a gente. Quando dividiram Colômbia na zona de reabilitação e consolidação, e dividiram a zona norte, a zona sul, zona este e não sei o que, a gente caiu numa dessas, e militarizaram a gente. As casas estavam cheias de soldados, e a casa onde eu tinha a mandioca e milho, foi pega como serviço sanitário, a gente tinha uma horta, cada um a sua, uma atrás da outra e naquele tempo terminaram com a minha (ENTREVISTADO C13, quatro de setembro de 2011)

O entrevistado refere-se às medidas adotadas pelo governo de Álvaro Uribe de busca de controle da ordem pública. Essas medidas foram estabelecidas sob o decreto de estado de comoção interna em 2002⁵¹ para “garantir a estabilidade institucional, restabelecer a ordem constitucional, a integridade do território nacional e a proteção da população civil”⁵²; elas definem as zonas de “reabilitação e consolidação”, que têm o fim de erradicar a violência no país. As duas zonas estabeleceram-se nos departamentos

⁵⁰Nome informal designado a policiais e militares.

⁵¹ Decreto 2929 do Ministério de Defesa, quatro de dezembro de 2002.

⁵² Embora a Corte Constitucional tenha declarado inexecutáveis várias das medidas contempladas em 26 de novembro de 2003, algumas delas foram conservadas pelas autoridades regionais durante vários meses.

de Sucre e Bolívar ao noroeste do país, e na zona petroléira de Arauca ao nordeste. As medidas contemplavam vigilâncias a habitantes da zona, controle de armas, equipes de comunicação, à circulação fluvial, terrestre e aérea e a permissão a militares de realizar capturas sem necessidade de ordens (EL TIEMPO, 2002). Com estas ações a Força Pública conseguiu parar a dinâmica da confrontação armada e a ativação do Comando Conjunto do Caribe para começos de 2005, o que facilitou um maior controle sobre este território (MEMÓRIA HISTÓRICA, 2010^b)

A presença militar contribuiu fortemente ao deslocamento das FARC da região: “Começamos a nos abrir em 2004, já nos abrimos mais do quilômetro, já cada quem foi procurando sua parcelinha, e sua terrinha onde cultivar porque a guerrilha não passava mais” (ENTREVISTADO C13, quatro de setembro de 2011). Esta militarização de todo Montes de María aprofundou-se em 2007 quando a região converteu-se no epicentro da estratégia dos Centros de Coordinación de Acción Integral (Centros de coordenação de ação integral) (CCAI). Estes centros definem-se como ações integrais empreendidas de forma coordenada por uma equipe interinstitucional do Estado, os quais têm como propósito “cumprir com os objetivos de Consolidação da política de Segurança Democrática, manter a confiança investidora e avançar na política social efetiva”⁵³. Ironicamente, segundo o CODHES o 32.7% do deslocamento forçado em 2010, se deu nas zonas onde operam estes CCAI⁵⁴.

A presença militar também traz suas próprias tragédias à população, e isto devido ao fenômeno já mencionado no capítulo anterior, sobre o estigma imposto nos saladeiros. O exército cometeu abusos e estabeleceu uma relação de autoritarismo denunciado por vários habitantes. Prova desta realidade são os casos de capturas

⁵³Directiva Presidencial 01 sobre Coordinación del gobierno nacional para llevar a cabo el Plan Nacional de Consolidación Territorial, expedida em 20 de março de 2009.

⁵⁴10 CODHES, boletim informativo 77, 15 de fevereiro de 2011.

irregulares a habitantes de El Salado, acusados de guerrilheiros, paramilitares ou colaboradores de algum destes grupos.

Posso lhe dizer que de alimento estávamos pior, mas tínhamos saúde, tínhamos moral, porque estávamos com nosso grupo, nossos amigos, e de novo assentei-me nesta terra que era o que eu queria... Mas não foi fácil, até com o exercito tivemos que brigar. Depois de tudo, chega o exército para a gente: 'você é da guerrilha ou dos 'paras' e aí vieram as capturas. (ENTREVISTADO C5, trinta e um de setembro de 2011)

Neste mesmo depoimento o entrevistado relata como o exército ofereceu-lhe dinheiro para revelar nomes pertencentes a qualquer um dos bandos, e como por consequência destas perseguições as pessoas começaram a desconfiar umas das outras no povoado. Este fato é mais um elemento desestruturante da dinâmica do povoado, mas a resistência a estas dificuldades renovadas e com novos nomes é sua forma particular de construir território e definir sua territorialidade.

4.2 Reterritorialização

Como foi citado no referencial teórico, Segato (2005) relaciona território e apropriação política do espaço com vários fatores. Sua delimitação: os retornados estabeleceram limites das fronteiras onde iam começar trabalhar e assim garantir segurança de todos. Com sua classificação: os espaços foram classificados como aptos para moradia, para trabalho ou perigosos para estas funções. Defesa: defenderam seu território e o seu direito de usufruir suas terras. E finalmente, como o autor especifica, a identificação: os habitantes de El Salado identificam-se com seus territórios, sua história e tradição de agricultores e especificamente com o cultivo do tabaco que transversaliza história e cotidiano.

O tabaco é um dos elementos mais determinantes para estas pessoas estabelecerem territorialidade ao estar inserido no sistema tridimensional de sociedade-espaço-tempo e ser o produto com o qual legitimam seus conhecimentos como

agricultores e seus valores como camponeses. No retorno, inicialmente os cultivos foram direcionados a produtos de consumo diário e sustento alimentício das famílias como mandioca, milho, abobora e inhame, mas ao ter conseguido estabilizar seu sustento no povoado retomaram a cultura de tabaco negro. O tabaco negro faz parte da sua identidade territorial a qual ao ser antes de tudo uma identidade social interliga este cultivo com o fato de serem e identificar-se como camponeses.

A gente gosta do tabaco negro por tradição. Desde pequenos a gente cultivava tabaco, e como é o que mais entrava e deixava rentabilidade sempre o cultivávamos. (ENTREVISTADA C1, trinta de agosto de 2011).

Bom, o negro tem melhores condições porque produz muita mão de obra, tanto ao agricultor, à família e ao setor obreiro. Ele exige muita manipulação, tanto assim que tinha povoados que viviam disso. Entanto que o rubio não, não utiliza nenhuma mão de obra. (ENTREVISTADO C3, trinta de agosto de 2011).

Eu fiz análise ao rubio e não é a mesma coisa que o negro, as pessoas não analisam a coisa do peso com o valor, sai mais rentável o negro. O rubio é mais difícil cultivá-lo. A grande riqueza neste povoado tem sido fomentada pelo negro⁵⁵. (ENTREVISTADO C20, 06 de setembro de 2011).

Os camponeses de El Salado são sujeitos criando sua própria existência, lutando seus direitos e reafirmando constantemente suas raízes camponesas. Os entrevistados insistem em que no mundo rural moram em casa própria, podem prover-se de alimento com os produtos que podem cultivar na “sua terrinha” e com os animais que criam e especialmente podem encontrar apoio de vizinhos para afrontar as necessidades. Ou seja, o dinheiro não é um recurso do qual tem que depender seu bem-estar nem invade sua cotidianidade ao circular, não impõe uma monetização total do entorno. Comparam constantemente estas características do rural com a realidade urbana que afrontaram no deslocamento onde tudo tinha que ser pago: aluguel, comida, transporte, educação e saúde. À pergunta do porquê retornaram a pesar da insegurança e dificuldades, as

⁵⁵ Este foi o único entrevistado que a pesar de ter acesso a 10 hectares de terra, nunca tem cultivado. Ele sempre teve o papel de comercializar e transportar o tabaco produzido. Foi e continua sendo um líder representativo da comunidade e lidera o projeto de terras com o Incoder: a “Quimera”, que será detalhado neste mesmo capítulo.

respostas constantemente referem-se ao ‘vivido’ ruralmente e às características do campesinato sinaladas pelos autores citados no referencial teórico.

Uma razão para retornar é que a gente não está acostumada à cidade, e outra que a gente está acostumada por cá é a o campo e a gente por lá não arrumava terra para trabalhar. Quase nunca dava o dinheiro para pagar o aluguel tranquilo, mas a gente por cá vem qualquer homem e diz: ‘dai-me terra’ e eu lhe dou terra para trabalhar, e se vou onde ele, ele me da uma xicara de café e se o dia foi difícil ele me brinda a comida. Então a cidade foi muito dura, o que a gente fez foi entrar a recuperar o que era da gente. Agora sim estamos em outro povoado, estamos lutando por ele e este povoado pode mudar. (ENTREVISTADO C7, dois de setembro de 2011).

As características do campesinato ressaltadas no referencial teórico são base importantíssima para entender a dinâmica camponesa em El Salado e as causas de retorno ao seu povoado. Uma destas características é a auto-exploração: os camponeses organizam e administram seu tempo baseados nas necessidades do núcleo familiar, as culturas são pensadas em termos da cobertura delas. Na cotidianidade as demandas de alimento são principalmente cobertas pela própria produção familiar de milho, inhame, berinjela, mamão, jabuticaba e leite. Ou seja, cabe aqui sinalizar as observações feitas por Wanderley (2004) e trazidas no referencial teórico sobre o campesinato, onde este é ao mesmo tempo uma forma social particular de organização da produção e tem como base de produção a unidade familiar.

Os horários de trabalho não são fixos, mas coordenados com as demandas cotidianas, sendo que os deslocamentos para o lugar de trabalho se planejam concorde a estas. Um dos gestores do projeto de Reconstrução assegura sobre a forma de trabalhar dos salaeros: “os sistemas de cultivo, os recursos, o jornal é diferente. O ritmo de trabalho é diferente: depende do sol e não têm conceito de trabalhar por 8 horas.” (ENTREVISTADO G2, trinta e um de agosto de 2011)

Esta cotidianidade se desenvolve em torno à produção e o consumo como já se tinha sinalizado sobre o campesinato, além de estar demarcada no contexto familiar como uma unidade indissociável.

Em El Salado um dia qualquer podem se observar os camponeses, em sua maioria homens, saindo em burro para suas parcelas ou donde seja que estejam trabalhando a terra, a qual em geral se encontra entre 30 minutos e meia hora de burro⁵⁶. Isto acontece em qualquer horário do dia, mas com menos frequência ao meio dia devido ao sol forte que bate nesse horário geralmente. Mas esta rotina pode mudar e o homem decidir ficar em casa descansando, trabalhando com os animais domésticos ou batendo papo com vizinhos na entrada das casas. Isto como se mencionou depende da demanda de consumo do dia. À noite geralmente se encontram (quase sempre exclusivamente os homens) também na entrada das casas para cantar “vallenatos”⁵⁷, fumar, beber rum, jogar dominó e bater papo.

As mulheres pelo contrário costumam ficar em casa, debulhando milho, cozinhando para a família, cuidando dos animais ou arrumando o tabaco que fora recolhido pelos homens para depois ser levado a vender a El Carmen. Também, se encontram às vezes batendo papo com as vizinhas na frente das casas. As portas ficam o dia todo abertas para qualquer um poder entrar e só fecham à noite.

Os jovens assistem à escola que já foi aberta e o resto do tempo se dividem entre ajudar os pais nas culturas e jogar futebol na quadra (uma nova quadra que é utilizada desde o retorno). Alguns deles realizam atividades alternativas de produção como a apicultura e outros trabalham como assalariados nas obras de infraestrutura que a empresa privada esta coordenando e financiando. Este fenômeno de ocupação de jovens em atividades laborais diferentes às tradicionalmente exercidas por esta parte da população –fundamentalmente agrícolas – traz uma preocupação grande para a comunidade. Este fenômeno interfere relevantemente no relevo geracional da atividade agrícola. A preocupação das pessoas de mais idade se reflete nas entrevistas realizadas.

⁵⁶ Ao pedir especificação da distância dos lotes ou parcelas onde trabalham respondem geralmente com referência ao tempo que leva chegar de burro ao lugar.

⁵⁷ O vallenato é um gênero musical autóctone da Costa Caribe colombiana.

É isso [agricultura] que sabem eles [os jovens], mas não sei de agora para frente, se assim como têm arrumado seus trabalhos aqui continuem e esqueçam o campo, que isso é o da gente, o que a gente aprendeu.(ENTREVISTADO C2, 30 de agosto de 2011)

A maioria dos jovens que saíram nessa data como crianças [2000, no deslocamento], estão retornando agora, cinco anos depois [de que começara o retorno], porque o retorno tem sido gradual. Então agora quando se da a oportunidade de alguns trabalhos aqui é quando estão retornando os jovens, porque anteriormente eram só senhores. Então estes jovens não se desenvolvem bem no campo, não sabem trabalhar quase a terra, porque saíram de 15 anos e regressam de 20-25, então sabem mais fazer alvenaria e questões de artesanato. Já o campo é muito duro para eles na forma em que trabalhamos os maiores, porque é um trabalho muito forte. No campo quando se trabalha, se trabalha com facão e um chuço com alavanca a terra porque não temos meios, maquinaria. Então, assim têm se desadaptado um 80%. Eu diria que agora de 100 jovens só estão 20 vinculados à terra, os demais dedicam-se às maranhas de estar montando empresa e não se interessam pelo campo, primeiro porque se vão para o campo vão sofrer, não há meios, não é rentável, não têm como se sustentar. Aqui as crias têm baixado. Anteriormente o tabaco era muito bem pago e os obreiros do campo eram muito bem pagos. Agora não é rentável, não alcança para cobrir os gastos. Pode se dizer que afortunadamente de casualidade chegou o “mototaxismo” com as motos que enviaram os japoneses e os jovens têm se enganchado ali. É impressionante, não é muito rentável por que há muita competência, mas ao menos se envolvem e sobrevivem. (ENTREVISTADO C3, 30 de agosto de 2011).

Já a produção hoje é muito pouca, e desde que a gente chegou no retorno os jovens dizem que ganham mais trabalhando aqui no mesmo povoado na construção do esgoto e essas coisas. A gente tem que pensar no que vem nestes próximos anos, agora com Semana alguns têm trabalho aqui, mas nos anos que vem que? Temos que ver que se pode fazer a partir do mesmo tabaco. (ENTREVISTADO C11, 03 de setembro de 2011)

Esta realidade foi também observada pelos gestores do projeto de Reconstrução de El Salado:

Para os muitos jovens que voltaram depois de 10 anos de morar na cidade é difícil. Os que se deslocaram com 14-15 anos sim voltaram sabendo que este trabalho é uma boa alternativa de vida. Alguns voltaram e viram as diferenças e as possibilidades, e isto dificulta sua adaptação, mas são os que mais gostam de liderar. Os jovens estão dando uma resposta, mas ainda pouca. (ENTREVISTADO G2, primeiro de setembro de 2011).

Esta situação provavelmente trará consequências a serem analisadas, especialmente porque a estrutura populacional de El Salado mostra uma alta concentração de jovens entre 12 e 29 anos (36%), seguidos pelas pessoas maiores de 60

anos (13%)⁵⁸. A preocupação dos camponeses com a continuação do trabalho na zona rural das novas gerações tem a ver, entre vários aspectos, com um dos valores do campesinato trazidos no referencial teórico: o amor pela terra.

A relação com a terra, também já apontada, não se mostra só como um dos valores do campesinato, mas também como motor essencial do retorno, como exigência de liberdade (MENDRAS, 1978):

O que mais me moveu foi o regionalismo, sou muito regionalista. Adoro minha terra, não tem comparação com nenhum lugar, então como a gente saiu por conflitos pela terra, quando há forças oponentes, forâneos interessados, e a gente – os próprios– já não estamos dispostos a ceder mais, só mortos! Então aqui estamos, e aqui estaremos e aqui seguiremos gerando riqueza e fazendo e criando um futuro. (ENTREVISTADO C3, 30 de agosto de 2011).

Nos depoimentos dos entrevistados estes sentimentos de ligação com a terra sempre se fazem visíveis e as expressões para se referir a esta trazem correlações com outros elementos do campesinato como família, lugar de nascimento, lugar de vida, de trabalho, de lazer e identidade.

Eu nunca falei que não voltava mais! Eu pensava: ‘vamos que cumpriu-se o prazo, fizeram o que fizeram mas já arrumaram tudo e vamos para El Salado novamente que lá é onde a gente trabalha tranquilo, a terra onde nascemos e isso não se esquece’. (ENTREVISTADO C2, trinta de agosto de 2011)

♪Sinto-me orgulhoso de sentir-me um bom salaero, de querer minha terra como quero minha família, me sinto orgulhoso se me dizem campesino porque o campo é lindo como minha terra querida. Sinto-me orgulhoso se me dizem campesino, campesino é nobre como minha terra querida [...]♪ (SAMUEL TORRES, versos, 2010⁵⁹)

O tema do tamanho das terras que trabalham repercute inevitável e fortemente na renda dos camponeses hoje. Dos entrevistados aqueles que maior área cultivam (sem que isso signifique que seja de sua propriedade) utilizam uma área de 10 hectares em média, sendo que alguns utilizam desde meio hectare. Chama-se à atenção enquanto que

⁵⁸ Dados recolhidos no primeiro informe de “Línea de Base” realizado pela Fundación Semana em fevereiro de 2011.

⁵⁹ Produção musical “Voces de El Salado”, a ser detalhado neste mesmo capítulo.

apesar da falta de terras para uma renda que garanta produção não só de consumo, mas de comercialização os camponeses, inclusive estando conscientes da problemática, não consideram a terra propriamente como capital, mas como patrimônio familiar ou coletivo.

Sim, há pouca terra. Antes a gente trabalhava daqui para lá, entrávamos e falávamos com o dono da terra. Porque aqui era raro aquele que tinha terra. Emprestavam-nos o pedacinho e sem nenhum problema fazíamos o pasto e assim era que a gente trabalhava aqui. Mas chegou isto e já não se vê, já tudo foi pego pelas empresas grandes. Já a gente não tem onde trabalhar, se não tem o pedacinho de terra não tem como trabalhar. Isso esta nos mortificando porque não conseguimos a terra. E saíram aqueles projetos de lá da Quimera, mas ainda não aconteceu nada, não se tem concretado o projeto. Ninguém esta ainda trabalhando. (ENTREVISTADA C1, trinta de agosto de 2011)

O acúmulo de terras para eles não constitui uma preocupação, mas sim o acesso à terra mínima para sustento da família. Assim, como sinalado por Van der Ploeg (2009), o campesinato através da história tem lutado contra a concentração da terra legitimando a autonomia como processo de construção. Esta luta nos camponeses de El Salado se revela com o retorno, se traduz nessa busca constante de configuração de sua comunidade e sobrevivência das suas famílias.

Segundo o mesmo autor a forma institucional que vincula a atividade agropecuária aos mercados de produtos e a distancia dos mercados de insumos é a unidade camponesa de produção, isto porque o tipo de relação com o mercado não é de dependência. Se bem que os entrevistados relacionam a falta de desenvolvimento do povoado ao fato da pouca possibilidade de intercambio comercial devida principalmente às péssimas condições da estrada a El Salado, isto não impossibilita o sustento mínimo das famílias. Assim, segundo Abramovay (1992) como já se citou no referencial teórico, os produtores familiares inseridos parcialmente em mercados incompletos são considerados como camponeses, reafirmando outra característica do campesinato.

A estrutura que faz possível esta economia camponesa baseia-se como já se tem mencionado, na unidade familiar. Os depoimentos expõem algumas das estratégias das famílias para distribuição da renda e a administração dos recursos:

De agora em diante é que se tem colheita. A colheita do tabaco são três meses e a gente esta trabalhando desde janeiro. Então o que a gente colheita o armazena, como a gente fala, ou seja, como se a gente fizesse uma poupança. Se a gente têm as filhas no colégio, compra as coisinhas, além de comprar o porquinho a galinhinha, e vai alimentando eles com o milho e a mandioca. E quando vem as matriculas, para os livros e tudo já a gente têm com que pagar. E quando a gente está grávida a mesma coisa ou a gente empresta de outros até que venha a colheita (ENTREVISTADA C1, 29 de agosto de 2011).

Os recursos do campesinato tendem a serem limitados devido à condição que apresentam nesta estrutura de ser distribuição entre os integrantes da família. Isto leva a uma busca constante de centralidade do trabalho como forma de gestão e organização, necessárias na unidade camponesa. Outra característica da produção camponesa é a menor necessidade de terra para a produção, em comparação com a produção em grande escala empresarial, além de ser a produção que mais geração de emprego produtivo e valor agregado tem. Em El Salado os camponeses por mais dificuldades econômicas que tiverem, têm demonstrado capacidade de estabilização a despeito da flutuação dos preços do tabaco, milho, e os produtos em geral da região. Se têm vários casos, sobretudo naquelas famílias que não tem acesso a nenhuma porção de terra, de membros que trabalham por jornais em diferentes projetos agropecuários de empresas que compraram e precisam eventualmente mão de obra. “Na mesma agricultura que é onde mais se tem trabalho, procuram por a gente 3-4 dias, uma semana, e assim vai ganhando os paus, não é com um só, mas em vários como desmatar” (ENTREVISTADO C2, 30 de agosto de 2011).

Destaca-se aqui a visão, já sinalizada por Wanderley (2004) e trazida no referencial teórico, que a modernização tem sobre o camponês: a de “agricultor”, mão de obra barata que trabalha nas atividades agrícolas e que pode ser contratado sob lógicas

de produção em massa; não como expressão de modo de vida nem pertencente a uma ordem social além do trabalho.

Como já se mencionou, 781 pessoas conformam os grupos familiares de El Salado, dos quais 53,3% são homens e 46,7% mulheres. A maioria dessas famílias são agricultoras, dos gastos delas o 72% corresponde a alimentação. A situação educativa é preocupante, a taxa de analfabetismo em pessoas maiores de 15 anos está oito pontos acima da média regional (Bolívar: 12,2%) e quase doze pontos por cima da média nacional (8,3%). Segundo os dados anteriores e critérios do Banco Mundial, 94% das pessoas em El Salado se encontram em situação de pobreza medida por nível de renda, e entre eles o 63% abaixo da linha de pobreza⁶⁰.

A maioria das famílias de El Salado são tradicionais. Conservam em sua maioria uma estrutura nuclear (pai, mãe e filhos/as) e uma estrutura extensa (convivem com outros parentes como irmãos, tios, avós, etc.). Mas também se apresentam diferentes tipologias de famílias como as mono-parentais masculinas e femininas (pai ou mãe, e filhos), as quais são muito frequentes nas sociedades rurais colombianas, ainda mais em contextos de conflito armado (SEMANA 2011).

A sua maior preocupação parece ser o sustento dos filhos no futuro e a terra para eles trabalharem. Fato este também mencionado por Wanderley (2004) no campesinato brasileiro. Segundo a autora pode-se identificar a sua cultura própria, que engloba toda uma tradição que inspira, entre outras, as regras de parentesco, de herança e das formas de vida local. Alguns fizeram ênfase nos estragos irreversíveis à unidade familiar por causa dos acontecimentos e descrevem evidências da desestrutura familiar em alguns casos.

Meu núcleo rompeu tanto que a família que não consegui dirigi-la como eu queria. As bases principais as perdêramos, e agora voltar a pôr todo em seu lugar não conseguimos, porque: primeiro, eles estão maiores, segundo que se perderam fases importantes, e outro, a gente retorna. Agora eles estão numa idade que já não posso dominá-los como anteriormente porque já são maiores,

⁶⁰ Línea de Base, fundación Semana, 2011.

então não é fácil recuperar o núcleo que a gente manejava e dar o melhor para os filhos, isso nunca vamos recuperar, com nenhum dinheiro (ENTREVISTADO C5, 02 de setembro de 2011).

Este último depoimento demonstra a preocupação de um pai camponês com a estrutura da sua família, a qual num contexto fora da violência vivenciada e deslocamento forçado continuaria seguramente o ciclo demográfico no qual os conhecimentos são passados de geração em geração e se conseguiria estabelecer a harmonia entre unidade de consumo e produção. Mas estes princípios são truncados quando se rompe o processo de conformação familiar tradicional que atravessava todo o ciclo demográfico e se perdem os mecanismos de equilíbrio. Apesar destas desfigurações inevitáveis dadas pela realidade vivenciada, as famílias dos entrevistados continuam tendo a família como base estruturante do seu cotidiano e suas decisões.

Outro elemento que tem grande significância no início do processo de restabelecimento é a luta pelo reconhecimento social. Isto se dá tanto no nível micro – entorno com os vizinhos – como no nível macro, o reconhecimento institucional, não como sujeito ameaça, mas como sujeito de direitos (JIMÉNEZ, 2003). Este reconhecimento neste caso tem a ver com a luta por serem reconhecidos como camponeses e não como atores do conflito.

4.2.1 A intervenção

A intervenção privada em El Salado é um dos projetos da empresa privada maiores no país até agora. “É muito forte a aliança privada, são mais de 60 empresas neste projeto. É a maior aliança do país, e o projeto social privado mais ambicioso” (ENTREVISTADO G4, 06 de setembro de 2012).

A Fundación Semana é constituída em abril de 2009 por Publicaciones Semana como uma fundação focada em:

Desenhar estratégias para assumir o problema mais grave para Colômbia durante os próximos 15 anos: ser o único país que vive em pós-conflito enquanto seu conflito armado continua vigente [...]. Fundación Semana é uma entidade sem ânimo de lucro cujo objetivo central é trabalhar pela inclusão social na Colômbia. Concentra seus esforços para servir como articulador entre a empresa privada, o governo, as agências de cooperação internacional e as organizações do setor social para desenvolver projetos sustentáveis e de alto impacto. (FUNDACIÓN SEMANA⁶¹)

Os objetivos específicos com o projeto em El Salado baseiam-se na recomposição do tecido social depois do acontecimento do massacre, ativação da economia do povoado, melhoramento da infraestrutura e conseguir estabelecer um modelo de reconstrução reproduzível em outras comunidades (SEMANA, 2009).

O projeto foi lançado e divulgado publicitariamente com uma pulseira de punho (Imagem 2) em setembro de 2009, como uma iniciativa para que a empresa privada vinculava-se à reconstrução de El Salado. A Fundação convocou várias empresas, estamentos e sócios midiáticos para apoiar o projeto (INFORME SEMANA, 2009).



Imagem 2. Pulseira desenhada para apoiar publicitariamente o projeto Reconstrução de El Salado⁶².

Assim foi como a mídia conseguiu a atenção do país sobre a história particular deste massacre, que se bem se parece a muitas histórias que aconteceram no país, esta tinha sido particularmente oculta e ignorada pelo Estado e a cidadania em geral, começando pelas cifras oficiais que não foram de conhecimento público nem os

⁶¹ Disponível em <http://www.fundacionsemana.com/seccion/quienes-somos/6>

⁶² Fonte: <http://www.semana.com/nacion/salado-gente-tiene-volver-crear-misma/129265-3.aspx>

métodos cruéis de guerra utilizados pelos paramilitares, até que em 2008 foi publicado na revista Semana um artigo pela periodista Marta Ruiz, jornalista da revista Semana: “Fiesta de Sangre”.

Este artigo que por fim conta e revela a Colômbia o que aconteceu em El Salado, não era o que se tinha ocultado por quase oito anos, dizendo que tinha sido uma confrontação ‘típica’ de paramilitares contra guerrilheiros onde a população civil ficou no meio do fogo cruzado. O artigo conseguiu revelar-lhe a Colômbia que existia omissão do Estado, inclusive também cumplicidade do Estado. (ENTREVISTADO G1, trinta de agosto de 2011).

Em El Salado existem três projetos diferentes: de consolidação, de reparação e reconstrução. A **consolidação** faz parte da estratégia governamental, que tem como objetivo afiançar a política de “Seguridad Democrática”, bandeira do governo anterior de Álvaro Uribe. Estes reforços à política se centram em regiões onde a guerrilha tem sido derrotada e os paramilitares já não controlam a zona, aquelas recuperadas militarmente (SEMANA, 2011). Montes de María é a segunda zona prioritária para esta consolidação que está sendo coordenada pelo CCIA (Centro de Coordenação de Ação Integral) de Acción Social. Têm tido a característica de serem obras pontuais: remodelar uma escola, apoio a projetos agrícolas, melhoras de vivendas ou estradas. A **reparação coletiva** é liderada pela CNRR (Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação), que embora convirja às vezes em ações com a consolidação em geral está mais focado à restituição de direitos. El Salado é considerado pela CNRR como um caso piloto de reparação coletiva. Este projeto é o encarregado de trabalhar os aspectos como entrega de terras e reparação da via de acesso. Em El Salado, a população parece ter grandes expectativas enquanto à reparação monetária que se anuncia.

E finalmente está o projeto de **Reconstrução** que tem o viés de ser complementar e entrar em diálogo e coordenação com os anteriores, mas sendo independente e totalmente dirigido pela empresa privada. É assim como no final de

2009 instala-se em El Salado a casa de Semana para acomodação dos cinco funcionários gestores dos projetos comunitários que Fundación Semana lidera.

Há muito tempo na comunidade de El Salado, como em muitos outros povoados da Colômbia se tem dado uma ausência do Estado impressionante que também não alcança a se suprir com o último plano de consolidação nacional, onde lamentavelmente a institucionalidade tem sido representada quase que exclusivamente no setor defesa. Desde este ponto de vista a intervenção que esta se realizando, uma intervenção de caráter público-privada, ao tempo que potencializa o desenvolvimento local mediante o avanço dos acumulados que tem a empresa privada para o desenvolvimento, faz um esforço por trazer institucionalidade a El Salado. Trazê-la porque nunca houve e nesse sentido a intervenção está cumprindo seu objetivo: privatização das áreas de intervenção e uma privatização de intervenção, trata-se de algo conjunto onde se aporta de cada um dos setores. (ENTREVISTADO G1, trinta de agosto de 2011).

Para a intervenção em El Salado partiram de um diagnóstico participativo que se fez com a comunidade em 2009. Com base nele identificaram-se as principais necessidades além de estudar também a informação recolhida como a linha de base e um diagnóstico epidemiológico, com os quais identificam outros faltantes.

Primeiro se fez o programa com os projetos prioritários para a comunidade e assim temos trabalhado. Iniciou-se com os projetos de infraestrutura com os dois pontos mais importantes que era o esgoto e a casa do povo. Daí continuamos com o fortalecimento das capacidades locais e das lideranças. Em 2009 iniciou a Fundación Semana, fazendo um estudo etnográfico para a identificação de como viviam as pessoas em El Salado, sobretudo pelo tema da casa do povo porque seu desenho se fez com base em como vivia o pessoal em El Salado, quais seus costumes, que coisas utilizavam, para fazer o desenho que Simon House utiliza para este tipo de trabalhos. (ENTREVISTADA G4, seis de setembro de 2011)

A intervenção trabalha em cinco frentes: Cultura, Desenvolvimento econômico, educação e comunicação, infraestrutura e Desenvolvimento comunitário.

Dois frentes abrangentes são a de cultura e desenvolvimento social. Cada um é liderado por um gestor da fundação, mas particularmente estes dois frentes entrecruzam-se e suas atividades relacionam-se.

A fundação tem cinco áreas de trabalho entre elas: desenvolvimento comunitário, e cultura e esporte. Desenvolvimento comunitário como tal não tem projetos preestabelecidos, é uma área transversal. Há uma integralidade da intervenção onde se vê o desenvolvimento comunitário e o desenvolvimento do social como eixo de intervenção, sendo assim, podemos dizer que há um

trabalho articulado com as diferentes áreas. Na área cultural sim temos um projeto que é a casa do povo que tem três componentes: infraestrutura que estamos realizando, produtivo que estamos apontando com o trabalho com dois grupos culturais, o que chamariam hoje de empresas de empreendimento cultural. (ENTREVISTADO G1, 30 de agosto de 2011)

Entre os diferentes projetos culturais, encontra-se a produção musical de um disco que recopila diferentes composições dos salaeros: “Vocês de El Salado”⁶³, as quais tratam diversos assuntos, mas a maioria referidos à dor causada pela violência e a separação obrigada com sua terra. Também é um projeto o desenho e planejamento da casa do povo, que na data do trabalho de campo não estava finalizada, mas que fora inaugurada em 16 de junho de 2012.



Imagens 3 e 4: Casa del Pueblo⁶⁴. Fonte: Revista Semana, 2012.

Em El Salado prima a organização social. Atualmente se conta com cinco associações integradoras de diferentes membros da comunidade: Asociación de campesinos de El Salado, Grupo Juvenil del Salado, Mujeres Unidas del Salado, ASOJOPROS (Asociación de Jovenes Productores del Salado) e ASODESBOL (Asociación de Desplazados del Salado Bolívar). A través destas organizações executam-se projetos produtivos e de formação técnica, além de encontros comunitários

⁶³ Disponível em <http://www.memoriahistorica-cnrr.org.co/s-noticias/articulo-53/>

⁶⁴ Disponível em <http://www.semana.com/cultura/salado-regreso-tierra-del-olvido/179409-3.aspx>

e de intercambio social. Estas associações são resultado de esforços dos próprios habitantes, mas também das entidades de intervenção e demonstram como a vida camponesa dos salaeros não só organiza-se em torno da produção, mas como modo de existência como sinalizado no referencial teórico.

As obras de infraestrutura que a Fundação tem dirigido são a Casa del Pueblo, construção de rede de esgoto (ainda em andamento), conectividade (antena de telecomunicações), creches comunitárias e melhoramento de vivendas (em parceria com Acción Social). Nas entrevistas observa-se especial interesse neste tipo de ações ao serem elas tangíveis e ter sido resposta a necessidades que a comunidade tinha apresentado no começo da intervenção privada.

Com a comunidade desenvolvem-se várias iniciativas de participação dos diversos grupos etários e de gênero:

Na área de desenvolvimento comunitário nos temos vários projetos: fortalecimento das capacidades locais, onde entra o acompanhamento às organizações comunitárias e as líderes. Também estão as ‘habilidades parentais’, que é um curso para melhorar os relacionamentos entre pais e filhos para a busca de estratégias de vínculos afetivos com os filhos. Acompanhamento aos projetos de infraestrutura, mais do que todo ao de esgoto, é todo o processo de acompanhamento às pessoas que são representantes que vigiam todas as obras de infraestrutura. Fazemos reuniões cada 15 dias. Esta se tentando incentivar a participação dos jovens em todo o que tem a ver com a comunidade. Realizam-se palestras de vivenda saudável e saneamento básico, com o objetivo que a comunidade criara consciência do esgoto, resíduos sólidos, água, saúde e vida, serviços públicos solidários. Contrataram-se oito jovens da região para desenvolver a proposta e realizar visitas domiciliares de diagnóstico. (ENTREVISTADA G2, 01 de setembro de 2011).

No povoado se percebe uma confiança geral nos gestores e projetos da fundação, os habitantes fazem referências constantes sobre os projetos e as personagens pertencentes a estes. Em geral são os líderes os mais interessados em temas comunitários propostos pelos gestores. Eles divulgam à comunidade as novidades e os caminhos a seguirem em cada um dos projetos.

A maioria das vezes referem-se em tom de admiração e apoio ao projeto, mas alguns também com queixas de não pertencer ainda a nenhum dos projetos, e por isto sentir que não são incluídos ou não ser abrangente a reconstrução.

Sobre Semana têm todos alguns projetos aqui, têm tentado ajudar. Até agora tem sido contraproducentes porque estamos em processo de desenvolvimento, ainda nenhum dos projetos propostos está concluído, estão a meio caminho, não há resultados palpáveis. Por aqui nestes setores e em qualquer parte da Colômbia, os projetos sociais, comunitários não caminham, tem se tentado bastante, mas não. (ENTREVISTADO C3, trinta de agosto de 2011).

Semana trouxe o presidente, não nós que conseguimos, mas Semana. Eu me sinto contente que eles tragam essas pessoas importantes aqui, porque se a gente fizesse o convite essas pessoas importantes não viriam [...] Lá fora a gente pedia transporte para as motos irem a El Salado, e responderam que eles por lá não iam, “onde aqueles guerrilheiros!”, diziam para a gente na frente e nos tínhamos que baixar a cabeça como um elefante. Isso é uma mudança muito grande porque agora a gente pede para trazer para cá e brigam por quem te traz. Então mudança tem tido. (ENTREVISTADO C7, primeiro de setembro de 2011)

As expectativas sobre o futuro do seu povoado são difíceis de unificar, podendo identificar desolação, desesperança e resignação em alguns discursos. Mas em outros se evidenciou confiança nos resultados em longo prazo da intervenção que está se realizando pela empresa privada. Outra evidência de esta falta de articulação quanto à unificação de expectativas, é a diversidade de lideranças encontradas em El Salado. Embora encaminhem as ações para objetivos congruentes, não o realizam sempre pelos mesmos meios. Um exemplo disso é o acompanhamento e apoio aos projetos de intervenção privada por parte de uns líderes e a reserva à participação nestes mesmos por parte de outros. Mas existem de fato lideranças fortes apesar das divergências quanto aos caminhos e meios que deve adotar a população para “sair adiante” como afirmam muitos deles.

O ponto sobre o estigma que recaía sobre El Salado é tal vez um dos ganhos mais importantes para os salaeros graças principalmente à intervenção privada. Este fenômeno não só atrapalhava possibilidades comerciais, mas a legitimação dos habitantes como camponeses e não como guerrilheiros, o qual era o imaginário da

população civil, militar e até governamental. Assim é que ao ser El Salado escolhido pela empresa privada como piloto de reconstrução, conseguiu, da forma mais efetiva, superar o estigma e ser considerado por fim um povoado de camponeses.

Às vezes vejo difícil que chegue ao que era [El Salado], mas não tem que pôr nada por impossível. Estão se dando coisinhas como o do esgoto, esse é um adianto e progresso para o povoado, em El Carmen nem sequer têm um. Cremos que Semana está fazendo muito, demasiado, se não fosse pelos trabalhos de Semana a gente estaria muito mal. (ENTREVISTADO C15, cinco de setembro de 2011).

Assim como há diversidade de opiniões com respeito à presença da empresa privada e sua intervenção, assim também observou-se que a expectativa sobre o futuro de El Salado é heterogênea e confusa, no entanto as melhoras na infraestrutura, o tecido social, as condições de saúde e educação estão sendo muito melhores que em muitos povoados da Colômbia, mas o processo de retorno dos saladeros não tem como ser sustentável se não houver terras para trabalhar e estruturar e sustentar a família camponesa. Assim, o outro tema crucial na intervenção é a terra, que entra nos projetos de ativação econômica.

A Fundación Semana tem centrado os esforços na adequação de terras para algumas famílias cultivarem milho e gergelim. Esta adequação consiste em arar com maquinaria, providenciar materiais e a propriedade da terra. Foram 23 famílias escolhidas para receber um hectare cada uma. O critério para escolher estas famílias baseou-se na lista dos primeiros 100 retornados, aqueles que limpam o povoado por primeira vez depois do deslocamento.

Fundación Semana também coordena os jovens que foram inclusos no projeto de Argos que entregou 100 hectares a ASOJOPROS (Asociación de Jovenes Productores del Salado) dos quais, segundo o entrevistado G5 (vinte e nove de agosto de 2011), 30 são aproveitáveis ao ser o resto área protegida. Ali estão cultivando banana da terra, mandioca, inhame e milho.

Têm-se 25 ou 30 hectares, cultiváveis. Queremos deixar consciência de que cultivos vão trabalhar, deixar consciência de oferta e demanda. Argos deu a terra e esta no nome da associação. A ideia é que participem de editais de projetos. A participação é difícil, todos são muito jovens, a maioria não tem uma preocupação grande que incentive o trabalho, a maioria (95%) mora com os pais, os que têm obrigações são os que mais trabalham, são os que tentam liderar, porque eles sabem que daí têm que tirar o sustento. Uns se uniram pela integração com amigos mais que pelo trabalho mesmo. Estão sendo assessorados por Antioquia Presente⁶⁵. A organização é muito nova. Argos disponibilizou comunicador social. Estão pagando os jornais de quem trabalha (ENTREVISTADO G2, 01 de setembro de 2011).

De novo evidencia-se preocupação em quanto ao papel do jovem em El Salado, agora por parte da intervenção privada que também observa os fenômenos de ocupação juvenil que divergem da tradição saladera e complicariam num futuro o equilíbrio de uma comunidade essencialmente camponesa.

Outro projeto financiado por Acción Social, mas coordenado pela Fundación Semana é o dos pátios produtivos, do qual 62 famílias foram beneficiadas até a data. Elas recebem capacitação e insumos para a montagem da horta no quintal da casa no qual produzem tomate, pimentão, berinjela, aipo, coentro, entre outros; na maioria das famílias a mulher é quem trabalha a horta. Com esta produção obtém complemento à dieta alimentar do núcleo familiar. As mulheres nas visitas realizadas demonstram uma grande satisfação com os resultados e compartilham os diferentes problemas de alimentação que com a horta puderam resolver parcialmente, além de poder incluir na dieta da família alimentos aos quais antes não tinham acesso. O acesso a este projeto ainda é pouco para a demanda de famílias que solicitam a ajuda, sendo que algumas entrevistadas queixaram-se de não serem tidas em conta para este projeto. Até a data não há certeza se receberam mais adequações de hortas para os lares faltantes.

Coltabaco, como já mencionado anteriormente, financia 43 famílias na cultura de tabaco rubio exclusivamente, as quais assumem a dívida com a empresa. A compra do produto é garantida por parte de Coltabaco, mas o produto tem que ser levado pelos

⁶⁵ Antioquia Presente é um organismo não governamental e uma empresa social especializada em reassentamentos de população e gestão social. Criada pelos grêmios do setor privado e acadêmico.

salaeros até El Carmen, o que demanda um esforço em dinheiro no pagamento do transporte que é alto devido às condições da estrada. A isto se soma a existência de problemas na logística das vendas, as quais tem que ser avisadas com anterioridade por parte dos camponeses à empresa, o que complica a transação.

Não só a terra, mas também os territórios podem ser despojados. A diferença da usurpação violenta da terra – no sentido restringido de bem material produtivo-, a noção de ‘território despojado’ abrange também iniciativas associadas a interesses econômicos do Estado ou do setor privado (tanto elites locais como empresários forâneos na região), em função de projetos produtivos no marco da competitividade global. Em tais casos o despojo não só tem uma dimensão material que afeta a dinâmica do ‘lugar’ onde ocorre, mas também simbólico, devido a que os novos processos econômicos afetam a configuração cultural e de identidade do território, baseada na tradição camponesa (MEMORIA HISTÓRICA, 2010^b, pg.43).

Como se viu nos capítulos anteriores, o tabaco negro é mais do que o produto por excelência para o sustento das famílias salaeras, faz parte da sua história. Mas outros são os interesses mercadológicos que fazem com que prime a demanda mais que a tradição camponesa.

Coltabaco tem uns agricultores que cultivam o que eles pedem. Eles dão infraestrutura. O rubio é mais rentável para a empresa. É por demanda que Coltabaco está pedindo rubio e este tem boas características na zona. (ENTREVISTADO G2, 01 de setembro de 2011).

Com Coltabaco não tem surgido desenvolvimento com os projetos, porque há muito tramite, não tem se adaptado esse cultivo à gente os agricultores de tabaco negro. Muita exigência de parte da empresa e não tem sido rentável para os agricultores. (ENTREVISTADO C3, 30 de agosto de 2011).



Imagens 5 e 6. Transporte de tabaco de El Salado a El Carmen de Bolívar. Sete de setembro de 2011.

Atualmente, como se mencionou no capítulo anterior, Coltabaco como parte do apoio ao projeto de reconstrução de El Salado, facilita a cultura de tabaco rubio para exportação com empréstimos aos camponeses para infraestrutura e insumos da cultura. Quase na totalidade das entrevistas este tema é mencionado pelos camponeses, os quais apresentam argumentos de toda natureza desde econômicos, técnicos até sentimentais para concluir preferem melhor cultivar tabaco negro a rubio:

Porque isso não é rentabilidade. Porque pode secar e tal [tabaco rubio], mas tem muito contratempo. Porque para nós que vivemos disso [...] há dias que não o compram, não o compram aqui no povoado, você mesmo que tem que leva-lo para El Carmen de Bolívar as segundas, e, por exemplo, se o leva alguém que não tenha ligado antes para avisar a venda para que o comprem, fica armazenado outra semana [...] ele aguenta mais verão [tabaco negro], o outro [tabaco rubio] precisa de terra plana e irrigação, além que tem mais químicos. Como eu falo para meu marido, 'este tabaco se come ele mesmo', aja⁶⁶, porque você recebe um empréstimo, por exemplo, para comprar terra e para a gente se sustentar e com isso vai embora tudo. Este aqui [tabaco negro] não precisa adubo, veneno nem nada. Este [tabaco rubio] só pode cortar cada 15 dias até que não esteja a folha madura, e o negro cada 8 dias, ou seja com o negro a gente pode vender cada 8 dias. (ENTREVISTADA C1, trinta de agosto de 2011).

Valente (2008b) já chamou a atenção para este fenômeno no relacionamento empresa-pequena produção rural:

A mesma tendência que se manifesta no trabalho urbano - a subordinação de todas as esferas de trabalho aos interesses e às exigências da grande produção -, manifesta-se no trabalho no campo. Embora a pequena produção subsista, se desenvolva e continue a ser importante no conjunto da vida socioeconômica do mundo agrário, em geral encontra-se determinada pelas exigências da grande produção [...] Do mesmo modo, deve ser considerado que o processo capitalista lança na incerteza todos aqueles que dependem da venda de sua força de trabalho para assegurar a subsistência. (VALENTE, 2008b, pp.15-16)

Existe também um projeto de criação suína, do qual há 8 famílias beneficiadas que receberam subsídios para a infraestrutura da criação, ração e assistência técnica, e assumem a dívida com a agropecuária que financia o projeto. Mas até a data o projeto não brindou rentabilidade aos camponeses. O gestor assegura que ainda 27 famílias das primeiras retornadas não pertencem ainda a nenhum dos projetos de terras.

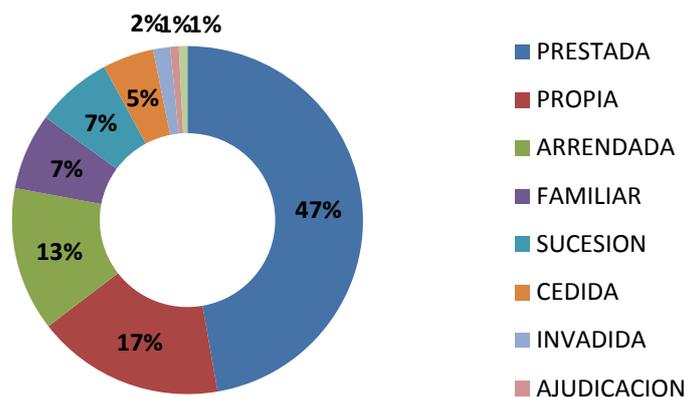
⁶⁶ Expressão utilizada como na região caribe da Colômbia

O projeto de terras mais abrangente é chamado de “La Quimera”, um projeto liderado pelo Incoder (Instituto Colombiano de Desarrollo Rural)⁶⁷ com apoio da OIM, a CNRR, de Coltabaco e a Fundación Semana para beneficiar famílias sem terras para trabalhar. Até agora foram escolhidas 63 famílias (também da lista dos 100 primeiros retornados) que receberão título de uma parcela do terreno, mas com o compromisso de que seja um projeto comunitário, ou seja, as culturas feitas nessa terra devem ser trabalhadas em conjunto com os demais beneficiários. Incoder já conseguiu outorgar 303 hectares para este fim, comprando as terras de um grande latifundiário da zona que não tinha vendido a pesar da época da violência. Muitas outras famílias estão pedindo para serem aderidas ao projeto, mas por enquanto não se tem projeções de aquisição devido aos problemas de venda irregular de terras camponesas realizadas em épocas de violência na região.

Os esforços parecem ser imensos e os avanços em comparação ao estado de abandono em que se encontrava a população antes de chegar a intervenção privada são surpreendentes, mas a pesar disto El Salado converteu-se num povoado de agricultores sem terra, porque nunca tiveram-na ou porque a perderam durante o conflito. Como já foi mencionado no capítulo anterior, em El Salado não se dera o despojo à força, mas com compras massivas o que pode constituir eventualmente outra modalidade de despojo. Isto faz com que a situação em El Salado para os retornados seja preocupante ao pôr em risco a subsistência mínima de quase o 80% das famílias⁶⁸. A continuação se mostra um gráfico que ilustra a situação de tenência de terras em El Salado.

⁶⁷ INCODER é uma entidade oficial da ordem nacional, adscrito ao Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Tem como objetivo executar a política agropecuária e desenvolvimento rural. Esta entidade como já se mencionou vem a adotar as funções do INCORA.

⁶⁸ Línea de Base. Fundación Semana, 2011.



Propriedade da terra em El Salado. Fonte: Linha de Base, 2011, Fundación Semana

A perda da terra como consequência do abandono e despojo da população camponesa, agora em situação de deslocamento, não só se relaciona com a terra como bem material, mas também com o significado dela como parte do território associado ao poder político e o controle social; como símbolo de pertencimento a uma coletividade, e como referente de uma identidade individual e coletiva sobre a qual se edifica o projeto de vida. (MEMÓRIA HISTÓRICA CNRR, 2010^b, pp. 48)

Como já se anotou no primeiro capítulo, a lei de terras é hoje a discussão, expectativa e oportunidade do rural virar um espaço de democracia e justiça. Mas que seja uma oportunidade não quer dizer que seja fácil nem que os sistemas de violência simbólica não continuem a funcionar e até se dinamizar na mesma lei se aqueles que estão a legitimar por fim direitos dos mais subordinados, e mais importantes ainda eles mesmos, não defendem e acompanham a aplicação.

Em El Salado se abriram mesas de socialização da lei para todos terem acesso à informação dos procedimentos para serem beneficiários. No povoado a totalidade das pessoas se considerariam vítimas, devido a que todos foram deslocados em 2000, além de que muitas famílias sofreram de desaparecimentos e assassinatos de alguns dos seus membros.

Apesar de ser uma lei promissora, abrangendo todo o país e El Salado ser um dos povoados que aparentemente terá mais garantias para receber apoio graças, entre outros fatores, à intervenção privada que chamou a atenção nacional e até internacional

para este lugar, nem sempre se encontra esperança nos camponeses sobre os resultados que terá:

Imagine, aqui veio o presidente da República e falou, mas uma coisa é falar e outra coisa é ir aos fatos que não se dão. Então, tenho ouvido esse discurso muito velho, vai de presidente em presidente; porque se bem têm começado a executar essas questões são poucas coisas garantidas aos camponeses, dizendo amanhã sim, depois de amanhã sim, no próximo ano. Eu já tenho 40 anos esperando isso. (ENTREVISTADO C4, 31 de agosto de 2011).

O entrevistado refere-se à visita que o presidente Juan Manuel Santos fez no povoado no dia 8 de julho de 2011. Nessa visita pediu perdão pelas omissões do Estado e declarou El Salado como plano piloto para a restituição de terras:

Venho dizer às vítimas, perdão. Peço perdão em nome do Estado, em nome de toda a sociedade [...] Esse massacre, ou esses massacres, nunca deveriam ter acontecido. Houve omissão por parte do Estado, todo tipo de faltas, como houve durante tanto tempo. E por isso também quero contar-lhes a todos os habitantes deste povoado, que com o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Luís Alberto Moreno) temos decidido que El Salado se converta no Plano Piloto da Lei de Vítimas e Restituição de Terras. (SANTOS, 2011, apresentação oral).

Mas em outros depoimentos de camponeses, pode-se identificar o sentimento de esperança gerado em alguns pela promessa de justiça e reparação feita pelo governo. Este sentimento de esperança tem um papel fundamental na lógica da vida que eles adotam ao retorno a El Salado, convertendo-se em base de sustento da sua vida na terra que foi testemunha de tanta dor.

As ações de restituição de terras em El Salado têm um efeito limitante: o fato de que em sua maioria os retornados não tinham terras antes do deslocamento forçado e o outro caso não menos complexo de vendas “legais” dos que sim a possuíam. Isto como já se viu vira complexo e lento o processo de retorno para o outro 90% da população ainda deslocada.

A lei de vítimas como tem 208 parágrafos, tem parte que nos favorece e tem parte que não favorece. O governo busca a queda como for. Eles procuram meter gente aqui para a gente assinar e perder as poucas coisas que temos. Com 10 anos de briga que temos nesta “vaina” já sabemos que temos que ir com cautela. A restituição de terras por um lado é boa e por outro é má, porque como

aqui as terras venderam-se legalmente, então por aqui seria mais pelo lado do pagamento às vítimas (ENTREVISTADO C13, 04 de setembro de 2011).

Uma das consequências mais prováveis e a qual pode se observar em alguns casos já, é a única alternativa que aqueles sem terra encontram, que é virar empregados de empresas agroindustriais na região:

Uribe⁶⁹ pensava que essas terras passassem a ser de Colanta, de Cimentos Argos e que a gente passasse a ser os obreiros deles. Mas a maioria desta gente daqui, dos Montes de Maria não temos essa vocação depois de estarmos independentes, depois de sermos agricultores, tendo as nossas vacas, nossos porcos... Deixar isso por ir trabalhar todo o dia e ganhar uma diária, \$12.000 pesitos por dia ou \$20.000, caminhar 4 ou 5 quilômetros a pé porque não há transporte... ah filho de puta isso mata a qualquer um!. E então por isso não se vê um futuro em curto prazo como solução (ENTREVISTADO C5, trinta e um de agosto de 2011).

O repovoamento destas zonas como El Salado para assegurar mão de obra na diversificação da economia capitalista de produção massiva pode ser um interesse governamental que não transparece. Esta é uma teoria ou suspeita de vários entes e pensadores da oposição, mas não faz parte deste trabalho analisar esta possibilidade.

Finalmente, à pergunta de: como vem hoje El Salado? Responderam de diferentes formas, porque há tantas divisões da história, tantos recomeços, tantas tragédias que tentam se sarar que a referência na pergunta é essencial, como o vê hoje em comparação com quando? Há mais casas, não é nem sombra dos dias do tabaco, está mais seguro, a gente pode caminhar tranquilo, não é a mesma alegria...

Na verdade eu tenho esperanças [sobre a Lei de terras], mas minhas esperanças estão lá longe, porque eu digo que isso não se dá, eu penso que se fosse só El Salado que tivesse vítimas, mas onde se tem milhares e milhares de vítimas para reparar!... O governo não vai dar conta dessa quantidade de dinheiro para reparar milhares e milhares de deslocados. Pode ser que reparem aos poucos, aqui e ali, mas é complicado. Por isso eu digo que a gente tem que estar mais bem concentrado em trabalhar, “hechar pa'lante”, sem estar sempre procurando subsídios, como vivíamos anteriormente, sem estar emprestando... As vezes as coisas acontecem porque têm que acontecer e já, o único que pode controlar isso é Deus. (ENTREVISTADA 6, 01 de setembro de 2011).

⁶⁹ Referindo-se ao ex-presidente Álvaro Uribe.

CONCLUSÕES

O estudo tem um caráter exploratório já que a ênfase dos estudos sobre deslocamento forçado na Colômbia recai, principalmente, sobre aqueles grupos sociais que não retornaram a seu lugar de origem e sobre a política pública que intenta abordar esse fenômeno.

Apesar do fenômeno de deslocamento forçado na Colômbia ser de tais dimensões, fenômenos como o retorno e reterritorialização não têm recebido a atenção merecida embora seja uma das respostas mais coerentes para a atenção deste tipo de vítimas. Nessa medida se fazem necessárias pesquisas acadêmicas orientadas a documentar esse fenômeno de retorno e reconstrução territorial que destaque de um lado, a transformação do território nos imaginários dessas populações.. De outro lado, a permanência de problemáticas rurais como a concentração da terra e a dificuldade de acesso a crédito, assistência técnica e a um conjunto de serviços básicos como água potável, saneamento, eletricidade, saúde e educação. Estas pesquisas devem ser base para a formulação e ajuste de políticas públicas, tais como a atual Lei de Reparação e Restituição de Terras.

O trabalho, como se esclareceu desde o capítulo de referencial teórico e método, baseou-se numa pesquisa qualitativa dada a natureza do objeto de estudo e as perguntas que queriam ser respondidas. Portanto, os resultados, mais do que demonstrarem dados quantitativos de uma determinada situação, refletem e historicizam a realidade sempre subjetiva de uma população que tem muito por dizer para entender um conflito que transversaliza tantos setores do país.

A violência tem tido uma presença constante na história da Colômbia. Tentaram-se transparecer as causas para entender especificamente como e porque El Salado fora atingido por ações tão lamentáveis. Para atingir tal objetivo primeiramente se fez um recorrido através de acontecimentos e épocas estratégicas da história as quais desvelam

esquemas e tendências de concentração da propriedade com um papel fundamental na construção da estrutura social e política colombiana atual. Entre as origens encontradas destas tendências estão em primeiro lugar a estrutura agrária bimodal conflitiva e excludente de distribuição de terras no país, resultado de políticas de expansão colonial, exploração de massas de população vulnerável e estrutura latifundiária.

A instituição que fortaleceu esta tendência desde os tempos da colonização espanhola foi a fazenda, a qual até hoje modela a realidade rural bimodal: agricultura empresarial de grandes extensões subexploradas ou indevidamente exploradas de terra em poucas mãos, e pequenas propriedades camponesas que geralmente alcançam só níveis de produção para subsistência. A fazenda ao ter sido um elemento estrutural na história agrária da Colômbia e da região estudada revela as tendências de concentração de terras e exploração de camponeses como mão de obra barata que vem acontecendo há mais de um século e continua a acontecer, definindo a base socioeconômica regional.

Viu-se como desde tempos da independência, quando já não mais eram os colonos espanhóis os exploradores, se tem criado políticas que em teoria iriam responder à necessidade de combater as tendências de concentração, e mais contemporaneamente desde os anos 30 a Colômbia tem tentado aplicar a reforma agrária sem um êxito notável e sem poder solucionar os problemas derivados da tenência da terra. Mas os resultados até agora têm sido tergiversados para o benefício dos latifundiários que continuam tendo o controle e dominação de poder através da opressão e os processos de violência simbólica na qual o campesinato tem sido o dominado.

O desenvolvimento do trabalho permite identificar estes processos de violência simbólica (BOURDIEU, 1989) na Colômbia, a qual é legitimada pela continuidade e impunidade de ações contra populações vulneráveis e que é evidência, no caso de El Salado através de:

Primeiro, o fato da população historicamente ter carecido da propriedade da terra e perdido o acesso aos meios de produção num sistema de violência simbólica. Na sua condição de agentes dominados não possuem possibilidade de frear os mecanismos de apropriação e despojo de terras que atualmente tem 90% da população sem possibilidades de retornar.

Segundo, o novo padrão de dominação que se impõe pelas empresas tabaqueiras que exigem adequar a produção a demandas específicas contrariando a vontade coletiva dos produtores que defendem a tradição e o saber fazer. Migrar para a produção de tabaco rubio implica também em condições desfavoráveis de preços e dificuldades de comercialização. Segundo os depoimentos o tabaco negro significa mais do que o produto base da economia familiar, ele faz parte da sua história, das suas dinâmicas cotidianas, e por isto o ensinamento de seu cultivo tem sido passado de geração em geração, dinâmica que agora se vê truncada pelos interesses do mercado

O tabaco negro é um fator determinante no estabelecimento de territorialidade, faz parte da sua identidade territorial que interliga este cultivo com o fato de serem e identificar-se como camponeses.

Tentou-se caracterizar o campesinato de El Salado encontrando que os camponeses antes dos massacres em geral eram um tipo de arrendatários, que em vez de capital, retornavam com um serviço o usufruto da terra. Identificou-se uma cultura tradicional específica relacionada com a forma de vida de comunidades pequenas, onde há presença de normas e condições socialmente determinadas pelos camponeses. Apesar da desestrutura o campesinato para eles continua legitimado como estilo de vida a pesar das dificuldades. Com o fragmento de esta história se explica e exemplifica como o campesinato é resistente, mais além da luta armada, tem hoje e seguirá tendo como arma sua estrutura tão bem fundada no relacionamento entre terra, território e família.

Os camponeses de El Salado são sujeitos criando sua própria existência, lutando por seus direitos e reafirmando constantemente suas raízes camponesas, se reflete esta afirmação nas diferentes características do campesinato que podem se identificar na população: não há uma monetização total do entorno, a auto-exploração, a relação com a terra, não considerarem a terra propriamente como capital, o acúmulo de terras para eles não constitui uma preocupação, mas sim o acesso à terra mínima para sustento da família, como patrimônio familiar ou coletivo; produtores familiares inseridos parcialmente em mercados incompletos são considerados como camponeses, reafirmando outra característica do campesinato; a estrutura da sua economia camponesa baseia-se na unidade familiar, sua maior preocupação parece ser o sustento dos filhos no futuro e a terra para eles trabalharem.

O campesinato em El Salado como forma social particular de organização da produção (WANDERLEY, 2004) reflete sua força na continuidade e evolução da produção de tabaco no povoado. Estruturara-se em redor desta produção toda uma dinâmica dos seus habitantes, na qual desde começos do século passado incorporara-se a ocupação dos diferentes integrantes das famílias e da comunidade em geral.

O conflito armado que chegou a El Salado é uma manifestação de leis gerais do universal, que no nosso caso é a situação de vulnerabilidade de camponeses no meio de um fogo cruzado, o qual sofisticou métodos de ofensiva que afetam diretamente à população civil. Assim, os camponeses de El Salado não tiveram interesses de um lado ou outro, mas seus interesses (usufruto da terra que por gerações têm trabalhado, manutenção da estrutura familiar camponesa, territorialidade) interferiam com a dinâmica de controle dos bandos daquele conflito armado.

O despojo de terras nesta região de Montes de María à qual faz parte El Salado é evidencia de mais uma estratégia de subordinação em quanto à tenência da terra, sinalizada no primeiro capítulo relacionando esta subordinação com um conflito de

classe crescente entre os camponeses sem terra e os produtores com lotes de terra inadequados por uma parte e a elite terratenente e seus aliados pela outra. Esta estratégia é reforçada por uma maquinaria político-militar que busca estabelecer de novo a ordem tradicional de submissão camponesa frente aos poderes latifundiários e políticos: o paramilitarismo. Ou seja, uma maquinaria capaz de, por meio da violência física, estabelecer de novo a ordem imposta pela violência simbólica através da história. Além de identificar os sistemas de violência simbólica, também cabe identificar estes acontecimentos como o tipo de violência social contemporânea sinalizada por Tavares dos Santos (2002). O massacre produziu no grupo social de camponeses de El Salado um dano permanente, como ato de excesso que foi trazido nas relações de poder como estratégia de dominação soberana.

Em consequência estes tiveram que constatar a ruptura irreconciliável entre o mundo rural e o urbano, neste último não cabiam lógicas de troca que antes preenchiam seu território, só a monetização da vida com a qual foi difícil para eles conviverem.

Não só foi a terra, mas também o território que foi despojado com o acontecimento do massacre. Todo o que regia seu território: suas tradições, ocupação, cotidianidade, costumes e história, foram transformados. O processo de desterritorialização nega a fixação do grupo social, e faz com que o indivíduo perca ou deixe adormecidos seus costumes, além de perder sua identidade territorial (DE OLIVEIRA, 2004). Vivenciaram experiências muito complicadas e que afetam o sentido de apropriação do espaço em que vivem hoje, de pertencimento, auto-referência e arraigo, sem mencionar as dificuldades econômicas, de saúde e nutrição.

Os aspectos considerados por Chayanov sobre a família camponesa em quanto à utilização dos fatores produtivos, seus mecanismos internos de equilíbrio e utilização ótima de fatores, são todos violentados num contexto urbano onde carecem não só da

terra como fator produtivo básico, mas também da possibilidade de desenvolver a dinâmica familiar como um todo, incluindo a gestão da renda.

Assim, o saldo mais negativo ficou para os habitantes de El Salado, dos quais a maioria agora se encontra em situação de deslocamento pela violência. Este conflito deixara um número ainda indefinido de assassinatos, desaparecimentos e violações atroztes aos direitos humanos. Arrasou seus planos de vida, desestruturou seu tecido social e ancoragem de identidade.

Sobre a pergunta sobre se se deu ou não uma reterritorialização, primeiro esclarece-se que os camponeses mantiveram sua relação com a terra, para isso, analisaram-se e identificaram-se ações dentre os seguintes aspectos: Transformação, Delimitação, Classificação, Defesa e Identificação. Concluindo-se que o processo de reterritorialização começou desde o momento da decisão de retorno e, que não é um processo acabado, mas que se encontra em diálogo constante com a transformação do território.

São múltiplos os setores e entes que violentaram e estigmatizaram El Salado, por isto o interesse de empresas privadas na reconstrução, em primeiro momento independentemente de segundas intenções, vem a ser de grande importância para atingir avanços institucionais essenciais do processo de reterritorialização. Não cabe dúvida que sem esta intervenção El Salado seria uma história a mais esquecida no tempo e estaria entre tantas outras tragédias sem rosto no país. Fundación Semana trouxe esse rosto para a memória dos colombianos que achamos mais fácil ignorar tantos crimes cometidos em nome da busca de vencer a guerrilha do que afrontar estarmos imersos numa política sanguinária.

Mas apesar da importância mencionada, o processo de reterritorialização depende muito menos de obras de infraestrutura, de concentração de recursos, até de coordenação de projetos de participação comunitária que dos próprios e únicos que de

fato podem estabelecer de novo sua territorialidade: os camponeses de El Salado. Esse processo não é imediato, é possível que demore um tempo indeterminável porque possui como principal condição o acesso à terra que por enquanto é garantida só para uns poucos. Assim conclui-se que o processo está em andamento e que começou com o retorno e continuará se de fato a comunidade conseguir continuar a reconstrução independentemente da intervenção privada, apropriando-se politicamente do espaço. Cabe sinalizar que os esforços parecem ser imensos e os avanços em comparação ao estado de abandono em que se encontrava a população antes de chegar a intervenção privada são surpreendentes.

A lei de terras é hoje discussão, expectativa e oportunidade do rural virar um espaço de democracia e justiça, mas ainda está por ser definida: como continuidade de tentativa de uma reforma agrária num país cheio de cicatrizes, como uma política a mais dentre tantas que tentam reivindicar as vítimas e não o logram, ou como uma verdadeira ferramenta útil para aqueles que foram democraticamente amputados por tantos anos.

A história de El Salado consta de várias etapas e momentos históricos, aqui só se estuda o deslocamento e se analisa o retorno, mas a sua história tem muito mais para contar e para analisar. A situação de “paz” é diversa e conseguiu-se depois de ter sofrido muito mais que só com o massacre. O massacre é um ponto de ruptura, provavelmente o mais marcante, mas não por isto o único. Sua história tem sido rota em várias vezes partindo sua visão de mundo até torná-la até flexível e dar um ar de indiferença no olhar, porque já nada surpreende, mas mais do que isso eles ganharam uma certeza da sua força, do seu protagonismo na sua própria vida e território. Apesar do terror, medo, morte, tortura, eles continuam protagonizando esta história, e seu olhar com ar, às vezes, de indiferença só denota quão conscientes são que não é para ninguém decidir seu destino, eles já decidiram por se mesmos passando situações difíceis demais e sobrevivendo. Vítimas de cada uma das forças armadas com interesses diversos, é um

povoado que conta uma história original enquanto que poucos são quem conseguem continuar respirando e dando conta da demanda tão forte de força para sobreviver a esta história.

Finalmente, a visão sobre o futuro de El Salado é heterogênea. À pergunta de: como vem hoje El Salado? Responderam de diferentes formas, porque há tantas divisões da história, tantos recomeços, tantas tragédias que tentam se sarar que a referência na pergunta é essencial: como o vê hoje em comparação com quando? ...Há mais casas,... não é nem sombra dos dias do tabaco, ... está mais seguro, ...a gente pode caminhar tranquilo, ...não é a mesma alegria... Esta história tem múltiplos espaços, atores e tempos, têm muitos silêncios. Esta história tem 781 pessoas reterritorializando a cada dia o povoado que para ninguém parecia possível reviver depois de tanta tragédia.

E como conclusão deles, um fragmento de uma música composta por um dos camponeses que teve que viver no exílio até 2011:

“... ya estoy aquí. (Já voltou do exílio)

♪Ahorita en estos momentos me siento muy “Salaero”, muy dichoso, con argumentos, es así como me siento. Con tristeza y sin gloria lo relata la memoria, con tristeza y sin gloria lo relata la memoria. Se lo digo compañero con toda sinceridad, que lo que allá cometieron lo conocerá el mundo entero. Reclamamos la justicia y no más repetición, reclamamos la justicia y no más repetición, y si eso no sucediera nula es su aplicación, y si eso no sucediera nula es su aplicación.♪”

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: UNICAMP. 1992.

ALVES, Gilberto. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. *In*: ALVES, G. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo grande: Editora Uniderp. 2003.

AGUILERA, María. La economía del Departamento de Sucre: ganadería y sector público. *In*: MEISEL, Adolfo (ed.). **Las economías departamentales del Caribe continental colombiano**. Cartagena: Colección de Economía Regional, Banco de la República. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

_____. **Esboço de autoanálise**. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. 2005.

CAMACHO, Álvaro. **Colombia: ciudad y violencia**. Bogotá: Panamericana Formas e Impresos S A. Revista De La Fundación Foro Nacional Por Colombia. 1990.

CASTILLEJO, A. **Poética de lo Otro, para una antropología de la guerra, la soledad y el exilio interno en Colombia**. Bogotá: ICAN, Universidad Nacional de Colombia. 2000.

COLÔMBIA. **El Salado, Carmen de Bolívar, documento diagnóstico**. Bogotá: Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación. 2009.

Gobernación de Bolívar. <http://www.bolivar.gov.co>. Acesso realizado em 16 de janeiro de 2011.

_____. **[Geografía de la presencia activa de las FARC 1998-2010](#)**. DERECHOS HUMANOS Y DIH. Acesso realizado em 24 de janeiro de 2011.

_____. **[Geografía de la presencia activa de las autodefensas 1998-2010](#)**. DERECHOS HUMANOS Y DIH. Acesso realizado em 24 de janeiro de 2011.

_____. **Panorama actual de Bolívar**. Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario de la Vicepresidencia de la República. Disponível em http://www.derechoshumanos.gov.co/Observatorio/Publicaciones/documents/2010/Estu_Regionales/bolivar05.pdf. Acesso realizado em 20 de janeiro de 2011.

_____. **Panorama actual de la región de Montes de María y su entorno**. Bogotá: Observatorio del Programa Presidencial de Derechos Humanos y DIH. 2003.

_____. **Projeto de lei 85 de 2010: “Por la cual se establecen normas transicionales para la restitución de tierras”**. 2010.

COMISIÓN COLOMBIANA DE JURISTAS (CCJ). **El proyecto de ley de restitución de tierras a las víctimas del desplazamiento forzado no cumple los parámetros internacionales de derechos humanos.** ONG, com estatus consultivo ante a ONU.2010.

CORDERO, Omar. **Memoria e Historia en la comunidad de El Salado - Bolívar.***In:* Hosie, Simon & Cordero, Omar. Proyecto Centro cultural de El Salado. Inédito. 2011

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: Rocco. 1987.

DE LUNA, Magdalena. **Campesinado: objeto de estudio y sujeto de política pública. La evolución de las organizaciones campesinas en México.** México DF: El Colegio de México. 2007.

DE OLIVEIRA, Denir. **O processo de Reterritorialização de produtores assentados na campanha Gaúcha.** Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de mestrado.2004.

DEGREGORI, Carlos. **Discurso y violencia política en sendero lumimoso.** Lima: IFEA. 2000.

DUICA, Liliana. **Despojo y abandono de tierras en los Montes de María: el impacto de los grupos armados en la reconfiguración del territorio.** Bogotá: Departamento de Ciencia Política, Universidad de los Andes. Dissertação de Mestrado em Estudos Políticos. 2010

EL ESPECTADOR. **Víctimas sólo a partir del 91.** 14 de dezembro de 2010.

ESTADOS UNIDOS. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/para/auc.htm>. Acesso realizado em 15 de janeiro de 2011.

EL COLOMBIANO. **Ley de tierras necesitará 483 nuevos notários.** 14 de março de 2012. Disponível em: http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/L/ley_de_tierras_necesitara_483_nuevos_notarios/ley_de_tierras_necesitara_483_nuevos_notarios.asp

EL TIEMPO. **Media Colombia con zonas de rehabilitación.** 15 de setembro de 2002. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1349263>

FALS BORDA, Orlando. **Historia de la cuestión agrícola en Colombia.** Bogotá: Carlos Valencia Editores. 3ª Ed. 1975.

_____. **Capitalismo, hacienda y poblamiento: Su desarrollo en la Costa Atlántica.** Bogotá: Editorial Punta de Lanza. 1976.

FALS BORDA, Orlando et. al. **La violencia en Colombia.** Bogotá: Universidad Nacional. 1962.

FAO & BID. **Caracterización de la Agricultura Familiar en Colombia, Informe 1.** Bogotá: Centro de Estudios sobre Desarrollo Económico – CEDE Universidad de los Andes., 2006.

_____. **Políticas para la agricultura familiar en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile. 2007.

FEDER, Ernest. Los latifundios y la mano de obra agrícola en América Latina. *In:* SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas.** México DF: El trimestre económico. Fondo de cultura económica. Primeira edição español. 1979.

FINCK, Horst. **Resultado Magro de una Política Agraria. Los problemas estructurales de la Agricultura Colombiana.** Nueva Sociedad. No 29. Março-abril. Pp.61-68.1977.

GARZÓN, Angélica. **Recordando vidas, imaginando territorios.** Bogotá: antropol.sociol. No. 11. Janeiro – Dezembro de 2009.

GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA. **La masacre de El Salado: esa guerra no era nuestra.** Bogotá: Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación. 2010^a. Disponível em: http://www.cnrr.org.co/new09/semanaM/informe_la_masacre_de_el_salado.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2010.

_____. **La tierra en disputa.** Bogotá: Editora Taurus Pensamiento. 2010^b. Disponível em: <http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/memoria-historica-cnrr/la-tierra-en-disputa>. Acesso realizado em 4 de janeiro de 2011.

HEWITT, Cynthia. **Imágenes del Campo. La interpretación antropológica del México Rural.** México D.F: El Colegio de México.1989.

IANNI, Octavio. Revoluções camponesas na América Latina. In Dos SANTOS, José Vicente (org.). **Revoluções camponesas na América Latina.**São Paulo: Icone Editora. 1985.

IBAÑEZ, Ana M. **El desplazamiento forzado en Colombia: Un camino sin retorno hacia la pobreza.** Bogotá: Universidad de los Andes, Colección Cede, 50 años.2008.

JIMÉNEZ, Rosa. Desarrollo y paz en los Montes de María. Una propuesta desde la región. *In:* **Dimensiones Territoriales de la Guerra y la Paz.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 2004.

JIMÉNEZ, Sandro et. al. **Identidad social y restablecimiento urbano de población exiliada internamente en Colombia: primeros resultados de un estudio de caso.** Barranquilla: Universidad del Norte.2003.

KALMANOVITZ, Salomón. **El desarrollo de la agricultura en Colombia.** Bogotá:Editorial Norma.1982.

- _____. **Economía y Nación, una breve historia de Colombia.** Bogotá:Editorial Norma. 2003.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropología.** São Paulo:Brasiliense. 1988.
- LAZZARINI, Sérgio. Estudos de Caso para Fins de Pesquisa: aplicabilidade e limitações do método. *In:* FARINA, Elizabeth *et al.* **Estudos de Caso em Agribusiness.** São Paulo: PENSA.1997.
- MACHADO, Absalón. **Problemas Agrarios Colombianos.** Bogotá: Siglo XXI Editores de Colombia Ltda.1986.
- _____. **La Reforma Rural. Una deuda social y política.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, CID: 117. 2009.
- MARTINS, J. DE S. **A chegada do estranho.** São Paulo: Editora Hucitec. 1993.
- MONDRAGÓN, Hector. **O mercado de terras o reforma agrária.** *In:* Os Impactos negativos da política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial. Brasil. 2003.
- MELO, Jorge. **Historia de Colombia: el establecimiento de la dominación española.** Bogotá: Biblioteca Digital Andina. 1977.
- MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores. Edição para o Brasil.1978.
- MOLANO, Alfredo; VERA, César A. **Evolución de la política educativa en el siglo XX.** Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, Centro de Investigaciones. 1982.
- MOURA, Margarida. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 2. Ed. 1986.
- ORTIZ, Carlos. **Actores armados, territorios y poblaciones.** Bogotá: Análisis Político. No. 42, janeiro-abril de 2001.
- PALERM, Angel. **Los Estudios Campesinos: orígenes y Transformaciones.** *In:* Antropología y Marxismo. México D.F: CIESAS. 1980.
- PNUD. **Colombia rural 2011: Razones para la esperanza.** Informe Nacional de Desarrollo Humano. 2011.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática. 1993.
- RAMIREZ, William. **La Guerrilla Rural en Colombia: ¿Una vía hacia la colonización armada?** Bogotá: Estudios rurales latinoamericanos. 4, No. 2. 1981.
- RINCÓN, Claudia Lucía. **Estructura de la propiedad rural y mercado de tierras.** Bogotá: Teses Facultad de Ciencias Económicas. Universidad Nacional. 1997.
- _____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In:* SAQUET, M. Aurelio; SPOSITO, Eliseu (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Editora Expressão Popular. 2009.

REYES, Alejandro. **Latifundio y poder político: historia de la hacienda ganadera de Sucre**. Bogotá: Cinep. 1976.

ROA, Tatiana. **La Cuestión Agraria**. Agenda Prensa Rural. 2009.

RUANO, Elizabeth. **O cultivo de papoula na Colômbia: um estudo de caso sobre os agricultores familiares do município de Silvia (Cauca)**. Universidade de Brasília. Dissertação de mestrado. 2008.

SALCEDO, Andrés. **Claming lands from the city: forced displacement and Reconstruction in contemporary Colombia**. Tese de doctorado. University of California. 2006.

SAUER, Sergio. Conflitos agrários no Brasil: a construção de identidade social contra a violência. In: BUAINAIN, Antônio (org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp. 2008.

SAUER, Sergio & MENDES, João P. (org.). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2006.

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, pp.15-20, fev. 2003.

SEGATO, R. **Em Busca de um Léxico para Teorizar a Experiência Territorial Contemporânea**. Universidade de Brasília. Série Antropologia. Departamento de Antropologia. 2005.

SEMANA. **Así se reconstruye El Salado**. Bogotá: Fundación Semana & OIM. 2011

_____ **La Caldera del Diablo**. Artigo revista. 27 de março de 2000

_____ **La Guerra de los “Paras”**. Artigo revista. 23 de abril de 2001.

_____ **Para no Olvidar**. Artigo revista. 25 de julho de 2004.

_____ **Fiesta de sangre**. Artigo revista. 30 de agosto de 2008.

_____ **El eterno retorno de El Salado**. Artigo revista. 13 de fevereiro de 2010.

_____ **Así es la Colombia rural**. Informe Especial. 2012.

SEYFERTH, G. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP. 2009.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. El trimestre económico. México: Fondo de cultura económica. Primeira edição em espanhol. 1979.

SUÁREZ, Sofia. **Política de tierras y desarrollo rural del Banco Mundial**. FIAN Internacional. 2005.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **Microfísica da Violência, uma questão social mundial**. In: SBPC - Sociedade brasileira para o Progresso da Ciência. (Org.). São Paulo: Ciência e Cultura. 54 ed.2002.

_____. **Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades**. Porto Alegre:Sociologias. Ano 4, nº 8, jul/dez 2002.

_____. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2009.

TIRADO, Álvaro. **Introducción a la Historia Económica de Colombia**. Universidad Nacional de Colômbia.1971.

TONNEAU, J.P; SABOURIN, E. **Agricultura Familiar, Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2007.

TORRES, Edelberto. **CENTROAMÉRICA. Revoluciones sin cambio revolucionario**. Ciudad de Guatemala: Nueva Sociedad Nro. 150 Julho-Agosto 1997.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas. 1994.

VALENTE, A. Lucia. **Usos e abusos da antropologia na pesquisa educacional**. Proposições: v. 7 N°2[20], 54-64. Julho 1996.

_____. **A pesquisa no campo dos agronegócios e os procedimentos antropológicos**. Brasília: UnB. 2008 a.

_____. **O processo de "recampesinização" e Marx revisitado**. Cadernos do CEAM (UnB): v. 31, pp. 39-71. 2008b.

VAN DER PLOEG, Jan. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2 Ed. 2009.

VILORIA, J. **Tabaco del Carmen: Producción y Exportación de Tabaco de los Montes de María 1848-1893**. Cartagena: Centro de Investigaciones Económicas del Caribe Colombiano. 1999.

WANDERLEY, Nazareth. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Aula Inaugural a ser ministrada no CPDA/UFRRJ. 2004.

ZULETA, Estanislao. **La Tierra en Colombia. Raíces históricas de la lucha del campesinado**. Bogotá: Editorial la oveja negra.1973.

_____. **Colombia: violencia, democracia y derechos humanos. Ensayos Letras Cubanas**. Bogotá: Altamira Editores.1991.

ANEXOS

ANEXO A. GUÍA DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA A CAMPONESES RETORNADOS DE EL SALADO-BOLÍVAR

1. ¿Qual é a composição da sua família?
2. Área de terra que cultiva
3. ¿Possui títulos da terra, é emprestada, alugada?
4. ¿Que cultiva? Se for tabaco, que tipo de tabaco? Qual é o rendimento por ha?
5. ¿Que problemas possui com os cultivos? Pragas? Falta de insumos para a cultura? É rentável esta cultura?
6. ¿Como comercializa seus produtos?
7. ¿Além de agricultura que atividades realiza para o sustento da família?
8. ¿A produção é por contrato ou depende da demanda?
9. ¿Recebeu subsidio do governo?
10. ¿Morava em El Salado antes de chegar o conflito?
11. ¿Que poderia dizer sobre o conflito que se viveu em El Salado?
12. ¿Que sente por sua terra agora, que sentiu antes?
13. ¿Quais acredita que foram os motivos para que o conflito chegasse a El Salado, que intenções tinham as partes?
14. ¿Ainda existe medo que retorne o conflito ou as diferentes iniciativas fazem você se sentir com mais segurança?
15. ¿Participa de algum dos projetos de reconstrução com a empresa privada ou o governo?
16. ¿Em que mudou El Salado depois de 2000?
17. ¿por que retornou a El Salado?

ANEXO B. GUÍA DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA A GESTORES DO PROJETO EL SALADO REVIVE

1. ¿Em qual dos projetos que se fazem na comunidade você pertence?
2. ¿Qual é sua opinião sobre a eficiência da intervenção que se está levando a cabo?
3. ¿Como percebe a participação da comunidade neste projeto?
4. ¿Que expectativas você tem sobre a auto sustentabilidade do corregimiento depois de finalizada a intervenção de entidades públicas e privadas?
5. ¿Sabe qual foi a iniciativa de realizar o projeto em El Salado especificamente?
6. ¿Que opina sobre a aplicação da Lei de Víctimas e restituição de terras em El Salado? Que dificuldades poderiam encontrar-se?

ANEXO C. Matriz de análise de casos no agronegócio.

Características da região

- a. Localização e geografia (relevo, clima, localização com relação aos mercados, aos centros políticos e administrativos etc.)
- b. História agrária da região

Situação atual e características da AF

- d. Lugar da agricultura familiar
 - ii) Tipo de agricultura familiar: especialização, pluriatividade, uso de mão-de-obra assalariada, integração com a indústria, relações de produção entre diversos setores agrícolas.
 - iii) Informação quantitativa sobre os estabelecimentos e as principais produções agropecuárias.
- e. A diversidade dos sistemas de produção (tipologia), os circuitos de comercialização e o lugar da AF nesses circuitos.
- f. Tendências, evoluções e processo de regulação.

Dinâmicas locais, políticas públicas e mediação

- a. Os principais atores: serviços do Estado, organizações dos produtores (sindicatos, cooperativas, associações), ONGs e instituições representativas,
- b. Os componentes das políticas públicas no município ou na região: os programas, ações, instrumentos, público-alvo; as categorias: crédito, ATER, capacitação e formação, manejo de recursos, infraestruturas, mercados institucionais de compra dos produtos da AF, qualificação e certificação de produtos.
- c. As instâncias de mediação: conselhos municipais de desenvolvimento, pólos sindicais, redes regionais, fóruns regionais (articulações).
- d. Processo de discussão para elaborar ou adaptar as políticas públicas ao nível local- funcionamento dos espaços de discussão e elaboração de projetos, autores presentes e ativos, regras e modalidades da negociação, conflitos, alianças, resultados das interações.

Os principais efeitos de interação entre as políticas públicas e as dinâmicas locais da AF

- a. Lembrar ações específicas para a AF e os resultados obtidos.
- b. Interações e seus efeitos

- i) As sinergias e complementaridades entre políticas públicas (entre elas mesmas, segundo a instância, federal, regional, estadual, municipal) e entre elas as dinâmicas locais.
 - ii) As dificuldades e oposições (falta de coordenação, efeito inibidor, tensões, conflitos).
 - iii) As dinâmicas paralelas.
- c. Avaliação das interações no âmbito econômico, social, territorial.

Ensinamentos e perspectivas

- a. Por que as interações funcionam, em que direção (grandes tendências), com quais limites.
- b. Ações a privilegiar
 - Estabilizar interações positivas e contribuir para a redução dos processos de exclusão.
 - Limitar os vícios, esclarecer os termos das opções a reduzir as assimetrias de informação entre atores.
 - Destacar a importância da capacitação, das inovações em parceria, etc.

Tomado de:

TONNEAU, J.P; SABOURIN, E. **Agricultura Familiar, Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2007.

ANEXO D. Depoimento Entrevistada seis, Confrontação à guerrilha.

Primeiro de setembro de 2011

‘... Eu vivi uma experiência muito feia quando retornamos. Como mãe comunitária, tínhamos que ir daqui a El Carmen a procurar comida, porque nessa época não deixavam entrar os carros, o ICBF [Instituto Colombiano de Bienestar Familiar] financiava, mas mais do que isso era uma obrigação que a gente sentia pelo trabalho, tínhamos que arrumar os meios para ir procurar comida para dar para as crianças porque naqueles tempos ainda não se conseguia mandioca, não se conseguia nada disso, havia fome e desnutrição. Então a gente comprometeu-se pelo trabalho, e pelas crianças a fazer isso. Lembro uma vez que a gente saiu daqui para uma capacitação a El Carmen, fomos de carro e quando estávamos lá para voltar acabou que não tinha carro de volta porque a via tinha um buraco enorme, e eu tinha ido com minha irmã para que atendessem a menina dela no hospital que estava doentinha, ela estava pequena. A pé concordamos que era muito longe para voltar com a menina no colo, então decidimos pegar outra via para ir a pé, aquela de Canutalito, essa foi a primeira experiência que tive. Depois uma vez indo a cobrar o mês [salário], porque sempre tínhamos que ir até lá para cobrar; já tínhamos embarcado no carro para voltar, trazíamos toda a comida. Naquela época veio um programa *Minuto de Dios*, dando trabalho a camponeses para limpar o caminho com diferentes instrumentos e melhorar as condições. Então quando estávamos vindo, tinha um retém da guerrilha: ‘que tudo mundo para o chão, eu vamos queimar este carro’ e bom, na verdade eu nunca tenho tido temor assim de falar. Vinham no carro pessoal das Nações Unidas para dar capacitações aqui a El Salado, também levávamos uma geladeira de uma colega de trabalho que tinha acabado de conseguir. Quando eles nos disseram para descer, eu falei: bom, na verdade vocês não podem queimar este alimento porque isto é para as crianças, a gente não têm alimento lá e tivemos que trazê-lo, estamos passando necessidades, e eu não vou deixar que as crianças passem mais fome. Então eles disseram que deixáramos o povoado sozinho, que fossemos para El Carmen, naquela época já tinha exercito, porque eles queriam enfrentar os “chulos” [nome designado a policiais e militares], mas que não queriam civis no enfrentamento. Eu respondi que não íamos deixar o povoado de novo sozinho, que eles tinham sido os responsáveis do massacre e que tinha morto muita gente inocente, que se eles queriam acabar com o povoado que o fizeram, mas que a gente não saia mais, o que tínhamos feito nos para merecer o castigo que eles estavam impondo?,

Que nos temos uns direitos e uns deveres que eles não estavam deixando cumprir. Já eles tinham perguntado o nome a todos, mas de novo me perguntou o nome e eu o dei. Outro homem que estava com um cachorro e estava bravo falou que era mesmo uma ordem, eu respondi que a gente não tinha porque obedecer ordens de ninguém, nos já estamos grandinhos, sabemos o que queremos, passamos muita necessidade lá fora e aqui ficamos... Mais agitada já falei, na verdade podem queimar o cu de todo mundo aqui em El Salado e ponto acabou-se o povoado.’

Termina de relatar a história de como os convenceu de não queimar o carro, inclusive eles deixaram o carro levá-las ao povoado e retornar o mesmo dia, com ameaças que se não fosse o mesmo dia o motorista ia ser morto. Também como tiraram todos os instrumentos aos trabalhadores para impedirem eles trabalhar.